Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 56 – Série VII – N.º 648
28 de Maio de 1986
Preço: 40$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX** Tel. 76 97 25 – Telex 18390 **Composição e impressão – Heska Portuguesa** Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

V Congresso da CGTP-IN

Trabalho e Progresso

C.G.T.P.-INTERSINDICAL

Democracia e Paz

A CGTP-IN sublinha nas vésperas do seu V Congresso que se oporá «por todos os meios legais e constitucionais às tentativas de alterar a Constituição». Num documento que apresentará durante as sessões que começam amanhã no Pavilhão dos Desportos em Lisboa a direcção da Central, baseando-se em «razões do passado, do presente e do futuro» para defender o texto constitucional já revisto, salienta o «carácter antimonopolista e antilatifundista do regime democrático português, assumido logo no Programa do MFA», carácter esse que «resulta da necessidade objectiva da democracia portuguesa, após 48 anos de ditadura fascista». Quanto ao presente, no cumprimento da Constituição «encontra-se a base essencial da estabilidade democrática, assente no mais amplo consenso das classes e camadas sociais que, sendo as mais atingidas pelos efeitos da crise actual, são também as mais interessadas em contribuir activamente para a superação» dessa mesma crise.

Págs. 1, 2 e 3/**Semana**

A sessão realizada em Vila Real de St.º António no passado fim-de-semana, com a participação do secretário-geral do PCP

Álvaro Cunhal no Algarve

A ORGANIZAÇÃO DO PCP LANÇADA NO TRABALHO

Págs. 8 e 9/**Semana**

Revistas «Poder Local» e «Economia-EC» promovem seminário

O «FEDER»

«As mesmas verbas são anunciadas várias vezes, dando uma ideia às populações de que entra dinheiro a rodos e que, portanto, se as obras não se fazem isso se deve aos órgãos autárquicos. Veja-se o que se passou, por exemplo, com o **anúncio da segunda fatia do FEDER que foi anunciado cinco vezes como se de verbas diferentes se tratasse.** (DN, 8/4/86). Três dias depois vários órgãos de informação referiam-se às mesmas verbas como se fossem novas (DP, 11/4/86). Na semana seguinte (23, 24, 26/4/86) vários jornais referiam-se às mesmas verbas como "comparticipações do FEDER para vias no interior do Minho", "Algarve e municípios do Norte têm novas verbas do FEDER", etc. Alguns dias depois era a vez do ministro do Plano e Administração do Território anunciar solenemente a "boa nova" da atribuição daquelas verbas a várias regiões». — **Carlos Carvalhas**

Págs. 2 e 3/**Em Foco**

1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DA BEIRA INTERIOR DO PCP

**COM O PCP
COM ABRIL
DESENVOLVER
A BEIRA INTERIOR**

**15 DE JUNHO 1986
10 HORAS · CINE-TEATRO
COVILHÃ**

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Págs. 4 e 5/**Em Foco**

No comício de amizade PCP-PCR realizado durante a visita a Portugal da delegação romena, usaram da palavra os camaradas Álvaro Cunhal e Ion Coman

AMIZADE PCP-PC DA ROMÉNIA

Págs. 4, 5, 6 e 7/**Semana**

2.º Encontro da Organização Distrital de Lisboa da JCP

UNIR E DINAMIZAR

Pág. 13/**Semana**

Editorial

Avante!
Ano 56 – Série VII
N.º 648
28 de Maio de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Alternativa e não «alternância»

A demagogia, a chantagem política e a mistificação organizada da opinião pública — que tem caracterizado desde o início a prática política do Governo Cavaco/PSD — podem ter-lhe momentaneamente grangeado junto de sectores populacionais desinformados mais ou menos vastos uma imagem artificial de força, eficácia e recta intenção que os factos têm desmentido de maneira palmar.

São expedientes que não resistem à prova da vida e do tempo e não alteram no mais mínimo a realidade objectiva da índole de classe da equipa governante e da natureza antipopular da sua política.

«É importante — debitou Cavaco aos madeirenses — que os partidos da oposição sejam confrontados com as suas responsabilidades, pondo a nu as suas incoerências e contradições, os seus propósitos de travar o desenvolvimento e a recuperação do atraso de Portugal em relação a outros países europeus.»

Cavaco, nas suas andanças pelo País, investe contra os que não curvam a espinha às suas tentativas de governamentalização do Parlamento. Reivindicando uma legitimidade de precária expressão para o seu Governo minoritário, o Primeiro-Ministro vai dizendo que a política governamental foi avalizada pela aprovação do Programa na Assembleia da República, esquecendo que só pelos favores do Regimento o conseguiu fazer passar no «exame» parlamentar onde, beneficiando dos votos abstencionistas, recolheu apenas 84 votos contra 86 da oposição.

Tendo passado em tais condições na Assembleia da República a natureza do veredicto parlamentar aconselhá-lo-ia a ser mais modesto na reivindicação da legitimidade.

De facto, a oposição *é responsável* por ter diminuído substancialmente alguns projectos financeiros nefastos para o povo português que o Governo Cavaco/PSD tentou impor na Assembleia da República.

A oposição *é responsável* por, nas discussões do Orçamento do Estado, ter conseguido impor o aumento das dotações para o Poder Local em mais de 3,6 milhões de contos; por ter atribuído 300 mil contos para a construção de edifícios de Juntas de Freguesia; por ter imposto uma distribuição mais equitativa das verbas para as autarquias locais. *É responsável* por ter votado contra a minoria governamental a baixa do preço dos combustíveis; a atribuição de meio milhão de contos para Acção Social Escolar como suplemento alimentar para milhares de crianças, nomeadamente o leite, que o Governo, por retaliação contra a maioria parlamentar, se recusou a baixar em 4 escudos; por ter feito aprovar, contra as propostas do Governo, uma dotação de 100 mil contos para as bibliotecas universitárias, outra de 70 mil contos para o Hospital do Patrocínio, outra de 50 mil contos para apoio às pescas (que o Governo sacrificou aos ditames da adesão à CEE em benefício dos grandes armadores espanhóis), outra de 25 mil contos para o acesso ao direito à recuperação dos toxicómanos. *É também responsável* pela diminuição do défice orçamental.

A oposição *é ainda responsável* por ter aliviado a carga fiscal sobre os trabalhadores e as restantes classes mais desfavorecidas, através da redução dos impostos profissional e complementar, por ter diminuído o favoritismo orçamental do Governo a favor dos mais ricos, aumentando a verba do imposto de capitais.

A oposição *é responsável* por ter apresentado e feito aprovar uma lei que permitiria uma solução satisfatória e imediata do angustioso problema dos salários em atraso que o Governo se recusa a cumprir e faz protelar indefinidamente. A oposição parlamentar, apesar das importantes alterações que conseguiu introduzir nas propostas orçamentais do Governo, não conseguiu alterar a substância e o carácter de classe das medidas financeiras e sociais submetidas ao Parlamento.

Também a oposição extraparlamentar, em primeiro lugar o movimento operário e popular de massas, *é responsável* por ter resistido e continuar a resistir e ter conseguido romper em alguns casos o «tecto salarial» injusto que o Governo tenta impor; *é responsável* por erguer o pendão da luta contra o desemprego, contra o encerramento de empresas, contra a exploração agravada dos trabalhadores, através da proliferação de contratos a prazo, do «trabalho negro» — à tarefa, ao domicílio, sem quaisquer garantias sociais e limites de horário —, do trabalho infantil, pago a 10, 11 e 12 contos a crianças que fazem trabalho de adultos em condições desumanas.

O PCP, força mais dinâmica do movimento operário e popular de massas, reivindica, na resistência dos trabalhadores à guerra social que lhes é movida pelo Governo minoritário de direita, um papel fundamental e insubstituível.

O PCP, a quem o Primeiro-Ministro, no seu cavernícola anticomunismo, acusa de «promover a divisão entre os portugueses», inculcando-nos o objectivo de minar a estrutura administrativa do Estado e criar instabilidade política (!), ao contrário da vil insinuação de Cavaco, está na primeira linha de combate à política antidemocrática, antinacional, de desestabilização económica, social e institucional do Governo minoritário de direita que temos a dirigir o País.

O PCP é o mais firme e abnegado defensor da unidade de todos os portugueses, patriotas e democratas face às tentativas de divisão e às medidas, decisões e projectos do Governo minoritário Cavaco/PSD de restabelecer no Portugal de Abril o renegado poder económico e político dos monopólios aliados ao imperialismo, objectivo estratégico central do plano contra-revolucionário em curso.

As importantes modificações políticas favoráveis à democracia, ocorridas nos últimos dez meses, só foram possíveis pela acção unitária, esclarecida, essencial e insubstituível do PCP que possibilitou a larga convergência das forças democráticas em torno de objectivos fundamentais comuns.

É o Governo Cavaco/PSD e não o PCP quem, ao arrepio da Constituição, leva a cabo no momento actual uma feroz ofensiva para restabelecimento de um novo Estado policial, através de leis repressivas e da sua implementação imediata, como as dos Serviços de Informação, da Segurança Interna, do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

É o Governo minoritário de Cavaco Silva/PSD que no momento actual desfere uma brutal ofensiva de desmantelamento do sector nacionalizado, de desmembramento das mais importantes empresas públicas de sectores básicos da economia nacional, como a EDP, a Quimigal, a Lisnave, a Setenave e todo o sector naval, a Siderurgia, a TAP, a CP, o Metropolitano e, com particular acutilância, a desarticulação do sistema da banca nacionalizada, restabelecendo — através dos recursos financeiros dos próprios estabelecimentos bancários do Estado — novos bancos privados cujos tentáculos despontam já para a reconquista das antigas posições do capital financeiro na economia portuguesa, desta vez sob a égide dos grandes monopólios da CEE.

É o Governo Cavaco/PSD que no âmbito da guerra social que desencadeou contra os trabalhadores se prepara para fazer passar na Assembleia da República os celerados pacotes das leis laborais antioperárias, das leis rurais de destruição da Reforma Agrária e de esmagamento económico e social dos pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros; o pacote eleitoral e o pacote autárquico antidemocrático, acenando com o espantalho do «comunismo» e da «frente popular», é o Governo com a estafada chicana anticomunista que tenta, por essa grosseira forma, paralisar os esforços para uma necessária convergência democrática.

É perante esta insofismável realidade da política do Governo minoritário de Cavaco que deve determinar-se o comportamento político das forças democráticas, dos partidos da oposição democrática, e se coloca com força a necessidade de uma alteração de fundo na política nacional.

No momento actual algumas forças de relevante importância na nossa vida social e política estão empenhadas em complexas questões internas e em debates nos quais se vão definir linhas de orientação e de actuação decisivas para o futuro imediato.

Se é verdade que as questões internas de cada um dos partidos são fundamentalmente do seu foro próprio é também verdade que as decisões finais dos diferendos internos transcendem o quadro partidário restrito e interessam a todo o movimento popular e democrático do País.

Uma questão que não pode ser sofismada é indiscutivelmente a do Governo e da sua política.

A alternativa política ao actual Governo afirma-se como condição indispensável de uma política alternativa que aponte à solução dos agudos problemas do povo e do País, que modifique radicalmente a situação angustiosa dos trabalhadores, que rasgue horizontes de esperança e de realização concreta à juventude portuguesa.

Esta necessária mudança de rumo não pode confinar-se aos estreitos e falaciosos limites de uma chamada «alternância democrática».

A errónea concepção da «alternância» assenta numa política de balancé em que um partido hegemónico se desgasta no Poder para dar lugar à hegemonia de outro partido da mesma natureza.

Só uma alternativa verdadeiramente democrática que empenhe, mobilize e compreenda o vasto conjunto das forças democráticas — entre as quais se afirma como elemento insubstituível o PCP — pode meter seriamente os ombros a uma política essencialmente virada para a defesa e consolidação das conquistas de Abril, da Independência nacional.

O diálogo democrático, o debate de ideias e propostas políticas entre as forças democráticas são exigências impostergáveis da hora actual a que o PCP como sempre se afirma disponível.

Resumo

21
Quarta-feira

A transmissão, pela RTP, de um filme de propaganda fascista, «A Revolução de Maio», constitui — no entender do PCP — «uma frontal ofensa aos sentimentos democráticos do povo português e um acto de insolente agressão ideológica contra o regime democrático e os seus valores fundamentais» ■ Vagões de mercadorias da CP embatem e destroem a estação ferroviária de Canas de Senhorim, depois de se ter partido o engate de uma das composições. É o quinto acidente ferroviário ocorrido este mês ■ Acidente numa fábrica de reprocessamento de combustíveis radioactivos em França afecta gravemente cinco pessoas. Trata-se do «mais sério acidente nuclear» ocorrido no país ■ Horas antes do início de uma Marcha da Paz, o exército de Pinochet ocupa a capital chilena, Santiago do Chile ■ O Presidente da Organização de Unidade Africana exige a aplicação de sanções obrigatórias contra a África do Sul.

Chile, uma vez mais

22
Quinta-feira

De madrugada, um violento incêndio deflagra numa pensão clandestina na Avenida da Liberdade, em Lisboa, tendo morrido oito pessoas. Só a pronta intervenção dos bombeiros impediu que a tragédia assumisse maiores proporções ■ Os trabalhadores da Sorefame, em luta pela manutenção dos postos de trabalho, cortam a via férrea na Amadora e a Estrada Nacional n.º 10 no Seixal ■ O grupo parlamentar do PCP entrega na mesa da Assembleia da República uma interpelação ao Governo sobre o sector público da economia. Esta iniciativa visa a abertura de «um debate de política geral centrado nas orientações e actuações governamentais» nesta área ■ Em confrontos registados no ghetto sul-africano de Crossroads morreram pelo menos 26 pessoas, tendo outras 30 mil ficado desalojadas ■ Os ministros de defesa da NATO dão o seu aval para a produção, pelos Estados Unidos, de novas armas químicas.

Tragédia

23
Sexta-feira

No comício de amizade PCP/PC Romeno, Álvaro Cunhal afirma que «a demissão do Governo minoritário do PSD de Cavaco Silva não põe qualquer complexo problema constitucional» e que se o primeiro-ministro se demitir «será mais uma grande vitória da democracia» que nos pouparia «o trabalho de um dia o atirar abaixo» ■ O grupo parlamentar do PCP entrega ao Presidente da Assembleia da República um recurso contra a admissão da proposta de lei da segurança interna, por considerar que esta não respeita a Constituição ■ A Juventude Comunista Portuguesa exorta — em comunicado — os estudantes universitários a pronunciarem-se sobre a Lei de Bases do Ensino ■ O presidente da agência de imprensa norte-americana UPI confessa que as notícias difundidas sobre o acidente de Tchernobyl careciam de fundamento ■ No terceiro dia de greve dos trabalhadores da Função Pública belga, a actividade económica da Bélgica está paralisada na sua quase totalidade.

Comício de amizade

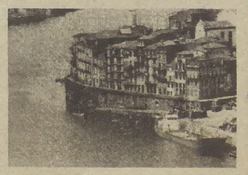
24
Sábado

Desmond Tutu

Num seminário promovido pelas revistas «Poder Local» e «EC-Economia» sobre «O Poder Local e a CEE», é salientado que a contribuição portuguesa para a Comunidade é 7 vezes superior às verbas do FEDER ■ Em Silves, durante uma sessão de esclarecimento, Álvaro Cunhal afirma que o PCP está disposto a discutir com outros partidos democráticos uma fórmula alternativa ao actual Governo ■ Realiza-se, em Vendas Novas, o Encontro Regional de Jovens Operários Agrícolas organizado pela Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul ■ O bispo sul-africano Desmond Tutu sublinha, no País de Gales, que ao impedirem a adopção de sansões económicas obrigatórias contra a África do Sul, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha estão a encorajar o *apartheid*.

25
Domingo

Num documento oficial divulgado pela ANOP, refere-se que mais de um milhão de famílias portuguesas vai sofrer, a partir de Julho, aumentos de rendas de casa ■ Os conselhos directivos dos baldios de Coimbra repudiam, no final da sua reunião em Arganil, os projectos de lei sobre a matéria apresentados na Assembleia da República e que intitulam de «projectos de lei-roubo» ■ Realiza-se, na Amadora, o 2.º Encontro da Organização Distrital de Lisboa da JCP ■ A Organização de Unidade Africana (OUA) comemora 23 anos de existência ■ Em Inglaterra, o bispo sul-africano Desmond Tutu afirma que «não sou um pacifista, mas apenas um amante da paz. Sou adversário de todas as formas de violência, embora reconheça que há alturas em que a violência é a única opção» ■ Nas capitais de diversos países, um pouco por todo o mundo, realiza-se a «corrida contra o tempo». Mais uma iniciativa de ajuda ao combate à fome em África.


1 milhão afectado

26
Segunda-feira

O acordo de Contadora (México, Panamá, Venezuela e Colômbia), que prevê a retirada das bases militares estrangeiras da América Central, pode ser assinado pelos presidentes da Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Costa Rica e Honduras, em 6 de Junho próximo, admite-se numa declaração assinada numa reunião dos chefes de Estado daqueles países ■ Larnaka, a terceira cidade de Chipre, e a capital, Nicósia, são duas das municipalidades ganhas no domingo por candidatos comunistas. O Partido Comunista (AKEL) venceu em nove das dezoito câmaras onde houve eleições ■ A privatização do centro de mercadorias da RN é repudiada pelos trabalhadores ■ Químicos desafiam Governo para debate sobre a CNP.

Avante!
Propriedade de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*, Rua Soeiro Pereira Gomes 1699 – Lisboa CODEX. Tel: 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel: 76 97 25 76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: «Editorial Avante! SARL» Sede Social: Av. Santos Dumont, 57, 3.º 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel: 77 98 28 77 98 25 76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel: 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel: 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel: 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel: 69 39 08 69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel: 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa Tel: 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel: 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel: 77 69 36/77 67 50 *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel: 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Março: 34 424

Semana

Avante!

Ano 56 – Série VII
N.º 648
28 de Maio de 1986
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

V Congresso da CGTP-IN

Inicia-se amanhã e termina sábado a reunião magna dos sindicatos portugueses

Sob o lema Trabalho e Progresso Democracia e Paz

MUDAR O NECESSÁRIO PROGREDIR

No «Avante!» de 17 de Abril acabávamos um trabalho sobre o V Congresso da CGTP com a fundação da Intersindical em 1970. Com base em elementos fornecidos pela Central unitária dos trabalhadores portugueses, retomamos hoje o fio interrompido, compulsando dados mais recentes.

De Outubro de 1970 a 25 de Abril de 1974 a Intersindical travou com êxitou a luta pela eleição de muitas direcções sindicais, derrubando comissões administrativas e direcções forjadas pelo patronato e governo fascistas, desenvolveu a luta pelas liberdades democráticas, nomeadamente a liberdade sindical, pelo direito à greve, contra a censura, contra os despedimentos abusivos e o desemprego, pelo direito à habitação, à saúde e ao ensino, pelo fim das guerras coloniais.

Nos dias que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, o movimento sindical e os trabalhadores passam a actuar à luz do dia desenvolvendo intensa actividade, desde o afastamento de direcções sindicais fiéis ao regime deposto até à extinção das corporações. O Ministério com este nome é substituído pelo Ministério do Trabalho.

A Intersindical assume a responsabilidade de organizar as primeiras comemorações em liberdade do 1.º de Maio e promove todas as diligências, que vêm a ser coroadas de êxito, para que esta data memorável seja consagrada como feriado nacional.

A incessante acção da Intersindical prossegue. A partir de reivindicações apresentadas na altura, é fixado pela primeira vez o salário mínimo nacional que beneficia mais de 50 por cento dos assalariados. É reconhecido o direito de os trabalhadores participarem directamente na gestão da Segurança Social (ex-Previdência) e em outras organizações directamente ligadas aos interesses de quem trabalha.

São várias as manifestações convocadas para exigir o fim das guerras coloniais e o imediato reconhecimento do direito à independência total dos povos das antigas colónias.

A Intersindical apoia a grande maioria das acções reivindicativas, que vão permitir melhoriais salariais e sociais consideráveis e pôr termo ao trágico panorama de salários de miséria praticados até então.

São da Intersindical as primeiras palavras de ordem dirigidas a todos os sindicatos, apelando a uma rápida mobilização em defesa da democracia, quando surgem as tentativas reaccionárias de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março de 1975.

Organizada pela Intersindical desencadeia-se uma grande campanha contra os despedimentos sem justa causa.

São reclamadas a nacionalização da banca e das indústrias básicas, bem como a realização da Reforma Agrária, acções que passam a concretizar-se com a adesão e o empenhamento da esmagadora maioria dos trabalhadores.

Segue-se uma breve resenha do que foi a vida da Central unitária dos trabalhadores portugueses a partir de meados de 1975.

Luís Sá

INTRODUÇÃO À TEORIA DO ESTADO

A teoria do Estado organiza toda uma imensa soma de dados históricos e de dados sobre as actuais situações concretas, na perspectiva de ajudar a compreendê-los, a dar elementos para conhecer o futuro e lutar por ele.

À VENDA

a Talhe de FOICE

À tona silenciosamente

A verdade vem sempre à tona da água. Não tão ruidosamente como quando a tentam submergir. Mas vem. Por muitos tentáculos que à viva força a queiram deixar coberta de líquenes, moluscos e algas, arranja sempre maneira de escapar e de dar à costa.
E, nos tempos que correm, mal se avistam as suas pontas, se imaginarmos que quem nos está a ler não nos lê e que informações só as bebe em locais que deveriam ser considerados pela Inspecção Geral de Saúde como insalubres e fontes de contágio de alto risco.

Submergiram-se ruidosa e espalhafatosamente em Setembro de 1983, quando caças soviéticos abateram um «Jumbo» das linhas aéreas sul-coreanas com 269 passageiros a bordo.

Submergem-na agora ao falarem do grave acidente ocorrido na central nuclear de Tchernobyl.
Só que a verdade é como o azeite. Bem o podem empurrar que vem sempre ao de cimà.

Atentemos nesta notícia, que não teve honras de manchete, e que diz que «um livro agora publicado em Londres indica que o «Jumbo» sul-coreano abatido em território soviético, com 269 passageiros e tripulantes, estava em missão da CIA para experimentar as novas estações de radar soviéticas». A notícia que seguia ao título «"Jumbo" espiava para a CIA» está inserida na edição de 20 de Maio de «O Dia» e termina dizendo que «o presidente norte-americano, Ronald Reagan, terá de ser responsabilizado, pelo menos indirectamente, pela vida de 269 pessoas que iam a bordo do avião e a dimensão deste escândalo tornaria ridículo o de Watergate».

Os tais tentáculos de que falávamos no princípio, cá estão. Segundo a notícia, as informações estão contidas num livro publicado em Londres e da autoria de um professor de Oxford. No entanto, na pequena chamada de 1.ª página, tudo isto se passaria «segundo a URSS».

Mais recentemente — e continuando ainda a fazer correr rios de tinta — está o acidente de Tchernobyl. A RTP já pediu todas as desculpas que um desavergonhado pode pedir. O filme «clandestino» feito nas imediações da central nuclear foi filmado em Trieste, na Itália. A RTP pagou e apressou-se a transmiti-lo ruidosamente. Só depois a verdade viria à tona da água; de mansinho.

Agora, o vice-presidente e chefe de redacção da agência de imprensa norte-americana UPI, Maxwell MacKrohon, afirma — segundo um despacho da própria agência que «após uma análise meticulosa e verificação de fontes, a UPI não pode confiar mais no material informativo que divulgou sobre o acidente na central de Tchernobyl, no qual, citando notícias não confirmadas, dizia que, em consequência da avaria, tinham morrido duas mil pessoas».

É claro que veio com o argumento de que a agência de imprensa foi ludibriada — naturalmente por uma outra agência norte-americana, a mesma que mandou para a morte 269 pessoas —, mas a deformação foi veiculada e absorvida por milhões de pessoas. As mesmas que «comeram» o filme italiano da Ucrânia e que invectivaram durante meses os «assassinos de inocentes».

Mas o que é certo é que o azeite vem sempre ao de cima. Não tão barulhento, que notícia é conseguí-lo afundar e agora o grande problema são as broncas da selecção lá por terras mexicanas, que é silenciosamente que se tem de vir à tona da água.

■ *JM*

Trabalhadores

Cinco datas relevantes na vida dos sindicatos

Primeira. Em Julho de 1975 a Intersindical organiza o **Congresso dos Sindicatos Portugueses**, que foi o primeiro grande encontro dos trabalhadores nacionais desde a ditadura fascista. A Inter de então dedica todos os esforços à reestruturação sindical, na perspectiva de transformar os organismos sindicais existentes (de base profissional) em sindicatos por ramo de actividade, e a sindicalizar sectores nessa altura excluídos pela lei fascista: trabalhadores agrícolas, função pública e pescadores.

Segunda. Em 1977 o **Congresso de Todos os Sindicatos** constitui uma excelente vitória dos trabalhadores portugueses no combate ao divisionismo. É também para a CGTP-IN um marco histórico que assinala a grande maturidade dos trabalhadores e a sua elevada consciência de classe. No governo do PS sozinho surgem as campanhas do «Pacto Social», a submissão às medidas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Continua a pôr-se em causa, desde 1976, o processo de desenvolvimento económico independente, iniciado com o 25 de Abril. Os ataques mais violentos são dirigidos contra o nível de vida dos trabalhadores, a Reforma Agrária, as empresas intervencionadas e geridas pelos colectivos de trabalhadores onde estes tinham impedido a sabotagem do grande patronato.

Terceira. Em Março de 1980 a CGTP-IN reúne o seu 3.º Congresso, pouco depois de formado o primeiro governo AD. A prática política correspondia no fundamental aos primeiros governos da contra-revolução legislativa a partir de 1976. Entre 1980 e 1983 a CGTP inventiva a luta e desencandeia um combate sem tréguas aos governos antipopulares, antipatrióticos da AD. Em 12 de Fevereiro de 1982, em consequência das grandes movimentações verificadas, é levada a cabo a **primeira greve geral de âmbito nacional**, forma de luta que não voltara a ocorrer no País desde a instauração do fascismo. A greve geral mobiliza um milhão e meio de trabalhadores e tem reflexos importantes no descrédito dos governos AD aos quais assentou um rude golpe. Nesse ano de 82 o governo, o patronato saudosista e o divisionismo, com a fachada da UGT, tentam impedir os trabalhadores da região do Porto de comemorar o 1.º de Maio. A repressão causa dois mortos e centenas de feridos. Mas as comemorações realizaram-se no Porto. Os direitos de reunião e de manifestação foram defendidos. Respondendo à brutalidade da repressão, a CGTP-IN convoca a **greve geral de 11 de Maio**. Transformada numa grandiosa jornada de luta, a segunda greve geral é movida contra um governo que se afundaria em princípios de 83. A AD é derrotada, como governo e como aliança política.

Quarta. O IV Congresso da CGTP-IN decorre em Março de 1983. Actualiza-se o Programa, actualizam-se os Estatutos e é aprovado um Programa de acção para o triénio seguinte. Os **22 Pontos da CGTP** (Caderno Reivindicativo Imediato) passam a orientar a acção e as lutas dos trabalhadores e do seu movimento sindical até hoje. Em Abril de 1983 as eleições legislativas comprovam que o nosso povo não aprova a política que lhe tem sido imposta desde 1976/77. Constituiu-se, porém, um governo (PS/PSD) que, prosseguiu, e aprofundou até, a mesma política dos governos AD. Por isso fracassou, foi derrotado como os anteriores. A sua demissão, a dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições antecipadas criaram novas condições para uma mudança de política, no sentido de se respeitar a Constituição e fazer cumprir Abril. Durante o governo PS/PSD, a CGTP revelou-se mais uma vez como o firme esteio que é na defesa dos interesses e da luta dos trabalhadores pelos seus direitos. Sem essa luta teria sido impossível levar à derrota o governo PS/PSD, o mais ruinoso para o País desde o 25 de Abril. **Principais acções de âmbito nacional**: em 1983, as grandes jornadas de 15 de Outubro, 3 e 17 de Novembro, as vigílias de 23 de Dezembro; em 1984: jornadas nacionais de 28 de Janeiro e 1 de Março, comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, concentração nacional de 2 de Junho, campanha em defesa do sector público (sector empresarial do Estado) de 5 a 8 de Novembro, jornada nacional de 29 de Novembro e vigílias de 21 de Dezembro; Em 1985: jornadas nacionais de 14 de Fevereiro e 16 de Março, semana nacional de luta em defesa do SEE e da Reforma Agrária de 14 a 20 de Abril, as memoráveis jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio, jornada de 16 de Maio e acção nacional de protesto de 4 de Junho. Em 1984, durante o governo PS/PSD, **registou-se o maior número de greves declaradas e realizadas em Portugal depois do 25 de Abril**, confirmando assim, por um lado, a escalada na ofensiva antipopular daquele governo, e, por outro, a enérgica, persistente capacidade de resistência e de luta dos trabalhadores portugueses em torno da CGTP-IN.

Quinta. Na véspera do seu V Congresso a CGTP-IN conclui o balanço dos últimos três anos sobre os problemas, os resultados e a luta dos trabalhadores, o estado da sua organização de classe depois de encerrado (e derrotado) mais um ciclo da política de direita em Portugal de que foi protagonista a coligação PS/PSD, na altura em que o mesmo tipo de política é retomado pelo Governo PSD/Cavaco Silva com efeitos já visíveis sobre a vida dos trabalhadores e do País. O desemprego e a política de emprego, os salários em atraso, as modificações já produzidas e previstas com a introdução de novas tecnologias e integração de Portugal na CEE são alguns dos temas úteis, fundamentais, que estarão em debate no V Congresso da Central CGTP-IN e sobre os quais serão aprovadas medidas que nortearão as acções dos trabalhadores e do seu movimento sindical nos próximos três anos, período que medeia entre os Congressos da CGTP-IN.

Sim à Lei fundamental — proporá a CGTP

O V congresso sindical que amanhã se inicia em Lisboa coincide, na sua preparação, com uma forte escalada do Governo contra o sector empresarial do Estado. O SEE — substância da formação económica constitucional mais importante — suporta muito mal esse esforço de recuperação capitalista. Mesmo gestores com anos de prática e muito proveito, pessoal inclusive, não vêem com bons olhos a orientação seguida pelo governo do grande capital. Na **Parry & Son** houve reticências públicas da parte da direcção empresarial à falência estimulada, impulsionada pelo Governo. Na **CNP (Petroquímica)** o mesmo tipo de reticências tem vindo a público relativamente à decisão de encerrar a empresa. No entanto, são os trabalhadores, que constituem naturalmente a parte mais afectada nos negócios do Governo, da banca e do IPE (Instituto de Participações do Estado), quem protesta com mais veemência e recorre a acções de luta para salvar as empresas, os postos de trabalho e os salários, em muitos casos em atraso e difíceis de recuperar.

Das lutas mais recentes, além de **Loures** a que nos referimos noutro local destas páginas, o realce vai para a **Sorefame** onde está há tempos em curso uma manobra destinada a desmembrar a empresa passando-a inteiramente para o sector privado. Em benefício deste aparece também a tentativa de desmembramento da **EDP**. A instabilidade dos postos de trabalho e do emprego em geral continua subjacente a todos os manejos do grosso capital financeiro disposto a matar dois coelhos de um tiro: devolver tudo o que rende ao interesse privado e desorganizar as mais fortes concentrações de laborais da grande indústria, dispersando-as principalmente através do desemprego.

Porque as coisas se passam deste modo é que a CGTP-IN sublinha nas vésperas do seu V Congresso que se oporá **«por todos os meios legais e constitucionais às tentativas de alterar a Constituição»**. Num documento que apresentará durante as sessões que começam amanhã no Pavilhão dos Desportos em Lisboa a direcção da Central, baseando-se em «razões do passado, do presente e do futuro» para defender o texto constitucional já revisto, salienta o «carácter antimonopolista e antilatifundista do regime democrático português, assumido logo no Programa do MFA», carácter esse que «resulta da necessidade objectiva da democracia portuguesa, após 48 anos de ditadura fascista».

Quanto ao presente, no cumprimento da Constituição «encontra-se a base essencial da estabilidade democrática, assente no mais amplo consenso das classes e camadas sociais que, sendo as mais atingidas pelos efeitos da crise actual, são também as mais interessadas em contribuir activamente para a superação» dessa mesma crise.

As razões do futuro, que pertencem aos trabalhadores que lutam hoje contra o desmantelamento e a reprivatização do sector empresarial do Estado (SEE), a CGTP conclui quanto à Constituição:

«Face aos desafios dos progressos da ciência e da técnica» a modernização caminha «irreversivelmente para evoluções e mutações sociais que ampliarão o conteúdo da democracia no sentido da maior intervenção dos cidadãos na economia, na vida social e na vida política».

É nesse sentido que vai a Constituição, que vão as lutas dos trabalhadores, as formas de protesto e as diligências que têm adoptado na Sorefame, EDP, Setenave, Lisnave, Siderurgia Nacional, RN, CP, Metro, empresas vidreiras da Marinha Grande, Covina, CNP (Companhia Nacional de Petroquímica) e Parry.

Trabalhadores

Jornada em Loures

Situação social e lutas exigem ampla coordenação

A ofensiva orientada pelo Governo contra a própria organização do movimento sindical, em todos os locais onde a unidade prevaleça, obriga à coordenação das lutas, não apenas a nível das empresas, mas também no âmbito regional e por sectores de actividade. Por isso em Loures, entre 19 e 24 do corrente, foi a União dos Sindicatos de Lisboa que, através das delegações dos sindicatos locais, promoveu e coordenou, no âmbito da preparação do V Congresso da Inter, acções intersectoriais de luta, que incluiram uma concentração na passada quinta-feira, à qual nos referimos nesta página em texto à parte. A jornada incluiu também pedidos de audiência ao presidente da Câmara Municipal e a órgãos de soberania, contactos com a imprensa regional e rádios locais da área do concelho e com representantes paroquiais. Num memorando distribuído pela União dos Sindicatos de Lisboa são referidas 28 empresas, cuja situação caracteriza o panorama social do concelho de Loures. Nessas empresas, que incluem locais de trabalho tão importantes como a UCAL, Fábrica de Louças de Sacavém e Covina, levantam-se problemas comuns aos sectores metalúrgico; químico; construção, mármores e madeiras; cerâmico; vidreiro, têxtil e comércio.

Parar o trânsito para dizer «basta!»

Na Câmara Municipal de Loures os trabalhadores estão dispostos a aderir à greve nacional do sector, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local para 28 do corrente.

Segundo o STAL e as delegações sindicais do concelho de Loures, «os trabalhadores das autarquias lutam contra o projecto de carreiras do Governo Cavaco Silva». Se esse projecto fosse por diante, «80 por cento dos trabalhadores (só no caso da Câmara de Loures) ficariam numa situação de contratados a prazo e, a curto prazo, poderia ocorrer o despedimento de 800 trabalhadores».

Quanto ao **sector metalúrgico**, na **Heliaço** houve 22 despedimentos (17 foram autorizados pelo Ministério do Trabalho; 5 trabalhadores rescindiram o contrato). Na **Ferrotor** situação idêntica: 11 despedimentos autorizados pelo MT, 4 rescisões. Na **A. Santos** (82 trabalhadores) há cinco meses que não se trabalha por falta de encomendas; está em débito o mês de Março. Na **Trefilaria** os salários são pagos em prestações; falta dinheiro para encomendas. **Nacital**: apenas 42 trabalhadores efectivos; os restantes (102) contratados a prazo. **Precix**: a alternativa bancária baseia-se em dois termos: encerramento ou redução de 50 por cento dos postos de trabalho. **Mondor**: há dois anos que a tabela salarial não é actualizada; a maioria dos trabalhadores recebe 20 contos mensais quando deveria receber 29.

Químicos. Na **Sociedade Reunida Reis** os salários em atraso somam mais de 11 mil contos; a gestão é tão má que no ano passado apodreceram dentro das instalações da empresa 20 mil contos de batata de semente. **Ucal**: em débito o 13.º mês; encerraram alguns postos de venda; transferências para Loures; repressão; mudanças repentinas de horários e postos de trabalho; em estudo o plano de viabilização. **Unalbor**: a administração quer encerrar a divisão de Paiã; os salários não são pagos a tempo; plano de viabilização prevê despedimentos. **Copam**: reprimida pela administração a actividade sindical; descontado nos salários o crédito de horas atribuído legalmente aos delegados sindicais. **FNM**; dirigentes sindicais proibidos de entrar na empresa onde, como na Copam, patrões não autorizam plenário que a lei prevê durante as horas de trabalho. **Knorr**: mudança das instalações fabris de S. João da Talha para o Carregado. **Simet**: repressão das actividades sindicais. **Soquil**: 17 trabahadores à tarefa sem quaisquer regalias sociais. **Estação de Tratamento de Lixo de Lisboa**: suspensos há quatro anos sem salários os 60 trabalhadores do quadro desta empresa que funciona actualmente com contratados a prazo. **IPM**: violação completa de todas as leis; não são cumpridas decisões dos tribunais; repressão de todo o género, incluindo agressões; delegado sindical suspenso há dois anos; salários abaixo do mínimo nacional.

Construção, mármores e madeiras. Joaquim Francisco dos Santos: sem salários há meses; cheques emitidos não tinham cobertura; trabalhadores decidiram-se pela greve. **Nuno Salvação Barreto**: dívidas superiores ao valor do património; trabalhadores sem salários abandonam a empresa. **Ropisa**: total dos salários em atraso ronda os 20 mil contos. **Valura**: por pagar subsídios de férias e de Natal de 1985. **Osório Luís Soeiro**: salários em atraso há meses. **Mármores do Condado**: a empresa vende maquinaria; não paga salários em atraso.

Cerâmica. Cavan: tentativa para encerrar algumas secções com despedimetos. **Fábrica de Louça de Sacavém**: não se cumpre a tabela salarial; salários em atraso; repressão; rotina dos processos disciplinares.

Vidreiros. Covina: pode encerrar dentro de pouco tempo, se não houver investimentos.

Têxteis. Hevimac: pedida a falência; 100 postos de trabalho prestes a desaparecer.

Comércio. Pedro S. Pires: salários atrasados há vários meses.

Este resumido balanço, segundo dados fornecidos pelas delegações sindicais do concelho de Loures, revela profunda deterioração nas relações de trabalho e atinge indiscriminadamente empresas de pequeno, médio e grande volume. Milhares de trabalhadores de todas as idades e categorias profissionais são afectados. Uni-los na luta é função dos sindicatos.

Abrir caminho cortando estradas!

Há exactamente uma semana, a estrada nacional n.º 10 (que liga Lisboa a Vila Franca de Xira) engarrafava numa bicha de quase dez quilómetros. Bastaram 20 minutos para se chegar a tal confusão, mas quem a provocou – e deliberadamente – esperou meses e meses seguidos para o fazer. Fazer o quê? Um corte de estrada exactamente sobre a ponte do rio Trancão, em Sacavém de Baixo, por 20 minutos. E para quê? Não para irritar os automobilistas ou complicar o trânsito, mas apenas com o objectivo de chamar a atenção para a gravíssima situação sociolaboral que se vive no concelho de Loures: dezenas de empresas com salários em atraso, encerramentos e falências fraudulentas, despedimentos em massa, repressão e discriminação no estilo do capitalismo selvagem. Tudo a desabar sobre os trabalhadores, que naquele fim de tarde (às 18.00, mais exactamente) decidiram, às largas centenas, alertar assim a opinião pública para a grave situação que enfrentam.

A generalidade dos automobilistas compreendeu a situação. E o Governo?!...

Opinião pública que, a avaliar pelas dezenas de automobilistas que pudemos observar nas imediações da ponte, tem a noção dos problemas com que grande parte dos trabalhadores se debate. Apesar da natural contrariedade em se ficar retido numa estrada, no meio de uma bicha sufocante, a generalidade dos automobilistas não apenas aceitava a documentação que os trabalhadores lhe ofereciam, explicando as razões daquela acção, como aguardaram pacientemente o desenrolar dos acontecimentos, desligando motores, saindo dos carros e, às vezes, conversando com os trabalhadores concentrados. Apitos enervados, só ao princípio, antes de se perceber o que se passava. A própria GNR, que acorreu discretamente ao local com uma simples patrulha, limitou-se a fazer apelos para que desobstruíssem a estrada o mais depressa possível.

Desobstruiu-se, é claro, mas antes foi amplamente denunciada a escandalosa situação que se vive no concelho – **uma realidade a exigir mudança**, como insistentemente se frisou nas intervenções proferidas através de instalações sonoras, sobre a ponte. Há empresas como a «Joaquim Francisco dos Santos» (com grande representação dos trabalhadores na concentração) que, além de não pagar salários há meses, já chegou ao cúmulo de passar cheques sem cobertura, no montante de 6000 contos, para salários em atraso, no que já configura a burla descarada – enquanto dezenas de outras devem milhares e milhares de contos aos seus trabalhadores (A. Santos, Trefilaria, Precix, Mondor, Sco. Reunidas Reis, UCAL, ETL, Valura, Loiça de Sacavém, etc., etc.).

Entretanto só no ano passado encerraram mais de uma dezena de médias empresas no concelho (não contando com as mais pequenas), prolifera o abuso indiscriminado dos contratos a prazo (há empresas em que 95% dos seus trabalhadores estão nestas condições, onde praticamente só a administração, serviços de pessoal e quadros superiores são efectivos), do ano passado para cá já foram despedidos centenas de trabalhadores, alguns já oficializados pelo próprio Ministério do Trabalho, as condições de higiene e segurança são desprezadas com total sobranceria enquanto a chantagem, os processos disciplinares e o não pagamento de salários a activistas sindicais emparelha com suspensões ilegais, despedimentos, retenção de quotização devida a sindicatos, aliciamentos para a não sindicalização na CGTP-IN, restrições escandalosas nos direitos de associação e reunião, violação das leis e decisões dos tribunais e até agressão física aos trabalhadores.

Nacional

Justiça que tarda

Para grande indignação dos meios reaccionários e da sua imprensa, continua o processo dos acusados pelo assassínio do padre Max e da jovem Maria de Lourdes Correia. O processo deu recentemente entrada no Tribunal da Relação do Porto contra sete presumíveis implicados sobre os quais a acusação pensa dispor de provas suficientes. Antecipando-se à justiça, as folhas reaccionárias começaram já a gritar e a tentar confundir a opinião pública sobre os verdadeiros responsáveis do atentado. Os acusados, entre os quais avulta o célebre cónego Melo, voltam agora a ser «incomodados» pela justiça. Isto depois de mais de dez anos passados sobre o crime que se inseriu na onda de violência reaccionária contra os partidos de esquerda. Atentados bombistas contra personalidades do campo democrático, incêndios de centros de trabalho, agressões de militantes de esquerda ensombraram esses tempos. O Partido Comunista Português foi, como se sabe, o alvo principal dos atentados e muitos dos seus Centros destruídos e incendiados. Dez anos depois a justiça tarda em ser feita.

PCP

Delegação do PC Romeno visita Portugal a convite do PCP

Ao som da «Portuguesa», do hino nacional romeno e da «Internacional», de pé, entre aplausos e gritos cadenciados de «PCP» e «PCR» os participantes exprimiam de forma calorosa o sentido internacionalista da sua presença. Eram várias centenas, homens, mulheres e jovens, em número que excedeu a capacidade da sala, obrigando muitos a quedar-se pelos corredores, escadas e átrio de acesso. Passava das onze da noite. Aproximava-se do final o acto que ali fizera reunir tanta gente fraterna e solidária. Foi na última quinta-feira, no moderno salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

Estava-se num comício de amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Romeno.

Um comício onde o entusiasmo e a combatividade foram notas dominantes e no decorrer do qual tomaram a palavra os camaradas Ion Coman, membro do Comité Político Executivo e secretário do CC do PCR e Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Antes, porém, foi tempo para uma saudação de boas-vindas proferida pelo camarada Carlos Chaparro, membro da DORL, breve intervenção durante a qual o orador chamou a atenção para a ofensiva que o Governo de Cavaco Silva prossegue em várias frentes, designadamente contra o sector nacionalizado, ofensiva essa inserida numa política que, recordou, permite a manutenção da chaga social dos salários em atraso (só na cidade de Lisboa o seu número atinge mais de onze mil trabalhadores abrangendo 61 empresas), agrava o desemprego e as condições de trabalho, aumenta as rendas de casa pondo em risco de despejo milhares de famílias.

Antes de convidar a usar da palavra o camarada que chefiou a delegação romena de visita ao nosso país, Carlos Chaparro saudou ainda as lutas que trabalhadores de vários sectores têm travado vitoriosamente nos últimos tempos, afirmando que elas «provam que vale a pena lutar e que a luta é o caminho para que Portugal venha a ter um governo democrático que prossiga Abril».

Antes do secretário-geral do PCP usar da palavra – alocução atentamente seguida e várias vezes interrompida com aplausos pela numerosa assistência – procedeu-se a uma oferta de lembranças da DORL e dos colectivos do PCP da Lisnave e Quimigal (Lisboa), objectos feitos pelos próprios trabalhadores cuja entrega constituiu um momento de particular emoção.

Na mesa que presidiu ao comício, para além dos camaradas já referidos, encontravam-se António Daniel, da célula da Quimigal, José Godinho, presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, Filipe Rua, da Lisnave e do Comité Local de Lisboa, Francisco Lopes e Albano Nunes, membros do CC, e Luísa Araújo, membro suplente do Secretariado do Comité Central.

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal, de 19 a 23 de Maio, uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Romeno composta por Ion Coman, membro do Comité Político Executivo e secretário do CC, Horobet Constantin, membro do CC e secretário do Comité Central Distrital do PCR de Satu Mare e Ion Dan Stefan, instrutor na Secção Internacional.

A delegação do PCR realizou conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Luísa Araújo, membro suplente do Secretariado e Albano Nunes, membro do CC e responsável pela Secção Internacional.

Durante as conversações procedeu-se a um intercâmbio de informações e opiniões acerca da situação nos dois países e a actividade dos dois partidos, da situação internacional, do movimento comunista e operário e das relações de amizade entre o PCP e o PCR.

A delegação do PCP expressou a solidariedade do seu partido para com os comunistas e o povo romeno na edificação da sociedade socialista na Roménia.

A delegação do PCR expressou a sua solidariedade para com a luta cheia de abnegação do PCP pela defesa e consolidação das conquistas democráticas do 25 de Abril.

Durante a sua visita a delegação do PCR contactou directamente com a realidade portuguesa e a actividade do PCP em diversos domínios.

A delegação do PCR contactou directamente com a realidade portuguesa e a actividade do PCP em diversos domínios.

A delegação do PCR deslocou-se ao concelho de Sines, no distrito de Setúbal, onde se encontrou com a respectiva comissão concelhia do PCP, foi recebida pelo presidente e vereadores da Câmara Municipal de Sines e pela Junta de Freguesia de Santo André e tomou contacto com a actividade do poder local democrático, visitou a empresa MetalSines e encontrou-se com dirigentes sindicais. No distrito de Lisboa visitou a empresa Centrel e foi recebida na Câmara Municipal de Loures, pelo seu presidente Severiano Falcão e vereadores. No distrito de Santarém teve um encontro com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Santarém dirigida por Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do CC do PCP e visitou a UCP/Cooperativa «Mouchão do Inglês», em Alpiarça. Na freguesia de Alcântara, em Lisboa, realizou-se um Comício de Amizade onde usaram da palavra Álvaro Cunhal e Ion Coman.

A visita da delegação do PCR a Portugal constituiu uma nova contribuição para o desenvolvimento das relações de amizade e solidariedade existentes entre os dois partidos.

Comício de amizade PCP-PC Romeno

Intervenção de Álvaro Cunhal

Camaradas:

Justifica-se plenamente que, antes de abordar as questões políticas próprias deste comício de amizade, diga duas palavras sobre o local onde ele é realizado: duas palavras sobre esta bela sala, sobre este belo edifício e sobre quem aqui trabalha.

Duas palavras breves para felicitar a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia de Alcântara da cidade de Lisboa, pelo trabalho realizado ao serviço da população.

Necessidade de reforçar os laços de amizade, cooperação e solidariedade no movimento comunista

Temos hoje aqui connosco neste comício de amizade uma delegação do Partido Comunista Romeno.

É sempre com sinceros sentimentos de amizade que recebemos em Portugal os camaradas romenos. Porque representam um partido comunista que está construindo a sociedade socialista na sua pátria. Porque as relações entre os nossos dois partidos vêm de há muito. E porque mantemos viva a gratidão pelo activo apoio e activa solidariedade que o PC Romeno prestou ao nosso Partido nos tempos da dura luta clandestina contra a ditadura fascista de Salazar e Caetano.

Esta visita constitui uma confirmação das relações fraternais existentes entre os nossos dois partidos. Ela possibilita aos nossos camaradas um conhecimento directo de aspectos fundamentais da realidade portuguesa. Ela traz-nos uma autorizada informação do PC Romeno sobre as suas tarefas, a sua actividade e as realizações da Roménia socialista, e a opinião do PCR sobre os mais candentes problemas internacionais.

As conversações já realizadas confirmam a vontade dos dois partidos de estreitar as suas relações de amizade, certos também de que as relações entre os dois partidos constituem um importante aspecto da amizade entre os nossos dois povos e uma importante contribuição para o desenvolvimento das relações entre os nossos dois países.

Nós, os comunistas portugueses, consideramos que a luta dos trabalhadores pela sua libertação, o desenvolvimento das históricas realizações do socialismo, a defesa das conquistas democráticas dos povos, a garantia da independência e soberania dos Estados e a defesa da paz exigem que se estreitem e desenvolvam as relações de amizade e cooperação entre os partidos comunistas e operários.

Ou seja: exigem o reforço da unidade do movimento comunista internacional, condição indispensável para a cooperação e a acção comum e bem sucedida de todas as forças anti-imperialistas.

O imperialismo, tendo a comandá-lo o imperialismo norte-americano com o governo Reagan, mobiliza todos os seus recursos — económicos, financeiros, políticos, ideológicos, repressivos, militares, diplomáticos — contra a União Soviética e os demais países socialistas, contra os países que, tendo-se libertado do colonialismo e de outras formas de dominação estrangeira, escolhem o caminho da independência e do progresso social, contra os regimes democráticos e progressistas, contra todos aqueles — Estados, povos, forças políticas — que com firmeza e determinação se opõem à exploração e à opressão imperialistas.

Para nós, comunistas portugueses, é uma ideia assente que, numa situação em que as forças do imperialismo coordenam as suas forças, os seus ataques, os seus planos, seria um erro histórico imperdoável que os trabalhadores, os povos, os Estados progressistas pelo seu lado não mobilizassem e unissem todas as suas forças na defesa dos seus interesses comuns.

Consideramos negativas no movimento comunista tendências que por vezes se verificam contrárias ao exame conjunto dos problemas e ao reforço do entendimento, da compreensão e da luta comum. Utilizando a imensa força política que representam no mundo, os comunistas estão em condições de contribuir de forma decisiva para a unidade de todas as forças anti-imperialistas democráticas e de progresso social.

Na base do internacionalismo proletário põe-se como dever instante e inalienável dos partidos comunistas e operários reforçarem a sua solidariedade recíproca, a sua cooperação e a sua acção comum em todas as esferas em que ela seja possível.

É com esse espírito que o nosso Partido, que conta com a solidariedade dos partidos irmãos, é activamente solidário para com eles e para com todas as forças revolucionárias e progressistas; é solidário para com o PC Romeno e a Roménia Socialista, para com a URSS e todos os outros países socialistas, para com os povos em luta contra o imperialismo e designadamente, no momento actual, para com aqueles que, na América Central, na África Austral e no Próximo Oriente, são vítimas de agressão militar e das ameaças de guerra do imperialismo norte-americano, que entretanto vai armando terroristas, contra-revolucionários e bandoleiros com armas sofisticadas.

Duas grandes tarefas se impõem a todos: a luta contra o imperialismo e em defesa da paz mundial.

São tarefas comuns e inseparáveis como inseparáveis delas são também da luta pela liberdade, a democracia, a independência nacional e o socialismo.

A defesa da paz tarefa de toda a humanidade

Os povos têm fundadas razões para estar inquietos com as sucessivas e constantes agressões militares dos Estados Unidos contra povos soberanos, como se o imperialismo norte-americano fosse o imperador do mundo e todos os países devessem ser seus súbditos.

Os povos têm fundadas razões para estar inquietos com o revoltante terrorismo de Estado desencadeado pelo governo de Reagan de que a

PCP

«Duas grandes tarefas se impõem a todos: a luta contra o imperialismo e em defesa da paz»

agressão militar à Líbia e as ameaças à Nicarágua e à Síria são novos revoltantes exemplos.

Os povos têm fundadas razões para estar inquietos com o agravamento da situação internacional resultante de uma política que tem a sua mais violenta e perigosa expressão na corrida aos armamentos, designadamente na corrida aos armamentos nucleares e na preparação da militarização do cosmos, conduzida pelo imperialismo norte-americano e pelos comandos superiores da NATO.

Está à vista dos povos o radical contraste entre a política de ingerência, de estrangulamento financeiro, de intervenção de terrorismo, de agressão militar, de guerras não declaradas, conduzida pelos Estados Unidos e a política de paz insistentemente conduzida pela União Soviética e outros países socialistas.

Nós consideramos uma contribuição determinante para a paz as propostas da URSS para a suspensão das explosões nucleares e a renúncia ao armamento do cosmos, assim como o programa para a liquidação por etapas até ao ano 2000 das armas nucleares e outros meios de destruição massiva.

Consideramos do mais alto alcance as propostas para libertar o continente europeu de armas nucleares tanto de longo como de médio alcance.

Consideramos de alto valor a iniciativa da Roménia Socialista para a solução pacífica dos conflitos internacionais e a proposta da Roménia e da Bulgária para a transformação dos Balcãs numa zona libertada de armas nucleares e de armas químicas.

Os povos devem ser esclarecidos das razões que levam o governo de Reagan a recusar as propostas da URSS e dos outros países socialistas.

Essa recusa só pode ser explicada pelo plano de domínio mundial do imperialismo norte-americano, pelo plano de tentar abafar pelo uso das armas a vontade livre dos povos, pela louca ideia de que, pela força e pela guerra, pode fazer andar para trás a roda da história.

A compreensão dos perigos da política de Reagan abrange um cada vez maior número de Estados e de forças políticas e sociais de todo o mundo.

É o caso da **«iniciativa de paz dos cinco continentes»** tomada pelos governos da **Índia, Argentina, México, Tanzânia, Suécia e Grécia**, com vistas à limitação das armas nucleares, à suspensão das experiências e ao impedimento do armamento do espaço.

É o caso da posição do governo da **Dinamarca** que anunciou que irá defender na NATO a suspensão das experiências nucleares.

É o caso do Partido Social Democrata da RFA que no dia 13 próximo passado foi a Praga encontrar-se com o Partido Socialista Unificado da RDA e com o Partido Comunista da Checoslováquia para declararem os perigos da pressão dos Estados Unidos sobre os seus aliados europeus com vistas à instalação na Europa de mísseis equipados com novas armas químicas.

Tal não é infelizmente a atitude do Governo português do PSD/Cavaco Silva.

As atitudes assumidas em relação à agressão terrorista dos Estados Unidos à Líbia e às actividades antiangolanas e antimoçambicanas, por exemplo, mostram o seguidismo e o servilismo do Governo de Cavaco Silva em relação ao imperialismo norte-americano.

Como julgar de outra forma o facto de o Governo expulsar de Portugal diplomatas líbios ao mesmo tempo que confessa não ter provas do envolvimento da Líbia em actos terroristas?

Como julgar de outra forma o facto de, desmentindo falsas declarações do Primeiro-Ministro em Londres, continuarem livremente as suas actividades e declarações em Portugal os terroristas da Unita e da Renamo? Esses sim, camaradas, há mais que razões para os expulsar de Portugal em vez de lhes fornecer passaportes portugueses como o Governo faz.

Quando se toma posição sobre as acções agressivas do imperialismo, a corrida aos armamentos e os perigos da guerra nuclear, uma ideia deve estar presente em todos quantos queiram tomar posição: que a recusa ao diálogo e à solução política e pacífica dos conflitos, a corrida aos armamentos nucleares e à militarização do espaço **são um perigosíssimo e irresponsável caminho para uma guerra nuclear.** E que **uma guerra nuclear seria a hecatombe não apenas para tal ou tal país, mas para toda a humanidade.**

Seria tão absurdo e irresponsável pensar que se poderia através da guerra nuclear fazer a revolução mundial, como é absurdo e irresponsável pensar que se poderá através da guerra nuclear liquidar a luta libertadora dos povos que caracteriza a época em que vivemos.

A avaria na central atómica soviética de Tchernobil constitui a este respeito um sério aviso para toda a humanidade.

A histeria anti-soviética e o desastre de Tchernobil

Todos assistimos aqui, em Portugal, à histérica campanha anti-soviética que se desencadeou após o desastre de Tchernobil. Servindo e secundando servilmente o vendaval de propaganda soprada pelo governo de Reagan, os grandes meios de comunicação social — televisão, rádio, jornais — anunciaram 2000 mortos, difundiram que 30 000 pessoas morreriam de cancro nos próximos anos em resultado da avaria, falaram das nuvens de radioactividade a tombarem sobre os países vizinhos e a ameaçarem as vidas, gritaram que toda a terra da Ucrânia estaria envenenada pela radioactividade. E, naturalmente, como se não bastasse a vaga de colossais mentiras a tentar espalhar o pânico, difundiram com o devido relevo essa incrível decisão dos países da CEE que, obedecendo às ordens dos Estados Unidos, no mesmo momento em que os Estados Unidos reclamavam contra as limitações à exportação dos seus produtos agrícolas para a Europa, proibiram as importações pelos países da CEE de produtos agrícolas da URSS e de outros países socialistas.

Trata-se, de facto, de um acidente de muito graves consequências. Morreram no imediato dois trabalhadores. Foram hospitalizadas 299 pessoas das quais 36 em estado muito grave. Destas 36 faleceram 7 e é de prever que, apesar de estarem mobilizados todos os recursos científicos e médicos para salvá-las, outras não sobreviverão. Foi necessário dominar e silenciar o reactor que fugira ao controlo. Foi necessário impedir que os outros três reactores da central fossem atingidos. Foi necessário limitar a difusão da radioactividade e para isso foi necessário «abafar» o edifício do reactor avariado com cimento e outras substâncias lançadas de helicóptero. Foi necessário evacuar em poucas horas milhares de pessoas da zona perigosa com raio de 30 quilómetros. Foi necessário estabelecer um severo controlo sobre o nível da radioactividade na atmosfera, na água, nos produtos. Para tudo isso, foi necessário mobilizar recursos imensos, recursos científicos, recursos médicos, recursos técnicos, recursos financeiros, numa escala ainda difícil de calcular.

E, mais do que isso, para dominar e eliminar totalmente as consequências da avaria — designadamente a desactivação do território da central e das suas proximidades, dos edifícios, dos equipamentos, etc. — foi necessário e continua a ser necessário, não apenas a altíssima competência e preparação científica e técnica que possui a União Soviética, mas o empenhamento, a dedicação, o espírito de sacrifício, a coragem e o heroísmo do povo soviético com os comunistas na vanguarda.

Nós tivemos ocasião de expressar aos camaradas soviéticos a nossa solidariedade por motivo do desastre de Tchernobil e estamos certos de que o povo português compartilha dos nossos sentimentos.

Camaradas. Eu estive agora mais de uma semana na URSS. Regressei ontem a Lisboa. Posso testemunhar directamente o que vi e ouvi. Diariamente a televisão, a rádio, os jornais dão informações exaustivas sobre todas as questões relativas à avaria na central nuclear, às suas consequências e à luta contra elas. Dirigentes do Partido e do Estado, cientistas, médicos, técnicos, trabalhadores dão informações e opiniões.

Não apenas os soviéticos.

Os mais autorizados especialistas de energia atómica e de segurança nuclear, presentes na União Soviética por motivo da avaria na central, como o director geral da Agência Internacional de Energia Atómica, Blix, o célebre médico americano dr. Gale e outros foram unânimes em confirmar em comunicados, declarações e conferências de imprensa com participação de centenas de jornalistas, as informações completas e pormenorizadas dadas pelas autoridades e os especialistas soviéticos, indicando as informações relativas ao nível e ao perigo das radiações, ao tratamento das vítimas e ao combate às consequências da avaria.

A intervenção feita na televisão soviética pelo camarada Gorbatchov no dia 14 e hoje publicada no «Avante!», tem a este respeito particular importância. Foram expostos com clareza os elementos fundamentais relativos à avaria, às suas consequências imediatas e às medidas tomadas. Foi feita uma avaliação do significado não apenas para a URSS, mas para todo o mundo da avaria e desastre de Tchernobil uma vez que a avaria revelou a terrível ameaça da energia atómica se foge ao controlo do homem.

Daí ter o camarada Gorbatchov sublinhado justamente que a avaria de Tchernobil chama ainda mais a atenção para os perigos da corrida ao armamento nuclear e para a importância das propostas soviéticas para a limitação e liquidação ulterior e total, até ao ano 2000 das armas nucleares.

Daí as propostas concretas no sentido da cooperação para o desenvolvimento seguro da energia nuclear de todos os Estados que se ocupam da energia atómica, da realização de uma conferência internacional em Viena de Áustria promovida pela Agência Internacional de Energia Atómica e para o reforço da actividade desta organização e o reforço da intervenção da ONU nesta matéria.

Daí também a insistência na proposta de um encontro com Reagan para exame conjunto do problema.

A avaria na central de Tchernobil, além de uma experiência cuja assimilação é imprescindível, coloca perante o mundo alguns sérios motivos de reflexão.

Um é a extrema complexidade da energia nuclear e a consequente necessidade de aprofundar o seu conhecimento de forma a permitir o prosseguimento do seu aproveitamento pacífico, garantindo a segurança das populações.

Outro é a advertência objectivamente contida na gravidade das consequências da avaria.

Se uma avaria numa pacífica central nuclear contém tão graves perigos como os agora verificados, a humanidade tem a obrigação de reflectir no que pode significar a corrida aos armamentos nucleares, perigoso caminho para a catástrofe universal que representaria uma guerra atómica.

Lembremo-nos que a bomba atómica americana que nos fins da 2.ª Guerra Mundial destruiu a cidade japonesa de Hiroshima — bomba com a potência de 15 000 t de potência explosiva — causou **centenas de milhar de mortos** e que actualmente são produzidas bombas com uma potência de 1 milhão e mais de toneladas.

É justo perguntar qual a razão da furiosa campanha contra a URSS e contra os outros países socialistas com pretexto na avaria de Tchernobil.

Algumas razões são completamente claras. Com esta campanha procura o imperialismo norte-americano desviar as atenções do mundo das propostas de paz da União Soviética e de outros países socialistas. Procura fazer esquecer perigos para a humanidade da corrida aos armamentos atómicos que prossegue.

Mas como já tem sido dito, a campanha acaba por voltar-se contra quem a lançou. Porque subitamente o mundo dá-se mais claramente conta da terrível ameaça que comporta a corrida aos armamentos nucleares e a absoluta necessidade de pôr fim a essa corrida para a morte da humanidade.

A Embaixada em Moscovo e os estudantes portugueses em Kiev

Sem dúvida que é um dever das embaixadas portugueses providenciarem no sentido de darem o apoio necessário aos cidadãos portugueses residentes nos países respectivos.

É porém difícil de incluir no quadro de tal dever as diligências feitas pela Embaixada de Portugal em Moscovo junto dos estudantes de Kiev para lhes oferecer a evacuação para Portugal.

Em Kiev estão a tirar os seus cursos 20 estudantes portugueses. Frequentam cursos diversos: arquitectura, economia, relações económicas internacionais, medicina, electrotecnia, música, cinema, educação física e outras.

Diga-se de passagem que estes estudantes portugueses recebem na URSS um apoio que dificilmente poderiam receber em Portugal: têm o ensino gratuito e auferem bolsas com que pagam o seu alojamento, a sua alimentação e as suas despesas pessoais.

Esta diligência não pode ser considerada como expressão de interesse pela sorte, a saúde e o bem-estar desses nossos jovens compatriotas.

A Embaixada de Portugal em Moscovo sabia perfeitamente, pelas informações autorizadas das autoridades soviéticas e dos citados e outros especialistas estrangeiros, que em Kiev tudo corre normalmente e que não existia perigo para a saúde dos habitantes.

Os estudantes portugueses em Kiev deram à Embaixada a justa e necessária resposta: que em Kiev não existe o perigo apontado, que a vida é normal, e que, de momento, eles, estudantes portugueses, agradecem à Embaixada que os deixe em paz porque se estão preparando intensivamente para os exames.

E, já que falo dos exames, aproveito para informar que os estudantes portugueses em Kiev têm tido magnífico aproveitamento escolar, estando alguns a terminar com êxito os seus cursos superiores.

Parabéns pois aos estudantes portugueses em Kiev, pelo seu aproveitamento e pela atitude séria e responsável, com que no vendaval da histeria anti-soviética desencadeada por motivo do desastre de Tchernobil souberam honrar a juventude e o povo de Portugal.

O Governo PSD contra a democracia, contra o povo, contra o País

A atitude do Governo PSD em relação às grandes questões internacionais não é um aspecto isolado, mas sim parte integrante da política reaccionária do Governo.

Se quisermos resumir em muito poucas palavras o programa do Governo podemos dizer: **o programa do Governo PSD de Cavaco Silva é a destruição da democracia portuguesa conquistada com a revolução de Abril e consagrada na Constituição da República.**

Não se passa dia algum em que o Governo não tome ou não anuncie novas medidas com estes objectivos antipopulares, antidemocráticos e antinacionais.

No que respeita à **democracia política** — designadamente no que respeita aos direitos e liberdades dos cidadãos — é a Lei de Segurança Interna com escutas telefónicas, violação da correspondência e buscas sem mandato judicial, são os Serviços de Informação, é o alargamento dos chamados Serviços de Estrangeiros do MAI, são as tentativas de limitar e em alguns casos impedir o direito à greve, é a entrega ao capital privado de jornais do Estado e a tentativa de entregar-lhe a televisão, são os projectos de alteração do sistema eleitoral com o objectivo central de eliminar o princípio da proporcionalidade.

No que respeita à **organização económica**, são os brutais golpes inconstitucionais e ilegais contra as nacionalizações e o apoio e protecção para a tomada de posições dominantes e a rapina dos bens e recursos do País pelo grande capital. É a ofensiva contra as nacionalizações, recentemente evidenciada com os planos de extinção da Companhia Nacional de Petroquímica e do desmembramento da EDP e da Quimigal e a venda ao desbarato de participações do Estado. É a ofensiva contra a reforma agrária que o Governo pretende agora concretizar na nova lei anti-reforma agrária já entrada na Assembleia da República.

No que respeita à **situação social** é a ameaça do Governo de não executar a lei aprovada pelos partidos democráticos na Assembleia da República com vistas a começar a solucionar o gravíssimo problema dos salários em atraso, é a política dos despedimentos em massa, são as decisões arbitrárias do encerramento de empresas atirando para o desemprego milhares e milhares de trabalhadores (como é o caso das cinco vidreiras da Marinha Grande), é a lei do aumento das rendas, é o aumento do preço da saúde, é a tentativa de desmantelar a segurança social e de entregar ao capital privado os infantários dos Centros Regionais, é a nova tentativa de fazer aprovar o pacote laboral com o objectivo de agravar ainda mais a exploração e a situação dos trabalhadores.

No que respeita à **independência nacional**, esta é sacrificada diariamente (no plano político, económico e militar) aos interesses dos Estados Unidos e dos países da NATO.

E palavras enganadoras já não enganam ninguém.

PCP

«Sem o PCP não há alternativa democrática possível ao Governo PSD»

Cavaco Silva declarou em Londres que não reconhece, apoia ou financia a Unita e a Renamo e que estas organizações não têm actividades em Portugal porque não são autorizadas. Mas, ao mesmo tempo, a RTP dirigida pelo Governo transmite entrevistas que o chefe da Unita dá na África do Sul, a Unita e a Renamo actuam em Portugal com a protecção do Governo e os seus porta-vozes em Lisboa fazem livremente declarações à comunicação social.

No **plano económico** as medidas que o Governo toma no processo de integração na CEE constituem cada dia concessões ao imperialismo de posições chave na economia portuguesa e novas amarras da dependência em relação ao estrangeiro.

Isso sucede todos os dias.

Assim, por exemplo, a autorização da exportação do Vinho do Porto engarrafado pelos vinicultores durienses — medida que custará cara a Portugal — é a entrega a exportadores estrangeiros, não só dessa preciosa riqueza nacional, como do controlo (ou falta de controlo) da sua qualidade.

Estes factos definem e caracterizam no fundamental a política do Governo. É antipopular, é antidemocrática, é antinacional. E, sendo também anticonstitucional, é uma política de subversão.

O Governo recusa cumprir leis que a Assembleia da República aprova. Recusa cumprir sentenças dos Tribunais que o obrigam a corrigir decisões tomadas. **O Governo impede assim no fim de contas o funcionamento democrático das instituições.**

E porque assim é, cabe aqui lembrar um artigo da Constituição (o art.º 189) segundo o qual o Governo pode ser demitido quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas.

Demissão do Governo e possibilidade de uma alternativa

O governo PSD de Cavaco Silva pretende imprimir um ritmo mais apressado à ofensiva contra-revolucionária. Mas —, como governo minoritário que é, não tendo conseguido uma maioria «AD» nas eleições de 6 de Outubro, tendo sido claramente derrotado nas eleições presidenciais, defrontando na Assembleia da República a oposição dos partidos democráticos que em conjunto dispõem de nítida maioria, defrontando a luta dos trabalhadores e de amplos sectores populares que fazem frente firme e corajosamente à sua política — **o governo PSD de Cavaco Silva, querendo andar a um ritmo mais apressado na destruição dos direitos do povo e das conquistas de Abril, tem de andar a um ritmo mais lento que os governos anteriores.**

Não é por falta de vontade e de gula reaccionária. Mas porque não tem força para tanto. É assim de prever, continuando a luta dos trabalhadores e convergindo os democratas, **que o governo, que teve entrada de leão, pode vir a ter uma saída de sendeiro.**

Faz ainda voz grossa. Convence cada vez menos.

No comício do PSD do dia 9 no Campo Pequeno, Cavaco Silva proclamava à maneira de ameaça que, se não fossem aprovadas pela Assembleia da República as suas propostas de lei antidemocráticas, ele, Cavaco Silva, todo poderoso chefe do PSD e todo poderoso Primeiro-Ministro, poderia até demitir-se.

Como podemos comentar, camaradas?

Muito simplesmente. Primeiro, que, se a Assembleia da República não aprovar tais projectos de lei (lei contra direitos vitais dos trabalhadores, lei de segurança interna, lei contra a reforma agrária, lei da entrega ao grande capital de sectores chave da Comunicação Social do Estado, etc.) se a Assembleia da República não aprovar tais projectos do Governo será uma grande vitória da democracia de que o povo e o País só podem alegrar-se.

Segundo, que, se em consequência o Primeiro-Ministro se demitisse, seria mais uma grande vitória da democracia. Até podemos dizer que o povo português ficaria muito grato ao Sr. Primeiro-Ministro, porque, **pedindo a demissão, o sr. Primeiro-Ministro poupará ao povo português o trabalho de um dia o atirar a baixo.**

Entretanto, o Primeiro-Ministro não ficou por ali. Segundo os jornais, teria adiantado mais: que, pedindo a demissão, **«exigirá»** eleições legislativas antecipadas. E quando disse «exigirá» fez entender que, «exigindo» ele Primeiro-Ministro e chefe do PSD, tal «exigência» naturalmente, inevitavelmente, tem de ser satisfeita.

Aqui é que a porca torce o rabo. Não para a democracia naturalmente, mas para o Primeiro-Ministro e para o PSD.

Porque lá pedir a demissão pode o Primeiro-Ministro fazê-lo. Até pode declarar que «exige» eleições antecipadas. Mas decidir de eleições antecipadas, isso é que excede o seu poder, uma vez que, como se sabe, tais competências não são do Primeiro-Ministro, mas do Presidente da República. E não nos parece que Cavaco Silva possa estar certo que o Presidente da República acederia naturalmente, irresistivelmente e irrecusavelmente à sua «exigência».

Como também se sabe, a realização de eleições antecipadas não é consequência forçosa da demissão do governo. Na situação actualmente existente, **a demissão do governo minoritário do PSD de Cavaco Silva não põe qualquer complexo problema institucional.**

Para a substituição do governo PSD, não é de forma alguma necessária — sob o ponto de vista institucional — a realização de eleições antecipadas.

A actual Assembleia da República, com a actual composição política e partidária em que os partidos democráticos (PS, PRD, PCP, MDP/CDE e os Verdes) em conjunto dispõem de **uma confortável maioria — 139 deputados no total de 250 deputados, conta, sob o ponto de vista institucional, as condições indispensáveis para dar a base de apoio a um novo governo.**

É sabido que todos os partidos democráticos, embora com ideias certamente diferentes acerca do problema, se têm pronunciado pela possibilidade de uma alternativa ao governo minoritário PSD no quadro da actual Assembleia da República.

Não há pois qualquer dificuldade institucional. **E se não há dificuldades institucionais para a formação de um governo democrático, o dever dos democratas é vencer as dificuldades políticas para que tal objectivo possa ser alcançado.**

Convergência democrática ou alianças com a direita

A perspectiva da evolução da situação política põe assim em primeiro plano a posição, a atitude, os objectivos, as opções e as alianças programadas ou desejadas dos partidos democráticos.

Neste contexto, uma primeira e elementar questão é a atitude dos partidos democráticos em relação aos partidos da direita e à sua política.

Para nós, **comunistas, uma alternativa ao Governo PSD tem de significar necessariamente uma viragem na política nacional, o abandono da ofensiva de destruição do regime democrático consagrado na Constituição, a adopção de uma política de real estabilização e estabilidade, o que significa necessariamente que deve ser definida e aplicada no quadro da Constituição e do regime democrático e com a defesa intransigente da independência e da soberania nacionais.**

Para nós, quando se fala numa alternativa democrática, está excluído que possa ser encontrada numa qualquer aliança de qualquer ou quaisquer partidos democráticos com o PSD ou com o CDS.

O PSD afirma dia a dia a sua política antidemocrática e os seus objectivos de destruição do regime. O CDS, com a chefia do antigo Ministro de Salazar define-se por si: é claramente o partido salazarista que vem do passado fascista e que brandindo a bandeira da revanche, sobrevive no tolerante Portugal democrático.

Para o nosso Partido, nas condições actualmente existentes, admitindo ou não à formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional, **só é institucionalmente possível uma alternativa democrática ao Governo PSD de Cavaco Silva com a convergência e o apoio dos partidos democráticos, designadamente do PS, do PRD e do PCP, mas sem exclusão dos demais.**

Daí a importância que assume na actualidade a orientação que venham a adoptar o PS e o PRD, e digo venham a adoptar, porque tanto PS como PRD, na perspectiva respectivamente do seu Congresso e da sua Convenção Nacional, vivem presentemente numa fase de transição.

Nós não nos ingerimos nem queremos ingerir na vida interna dos outros partidos. Mas, tal como todos os dias fazem os outros em relação ao nosso Partido, não podemos deixar de manifestar a opinião do nosso Partido sobre a situação política e sua possível evolução e o papel que numa e noutra representam e podem vir a representar os partidos políticos.

Aliás alguns queixam-se de que o PCP emita juízos políticos a seu respeito quando não fazem outra coisa senão emitir juízos políticos e não políticos acerca do PCP.

A nosso ver, **existe uma questão base que na actual conjuntura se coloca a todos os partidos democráticos: tirarem ou não as necessárias experiências e as necessárias lições dos últimos anos da vida nacional.**

Experiências e lições em dois planos: o **da política** defendida e realizada e o **das alianças.**

No que respeita à política defendida e realizada para nós há uma experiência capital: que a política de destruição das conquistas de Abril para a restauração do capitalismo monopolista conduziu o País à desastrosa situação económica, financeira e social em que se encontra e que, por isso, é essencial mudar o rumo da política nacional dos últimos 10 anos, retomando o caminho de Abril.

No que respeita às alianças, as alianças de partidos democráticos com a direita para realizar a política de direita já mostraram (com repetida experiência do PS em 1977 e 1985) que conduzem o País ao desastre e os próprios partidos, depois de uma aparente liderança governativa, à subalternização, ao abandono, ao pagamento do preço pelo descontentamento que a política de direita provoca e finalmente ao enfraquecimento orgânico e à perda de grande parte do apoio social, político e eleitoral.

Os acontecimentos de 1985 e 1.º trimestre de 1986 foram a esse respeito concludentes.

Que se pode daqui concluir?

Que, se, em vez de tirar a experiência e a lição dos acontecimentos, o PS, qualquer que seja o novo secretário-geral, insiste em continuar, com uma aparente «modernização», o sistema de alianças e a política de direita dos últimos anos, não só não contribuirá para a solução de um único dos grandes problemas nacionais, como se condenará a si próprio a um cada vez maior descrédito e a novas e estrondosas derrotas.

Não podem pois deixar de provocar preocupações, mesmo entre militantes socialistas, certas velhas ilusões e orientações acerca do objectivo de conquistar a maioria absoluta e de governar sozinho, acerca de sistemas de «blocos democráticos» sem o PCP, acerca de «Convenções» ou «Foruns» «democráticos» em que alguns admitem que possa estar outros excluem que esteja o PRD.

Pode também dizer-se que, se por ventura o PRD pusesse na sua mira substituir o PS nesse papel de partido «charneira» ao serviço da política de direita, perderia aquilo que ganhou em apoio social, político e eleitoral quando, nas eleições legislativas de Outubro de 1985, se apresentou como um novo partido moderado, mas portador de uma nova mensagem democrática.

A independência de um partido não se mede só (embora esse seja um dos elementos constitutivos da independência) pelo facto de decidir soberanamente, por si só, da sua política. Mede-se pela natureza mais ou menos independente dessa mesma política. Ninguém recusará que um partido democrático, ligado aos interesses populares, que no exercício da soberania das suas decisões faça a política da direita perde a sua identidade e a sua real, original e verdadeira independência.

No Portugal de Abril existem algumas instrutivas e valiosas experiências a esse respeito. É muito importantes tê-las em conta, não as esquecer e aprender com elas.

A posição do nosso Partido é clara. A actual situação, **uma solução institucional e política para substituir o Governo PSD de Cavaco Silva, quando este se demitir ou for demitido, pode e deve ser encontrada não em qualquer nova aliança com a direita, mas na convergência dos partidos democráticos.**

Com a observação de tal princípio básico, a nossa opinião coincide com a dos outros partidos que já se pronunciaram no sentido de ser possível encontrar uma solução no quadro da actual Assembleia da República.

O PCP na luta por uma alternativa

Depois da derrota estrondosa que sofreram por virtude da decisão e da acção determinante do PCP na 2.ª volta das eleições presidenciais, **as forças reaccionárias conduzem uma campanha que tem como principal direcção criar uma brecha intransponível entre o PCP e os outros partidos democráticos, impedindo a convergência dos partidos democráticos e impossibilitando assim uma alternativa democrática.**

A reacção tem consciência de que, **sem o PCP, não há alternativa democrática possível ao Governo PSD. Tem consciência de que sem o PCP qualquer outra alternativa de governo seria em coligação com a direita e não contra esta, seria para continuar uma política de direita e não para realizar uma política democrática.**

Não se trata de uma pretensão propagandística do PCP, mas de um factor objectivo da situação política e da correlação de forças sociais e partidárias que só com o PCP e não contra o PCP é possível uma alternativa democrática.

E quando dizemos só com o PCP significamos **só com os trabalhadores e não contra eles, só com o povo português e não contra ele.**

O nosso Partido está em luta. Como em luta está a classe operária, estão os trabalhadores, está o povo.

Nós daqui saudamos os trabalhadores da CP, da Carris, do Metro, da Transtejo pelas suas lutas consequentes, pelo alto grau de consciência e de espírito de classe, pela coragem e confiança e pelo resultado que alcançaram.

Daqui saudamos os operários vidreiros da Marinha Grande, os mineiros da Panasqueira, os trabalhadores da EDP e da CNP, os trabalhadores da Função Pública e da Administração Local, e os da Sorefame e os da Parry & Son e os da Joaquim Francisco dos Santos e os do Gabinete da Área de Sines, e tantos e tantos outros que com grande determinação travam e se preparam para travar sérias lutas pelos seus postos de trabalho, contra o encerramento ou desmantelamento das suas empresas, pelos seus interesses e direitos fundamentais.

Neste momento da vida nacional, o PCP é o único partido cujos objectivos estão definidos e declarados.

O nosso glorioso Partido mantém-se fiel ao seu ideal e à sua luta, aos trabalhadores e ao povo em geral, à democracia e à pátria portuguesa, à revolução de Abril e às suas conquistas.

O PCP não voga ao sabor de conveniências eleitoralistas. Partido criado para servir o povo e a pátria, continua essa missão firme, combativo e confiante.

E por isso os seus inimigos não conseguem abalar a sua força e a sua unidade.

E por isso estamos trabalhando para reforçar ainda mais o Partido em todos os aspectos da sua actividade, porque reforçar o PCP é condição para defender com êxito os interesses do povo e do País, para reforçar o regime democrático, para garantir a independência nacional.

Ainda algumas palavras para terminar.

Neste comício de amizade com o PC Romeno falamos de alguns aspectos da situação política portuguesa e de posições e orientações do nosso Partido na política interna e no que respeita a alguns dos principais problemas internacionais.

A delegação do PCR veio a Portugal a convite do nosso Partido. Uma das finalidades da visita foi conhecer a situação no nosso país e a actividade do nosso Partido. Nesta óptica o comício que estamos realizando é também para os nossos camaradas mais um elemento de informação.

Agradecemos à delegação do PCR a solidariedade que nos trouxe do PCR e da Roménia socialista. Solicitamos que de volta à sua pátria transmitam ao Comité Central e ao secretário-geral do seu partido, camarada Nicolae Ceaucescu, as saudações cordiais dos comunistas portugueses e votos de grandes êxitos na construção da nova sociedade e a notícia de que em Portugal, com a classe operária e com o Povo português, os comunistas, unidos e confiantes, prosseguem a luta para defender e continuar o regime democrático conquistado com a revolução de Abril.

Viva a amizade entre o PCP e o PCR!
Viva o internacionalismo proletário!

PCP

Comício de amizade PCP-PC Romeno — Intervenção de Ion Coman

«A nossa presença em Portugal é uma expressão das boas relações estabelecidas entre o Partido Comunista Romeno e o PCP»

Estimado camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português

Estimados camaradas

É uma ocasião de grande satisfação para nós, representantes do Partido Comunista Romeno, participar neste comício dedicado à amizade entre os nossos Partidos e povos, que se realiza na presença de destacados membros da direcção do Partido Comunista Português.

Permiti em nome do nosso Partido, do seu Secretário-Geral, camarada Nicolae Ceausescu, que vos dirija calorosas saudações de camaradagem, participantes nesta impressionante manifestação de amizade e solidariedade militante entre os nossos Partidos, a todos os comunistas portugueses, à direcção do vosso Partido, ao camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, destacado dirigente do Partido Comunista do vosso país.

Encontramo-nos desde há alguns dias no vosso país, a convite do Partido Comunista Português e devemos dizer — com toda a sinceridade — que durante as visitas que fizemos, as conversações frutíferas que tivemos com a direcção do vosso Partido, os encontros com os comunistas portugueses, com outros trabalhadores, ficámos impressionados pelo carinho com que nos rodearam, pelas manifestações de calorosa amizade, com que fomos recebidos em todos os sítios.

Por tudo isso, dirigimos ao Partido Comunista Português, a todos os comunistas de Portugal, os nossos agradecimentos, assegurando-lhes que nunca esqueceremos os momentos de grande emoção que vivemos aqui convosco.

Consideramos que estas manifestações representam uma expressão das boas relações de amizade, colaboração e solidariedade existentes entre os nossos partidos, para cujo desenvolvimento deram essencial contribuição os encontros e conversações frutíferas entre o camarada Ceausescu, Secretário-Geral do Partido Comunista Romeno e o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português.

Caros camaradas.

Somente alguns dias atrás, o nosso Partido celebrou em entusiástica atmosfera o 65.º aniversário da criação do Partido Comunista Romeno, momento que teve um significado histórico particular e que representou uma nova fase do movimento revolucionário da Roménia.

No seu primeiro período de existência, dos quais 20 anos foram de profunda ilegalidade, o nosso Partido foi o organizador e o dirigente da luta do povo contra a exploração e opressão em defesa dos interesses nacionais do país. Naqueles anos, o Partido Comunista Romeno construiu as bases de uma larga colaboração com outras forças e movimentos patrióticos, antifascistas, democráticas, agrupando em torno de si todas as forças avançadas da nossa nação.

O acto histórico de 23 de Agosto de 1944, preparado e organizado sob a direcção do Partido, com a larga participação das massas populares, das forças políticas democráticas, representou o momento inicial da revolução de libertação social e nacional, antifascista e anti-imperialista, que levou a profundas transformações renovadoras na vida da sociedade, até à vitória do socialismo no nosso país.

Num período relativamente curto, de 40 anos, no qual o nosso Partido actuou como força política dirigente da sociedade, a Roménia atravessou várias etapas históricas de desenvolvimento. Dum país agrário, com uma indústria subdesenvolvida, e uma agricultura atrasada, que os círculos dirigentes por vezes pretendiam que devia permanecer um país eminentemente agrícola, — a Roménia transformou-se num país industrial-agrário, com uma indústria forte, moderna, dotada em grande parte da mais avançada técnica, com uma agricultura socialista em pleno progresso.

Limitar-me-ei somente a alguns números ilustrativos: em comparação com 1944 a produção industrial multiplicou-se em 1985 em mais de 100 vezes, a produção agrícola em mais de 4 vezes e o rendimento nacional em mais de 32 vezes.

Um forte desenvolvimento teve lugar nos domínios da ciência, do ensino, da cultura, na obra política e educativa de formação do homem novo, construtor consciente do seu futuro livre — factores determinantes para o progresso económico e social, para a vitória do socialismo e comunismo na Roménia.

Nos anos do socialismo realizou-se um largo programa de construções industriais, agrícolas e socioculturais, modificou-se a face do país. Mais de 80% da população tem um novo lar. Como resultado do desenvolvimento económico e social subiu continuamente o nível de vida do povo, meta suprema da política global do nosso partido.

Qualquer pessoa que visite hoje a Roménia, e estou convencido que entre vós existem camaradas que tiveram essa oportunidade, qualquer ser de boa-fé, pode averiguar as imensas transformações que ocorreram nos anos do socialismo no desenvolvimento das cidades, das aldeias, de todo o país.

Todas estas grandiosas realizações demonstram, pelo poder dos factos, da realidade, a justeza da política do nosso partido, que se guia sempre pelos princípios do socialismo científico, aplicando de uma maneira criativa as verdades e os princípios objectivos às condições concretas da Roménia.

Correspondendo às fases de desenvolvimento do país, o próprio partido conheceu um processo complexo de transformação, aperfeiçoando-se continuamente os métodos e as formas da sua actividade.

O Partido Comunista Romeno, que engloba mais de 3 milhões e meio de membros, constitui uma grande força da sociedade romena, actuando em plena unidade, como centro vital da nossa nação socialista, do qual surgem as energias criativas de toda a nação.

O nosso partido actuou e actua com consequência para o contínuo aprofundamento da democracia socialista, o aperfeiçoamento e a amplificação das formas de participação activa e directa de todo o povo na organização e na direcção da sociedade, para o florescimento multilateral da personalidade humana. Neste ano, segundo as decisões do XIII Congresso do Partido, o nosso povo iniciou a realização do novo quinquénio, que tem como objectivo estratégico, a passagem do nível actual da Roménia de país em via de desenvolvimento para um nível superior, de país com desenvolvimento médio. No âmbito da nossa actividade, uma importância particular é conferida à realização de uma nova qualidade do trabalho e da vida do nosso povo inteiro, e em primeiro lugar ao desenvolvimento económico intensivo, à modernização da estrutura da produção industrial e ao aumento do seu nível técnico e qualitativo, ao alargamento da base energética e de matérias-primas, ao aumento contínuo da produtividade do trabalho e da eficiência de toda a actividade, à realização da nova revolução agrária que deve levar à transformação revolucionária do próprio modo de trabalho, vida e pensamento dos camponeses.

As notáveis realizações registadas e as perspectivas luminosas de desenvolvimento do país, tal como as dos outros países socialistas, testemunham a superioridade do socialismo, que, eliminando a exploração e as desigualdades sociais e nacionais, assegura o desenvolvimento económico-social poderoso, o aumento do nível de vida, da independência, liberdade e felicidade de cada povo, de cada nação.

Caros camaradas

A nossa preocupação para assegurar todas as condições para o desenvolvimento com êxito da construção socialista, constitui a nossa principal contribuição para a causa geral do socialismo. O Partido Comunista Romeno atribui, ao mesmo tempo, uma atenção particular às actividades no âmbito internacional.

Estamos profundamente preocupados pela situação internacional que continua grave e pode-se dizer que piorou ainda.

Nos últimos tempos intensificaram-se alguns conflitos militares, fez-se recurso à força e fazem-se cada vez mais frequentes referências à necessidade da força para a solução de problemas em litígio. Igualmente continua a corrida aos armamentos, inclusive nucleares. Encontramo-nos num momento crucial para o futuro da humanidade. Os gigantescos meios de destruição massiva, as armas nucleares existentes — que têm a capacidade de destruir várias vezes toda a humanidade — podem conduzir, se forem utilizadas, ao desaparecimento de toda a humanidade, das próprias condições de vida na terra.

As armas nucleares não representam uma garantia suplementar para o Estado que as aceita no seu território, antes pelo contrário conduzem ao aumento da insegurança, ao perigo de uma explosão nuclear, da destruição daquela nação, de outros países e povos.

Tendo em conta o grande perigo que correm todos os povos do nosso continente, o nosso partido considera que é necessário actuar com toda a decisão antes de ser demasiadamente tarde, no sentido da abolição na Europa e em todo o mundo das armas nucleares. Impõe-se, igualmente, que façamos tudo para que cessem todas as experiências nucleares, para que cesse a militarização no cosmos. Não existe uma defesa antinuclear nem na terra nem no cosmos.

Mesmo que, por hipótese, se pudesse chegar aos meios técnico-militares para a destruição dos mísseis nucleares na atmosfera, os efeitos das radiações nucleares não seriam diminuídos.

Temos a obrigação perante a vida dos nossos povos, de toda a humanidade, de dizer a verdade!

Tomando em consideração que os problemas da defesa da paz e da vida interessam a todas as nações do mundo, a Roménia dirigiu um apelo a todos os povos, independentemente da sua ordem de grandeza, para unirem os esforços e contribuírem para o triunfo da razão, para a passagem ao desarmamento geral e em primeiro lugar ao desarmamento nuclear.

Consideramos como muito importante e apoiamos activamente o programa de desarmamento nuclear proposto pela União Soviética. Pensamos que se impõe a adopção dum programa complexo de desarmamento geral, o qual, tendo no seu centro o desarmamento nuclear, deve incluir as armas químicas, a redução das armas convencionais, dos efectivos e das despesas militares.

É convicção do nosso Partido, neste período decisivo para a humanidade que a adopção de um programa complexo de desarmamento constitui uma necessidade vital para todos os povos do mundo.

Actuamos para o decorrer com êxito das negociações de Estocolmo, Viena e Genebra, a propósito das medidas de confiança, segurança e desarmamento.

O nosso país pronuncia-se pela cessação de qualquer acção militar, da utilização da força ou ameaça com a força, pela solução dos problemas entre os Estados, unicamente pela via das negociações. Neste sentido, consideramos que a Declaração de Tóquio, adoptada pelos 7 Estados sobre o chamado problema do terrorismo, representa um grande perigo que pode levar a novos actos de agressão militar contra países independentes. É conhecido que o terrorismo não representou e nem pode representar em nenhuma ocasião uma forma de luta política e de libertação nacional; é de qualquer modo, necessário que se compreenda que a liquidação do terrorismo significa igualmente a liquidação das causas que o estimulam.

As repressões militares contra as populações civis, homens, mulheres e crianças, os bombardeamentos ou outras formas de terrorismo de Estado não constituem um meio de combater o terrorismo, antes pelo contrário, podem determinar a sua intensificação.

Apoiamos também a organização duma conferência internacional sobre o Médio Oriente, com a participação de todos os Estados interessados, inclusive a Organização de Libertação da Palestina. Consideramos necessário que se chegue a uma paz duradoura e justa, que assegure o direito à autodeterminação do povo palestiniano — inclusive pela via da criação de um Estado próprio e independente — e, na mesma medida, garanta a integridade e segurança de todos os Estados da região.

Somos pelo fim do conflito militar entre o Irão e o Iraque, pela renúncia a qualquer tipo de acções militares e pelo início de negociações para a solução justa de todos os problemas em litígio.

Apoiamos com toda a nossa determinação a luta de libertação nacional do povo namibiano, da SWAPO, e tomamos firme posição contra qualquer acção militar da África do Sul tanto contra a Namíbia como contra os seus vizinhos. Condenamos com toda a firmeza a política de *apartheid* da África do Sul.

A evolução da vida económica internacional, o agravamento da crise, determinaram um agravamento da situação dos países em vias de desenvolvimento, cujas dívidas externas atingem já cerca de mil biliões de dólares.

Consideramos necessário que se actue pela via da realização de uma nova ordem económica internacional com o objectivo de solucionar globalmente o problema das dívidas dos países em vias de desenvolvimento.

O Partido Comunista Romeno desenvolve relações de ampla solidariedade com todos os Partidos Comunistas e trabalhadores e pronuncia-se pelo reforço da sua unidade com base na plena igualdade, no respeito pelo direito de cada partido elaborar a sua própria linha política, de acordo com as condições de cada país, sem intromissões externas. Ao mesmo tempo o nosso Partido actua pelo reforço da solidariedade activa, na luta pela paz e o progresso social, com os partidos socialistas, social-democratas, com todas as forças que se manifestam a favor do socialismo, pela acção unida de todas as forças políticas democráticas, progressistas, anti-imperialistas, na luta pela paz, pelo livre desenvolvimento e independência de cada nação.

Estimados camaradas e amigos

A nossa presença em Portugal, é uma expressão das boas relações estabelecidas entre o PC Romeno e o PC Português.

Nós, na Roménia, estamos decididos a actuar pelo contínuo desenvolvimento destas relações, o que corresponde plenamente aos interesses de ambas as partes e constitue também uma contribuição para a causa da mútua compreensão, da paz e do progresso, para a unidade das forças anti-imperialistas no mundo.

Seguimos com vivo interesse e compreensão os vossos esforços para a satisfação das aspirações de progresso e prosperidade dos trabalhadores, para a realização das transformações renovadoras na vida política e social do vosso país, de desenvolvimento livre, independente de Portugal.

Desejamo-vos pleno êxito no alcance dos objectivos a que vos propusestes.

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Romeno e o Partido Comunista Português!

Viva a amizade entre o povo romeno e o povo português, entre a Roménia e Portugal!

PCP

POR TERRAS DO ALGARVE UMA JORNADA DE ESCLARECIMENTO COM ÁLVARO CUNHAL

Esclarecimento: comentário, explicação, ilustração, informação.
Foi justamente a comentar, a explicar, a ilustrar, a informar, que o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, dedidou o passado fim-de-semana. Sendo uma actividade comum entre os comunistas, o facto é no entanto sempre digno de registo, porquanto muitos são os assuntos a esclarecer num país onde a informação em geral se dedica mais ou menos paulatinamente a desinformar como a par e passo se constata.
Desta feita foi por terras do Algarve, onde as delícias do sol e das praias são cada vez mais para os turistas, não por desamor dos naturais mas por imposição dos problemas da vida, quase todos com chancela de S. Bento.
E como se sabe, os problemas são como as cerejas, mesmo quando trazem a forma redondinha e doce das laranjas.

Que o digam os citricultores de Silves, primeira etapa da jornada, que no cinema local deram voz à preocupação que no presente angustia certamente pequenos e médios agricultores de todo o País, seja qual for a sua produção: e agora com a CEE como vai ser?

Razões não faltam para isso, como de resto começou por fazer notar o camarada Álvaro Cunhal, na breve introdução à sessão de perguntas e respostas. Razões que já vêm de longe, desde 1976, ano de viragem no avanço do processo revolucionário e democrático iniciado com o 25 de Abril, graças à política consertada do PS, PSD e CDS, que nestas coisas é bom não esquecer responsabilidades.

O agravamento geral da economia do País, com a consequente degradação das condições de vida da população, não permite que os portugueses encarem o presente com grandes optimismos e muito menos com confiança nas promessas demagógicas do actual Governo de Cavaco Silva, que à conta de uma disponibilidade financeira de 150 milhões de dólares conseguidos de bandeja com a baixa do preço do petróleo e da cotação do dólar, vai fazendo uns floreados para enganar o pagante enquanto pelos caminhos invios da submissão aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro procura o caminho de regresso ao 24 de Abril.

O que não significa, como Álvaro Cunhal bem sublinhou neste fim-de-semana, que não haja uma saída para a crise voltada para o desenvolvimento. Institucionalmente, as condições estão criadas na Assembleia da República, onde o PS, o PRD e o PCP detêm uma maioria numérica; assim haja a vontade política para que a saída democrática se torne possível. O que, como sempre, deixa nas mãos dos verdadeiros democratas, dos trabalhadores, do povo em geral um vasto campo de trabalho a prosseguir na defesa e reforço da democracia.

Também como sempre — só que nunca é demais dizê-lo — cabe aos comunistas um papel determinante nesta batalha.

A compreensão desta necessidade é patente nos camaradas algarvios, como a passagem por Silves, Faro, Olhão e Vila Real de Santo António deixaram claro, no interesse demonstrado, na combatividade sentida, na confiança percebida.

É que, pese embora todas as dificuldades, que as há, e sérias, os comunistas e democratas em geral sabem que existem forças bastantes para ter confiança. A mais recente derrota eleitoral da direita, do projecto fascista e fascizante da candidatura de Freitas do Amaral, aí está para o demonstrar a quem tenha a memória curta e sonhos inconfessáveis no Portugal de Abril. E também, bom será que ninguém o esqueça, a provar que sem os comunistas tal não seria possível.

Mas vamos a factos.

Com excepção da jornada de trabalho em Olhão, onde se realizou uma reunião distrital de quadros do PCP, com as características próprias de uma reunião interna da vida partidária, todas as restantes tiveram como expoente a fórmula «pergunte que o PCP responde».

É claro que a situação política nacional não se altera de Silves para Faro, nem os momentosos problemas internacionais se agudizam a caminho de Vila Real de Santo António mesmo com Ayamonte à vista. Nem as dúvidas e interrogações da população em que — e vale a pena meditar nisso — é por vezes bem patente a influência perniciosa dos meios de desinformação. Interrogações sobre as potencialidades de alternativa ao actual Governo sem realização de eleições antecipadas; montanhas de inquietações sobre a adesão de Portugal à CEE; dúvidas quanto às consequências do desastre de Tchernobyl e à utilização para meios pacíficos da energia nuclear; preocupações com a juventude; questões sobre a possibilidade de saída da crise, foram temas levantados repetida e insistentemente, a par de um ou outro especificamente local.

Dividir as perguntas e respostas pelas aldeias, com o devido respeito pelas que são vilas e cidades, é obviamente o expediente mais comezinho para não cair na monotonia.

SILVES

Onde as laranjas podem amargar a vida

Silves já foi terra de corticeiros, é ainda terra de agricultores, ferroviários, entre muitas outras coisas. Mas o que mais salta à vista logo à primeira impressão é que se trata de uma povoação que está a envelhecer. Os postos de trabalho escasseiam, as perspectivas de futuro não abundam, a juventude parte à procura deles noutro sítio. Não é caso raro em Portugal, nota-se é mais nuns lados do que noutros.
A sessão de esclarecimento com o camarada Álvaro Cunhal, em que além de elementos da comissão concelhia participaram ainda os camaradas Carlos Luís Figueira, do CC do PCP, José Vitoriano da C. Política do CC do PCP, Horácio Rufino, do CC do PCP, e o presidente da Assembleia Municipal eleito pela APU, o independente José Leal, deu bem a medida das razões que contribuem para o envelhecimento da população.

***Silves** — A alternativa democrática é possível; os comunistas continuarão a bater-se por ela certos da vitória*

Zona predominantemente agrícola, o concelho de Silves está hoje a braços com as consequências da entrada de Portugal na CEE. Que acontecerá aos agricultores, cujas dificuldades são já grandes, quando as taxas alfandegárias desaparecerem e os produtos dos parceiros europeus inundarem o mercado a preços competitivos? Que será da doce laranja do Algarve, só para citar um exemplo que se pode alargar da batata às oleaginosas, que nos países de agricultura altamente industrializada se produzem a preços mais baixos do que os nacionais?

Que será dos recursos nacionais, inexplorados ou entregues ao capital sempre que permitam lucro, enquanto o Estado fica a «roer o osso» dos prejuízos e o espectro da falência e do desemprego assenta arraiais na terra portuguesa?

A resposta para estas questões passa, necessariamente, por uma mudança política. Como diria Álvaro Cunhal, não é com uma política de submissão aos interesses da CEE, excedentária em produtos que Portugal poderia produzir e não será autorizado a fazê-lo para que tais excedentes invadam o País; não é com o aumento dos factores de produção; o corte de créditos; o desmembramento de empresas; o desemprego, que os interesses nacionais serão defendidos. Como também o não serão com a implantação em Portugal das indústrias que os restantes países não querem, pelos problemas de poluição e outros que provocam, como é o caso da plantação de eucaliptos para a produção de pasta de papel, «amavelmente» recomendada pelos parceiros europeus.

Eucaliptos em vez de laranjas, beterraba, girassol, oliveiras? Não, obrigado.

Para que o humor negro não substitua a versão popular da cantiga **«olha a laranjinha»** por uma qualquer do tipo **«olha a laranjinha que caiu, caiu, veio a CEE, nunca mais se viu»**, (a nacional, é claro), é preciso conjugar todos os esforços e lutar por uma nova política.

Uma política que defenda, como os comunistas defendem, aquilo que é nosso, pois como salientou o camarada Álvaro Cunhal, somos um País pobre mas não falho de recursos como isso.

A responsabilidade das forças democráticas não podia ser maior. O que leva a que se olhe com inquietação, como não deixou de ser referido, as declarações que vêm sendo feitas por Jaime Gama e Vítor Constâncio na disputa pela liderança do PS que afirmam querer renovar o PS com ideias velhas, e as insistências de sectores do PRD em «louvar globalmente» a acção do Governo.

A presença de membros do PRD na sessão de Silves, que reconheceram o papel determinante dos comunistas e da aliança dos democratas na derrota eleitoral de Freitas do Amaral, foi sem dúvida um aspecto positivo a apontar para a tão necessária unidade. Que importa aprofundar cada vez mais, já que maiorias numéricas só têm valor quando se traduzem em maioria política.

Que se passa com a juventude?

Se a denúncia da demagogia da direita esteve sempre presente — com as nuvens de fumo das promessas de fundos da CEE que vão inundar o País, e já estão na origem de projectos autárquicos que avançaram a contar com isso e agora não têm cobertura, só para citar um exemplo — ela foi particularmente forte no que respeita ao «fenómeno» da juventude e do que seria a sua atracção pela direita, que teve nas presidenciais a sua maior expressão.

Um problema, como foi dito, a exigir uma análise séria sobre o quê se passa com a juventude, pois é hoje necessário reconhecer que existem neste campo problemas que não estão a ser devidamente respondidos porque, como salientou o camarada Álvaro Cunhal, não se sabe como lhes responder.

Que não se pense, alertou, que a culpa está na juventude: nem nos contentemos com explicações simplistas. Seria errado concluir que a direita conseguiu na última campanha eleitoral integrar massas de jovens na sua dinâmica apenas com a atracção dos relógios oferecidos, das camisolas, das viagens, da ilusão da vitória. Existem causas objectivas e subjectivas para o fenómeno que importa estudar, porque o facto é que as forças democráticas não sabem hoje o que pensam e querem os nossos jovens.

Por Silves perpassaram muitas outras preocupações; de todas elas, reconhecida que foi que a via democrática está aberta, fica a conclusão de que a unidade é difícil mas possível e indispensável. E se os comunistas estão ganhos para essa batalha, sem dúvida que muitos outros democratas lhes seguirão as pisadas. Um comentário sobre o «new look» do PCP, da sua «maior abertura», quando é certo que a política, os objectivos e a determinação dos comunistas se mantém como sempre, aponta para uma verdade que alguns ainda têm dificuldade em admitir: não foram os comunistas que mudaram, as outras forças políticas é que começam a olhar para os comunistas de outra forma. O que é, sem dúvida, positivo.

FARO

E se não houvesse PCP?

A chegada a Faro foi promissora: uma paragem para indagar sobre o caminho para a escola Tomás Cabreira e logo um sorriso aberto daqueles que se guardam para os amigos. Vêm para a sessão com o camarada Álvaro? Não tem nada que enganar, seguem por aquela rua... um momento. É outra pessoa que se mete na conversa; os camaradas não sabem o caminho? Venham atrás de mim e deixo-os lá à porta. Dito e feito. E vá lá alguém dizer que as pequenas coisas como esta não aquecem o coração da gente...

No ginásio da escola, um grupo de pioneiros dava uma nota de alegria e cor ao tom incaracterístico da sala, lenço vermelho ao pescoço e cravos encarnados na mão. Iriam aguentar a pé firme até ao fim da sessão, que tiveram a honra de encerrar, perdido aqui um cravo além um pouco de verdura na natural turbulência de quem tem ainda direito a viver o mais longe possível das preocupações ainda que sem perder de vista que é deles o futuro, oferecendo o símbolo de Abril ao camarada Álvaro Cunhal e aos membros da comissão concelhia de Faro, da DORAL, a Margarida Tengarrinha, membro do CC do PCP, a Carlos Brito, da C. Política do CC do PCP, e ao camarada Carlos Luís Figueira, do CC, que o acompanharam na sessão.

As questões de ordem económica e de uma alternativa democrática voltaram a estar presentes, a permitir uma útil reflexão sobre as implicações da dívida externa do país, que ascende a 16 mil milhões de dólares e para cuja amortização dos juros não basta toda a produção de cereais e vinho do país durante três anos, bem como das responsabilidades do PS na degradação da vida nacional. Reflexão que deixa no ar a justificada preocupação quanto ao futuro de saber se os dirigentes socialistas saberão ou não aproveitar a lição para o futuro.

Uma lição que não pode ser esquecida, e cujas incidências têm tudo a ver com a forma de viver em democracia consabidamente recheada de problemas que a direita, como lhe compete, tudo faz para empolar.

Como por exemplo, o aproveitamento feito em torno da reacção do MDP/CDE à entrevista de Álvaro Cunhal ao «Diário», que um participante na sessão pediu para comentar.

A questão gira em torno da independência partidária, o que pode parecer líquido de imediato mas não é. Porque, como o camarada Álvaro Cunhal não deixou de fazer notar em Faro, após ter salientado o papel válido que os amigos e democratas e as relações entre ambos a nível autárquico, a independência partidário é muito mais do que a capacidade de decisão soberana da própria política, sem ingerências externas. É também o respeito pela política de classe.

Se o PCP, disse, decidisse mudar a sua política de classe, perderia de facto a sua independência política, pois teria cedido às pressões das forças reaccionárias. Muita pressão tem sido exercida sobre o PCP nesse sentido, mas em vão. Trata-se de uma posição de princípio, este conceito de independência, que se considera válido e se afirma em geral e não especificamente a este ou aquele partido.

Não menos elucidativa dos objectivos dos pescadores de águas turvas é a especulação em torno do «veto» do PCP à liderança do camarada Judas na CGTP-IN, igualmente abordado em Faro.

Veto que afinal não houve, garantiu o secretário-geral do PCP, como nada há de contencioso com aquele **valioso caramada, garande militante e dirigente sindical**, como Álvaro Cunhal descreveu José Luís Judas. Até porque cabe à *inter* decidir sobre a oportunidade e utilidade da existência de cargos, sejam eles quais forem, na estrutura da sua própria organização.

Semear a discórdia e a dúvida são métodos velhos da reacção; cabe aos democratas não se deixar enredar neles. Por seu lado, o PCP tem disso uma longa experiência.

E se não houvesse PCP?

A pergunta parece absurda e a despropósito, mas porque não fazê-la? Ela veio a talhe de foice, durante a sessão, a propósito da afirmação de que os comunistas, acusados de não dar nada a ninguém, serem quem mais distribui amor e dedica a sua vida à luta pela democracia. Não se pode dizer que seja pouco, de uma forma geral, mas não há dúvidas que o é em relação ao PCP, aos comunistas.

Sublinhou-o Álvaro Cunhal ao lembrar que durante 46 anos não houve outro Partido (o PS dissolveu-se em 1933 e só voltou a formar-se um Partido Socialista em 1973), e nenhum como ele esteve sempre, mas sempre, nas lutas da classe operária, dos trabalhadores e do povo português.

Se então se fez frente ao fascismo, se se sofreu a repressão, as cadeias, a tortura; se se chegou a dar a vida; também se deram frutos dessa luta que contribuíram de forma indiscutível para uma vida melhor. E depois de Abril não têm sido poucos os frutos conseguidos, muitos problemas foram resolvidos, muitos outros sem dúvida o serão no futuro graças à acção empenhada e dedicada dos comunistas.

De quem é justo dizer que têm dado tudo de si e muito do que todos têm como bens inalienáveis. De facto, o que seria se não houvesse PCP?

***Faro** — Reforçar a unidade dos democratas, uma exigência para a defesa da democracia*

OLHÃO

A espreitar também se aprende

***Olhão** — Um debate sério, uma determinação firme de consolidar o Partido*

Não há quem resista à tentação, num Partido que até se orgulha de ter «paredes de vidro» — que o mesmo não se afirma dos telhados — de volta e meia dar uma espreitadela. Por curiosidade? Quem a não tem? Mas sobretudo porque sabe que sempre se aprende alguma coisa com o que internamente se passa.

Como no caso de Olhão, onde domingo se reuniram cerca de duzentos quadros do Partido de todos os concelhos do distrito, com o objectivo de debater os problemas da organização e a interligação com os problemas regionais.

Ficámos a saber das alterações económicas da região, da sua incidência na alteração da composição social do distrito, do que se cozinha no plano oficial de desenvolvimento regional e ainda que a organização está consciente das suas debilidades mas também das suas forças, rica em espírito crítico e autocrítico, firme na decisão de cumprir o lema que presidiu aos trabalhos: Reforçar o Partido, intensificar a acção política, alargar a influência de massas.

Ali se falou de democracia interna, de trabalho colectivo, da importância da informação rigorosa e de muitas outras questões. A elas voltaremos mais tarde e com mais detalhe.

Para que todos possamos aprender alguma coisa.

VILA REAL DE St.º ANTÓNIO

Para construir o futuro

Cidade pombalina desenhada a régua e esquadro, Vila Real de Santo António reservava uma sessão diferente. A contrastar com o ar pacato da terra, numa altura em que os turistas ainda escasseiam e nas ruas a língua oficial é por enquanto a portuguesa, a animação reinava no salão do Lusitano.
A razão era simples. De uma assentada, Álvaro Cunhal e Alfredo Graça (ex-presidente da Câmara), juntamente com alguns dos camaradas que acompanharam o secretário-geral por terras do Algarve, estavam ali para responder a questões e muitas havia para fazer. Foram os mais velhos e os de meia idade, os jovens e as crianças, quase como quem vai para a festa, que a festa está onde os amigos se juntam, mais ainda os camaradas.
No salão, restos de decoração de festividades recentes contribuíam para o ambiente festivo, aquecido com a certeza que a todos animava de que a palavra de ordem escolhida será cumprida: **Com o povo, com Abril, construir o futuro.**

E foi sobretudo de futuro que se falou, nunca deixando embora de se fazer a necessária ligação com o passado e o presente, ferramentas da experiência de quem sabe, pode e quer olhar sempre mais longe.

Como por exemplo a futura Câmara APU, agora nas mãos de uma aberrante coligação que integra desde ex-mrpp's, socialistas (?) e ppd's, graças a processos no mínimo discutíveis, para não dizer fraudulentos.

Uma Câmara que no pouco tempo de gestão já provou que não presta, não serve, não convence. Onde se aumentam as taxas dos parques desportivos e se propõem «perdões» de milhares de contos de dívidas de particulares; onde desaparecem documentos importantes e se fazem acusações aos eleitos da APU, que por acaso não dispõem de um único pelouro; onde a primeira preocupação foi a de mandar retirar dos Paços do Concelho o quadro de três metros com o menino a colocar o cravo no cano da espingarda, símbolo de Abril!

Uma Câmara, enfim, onde se não existe já declaradamente corrupção, o compadrio medra a olhos vistos e onde Abril incomoda tanto que se manda para o sótão.

De futuro também se falou ao pedir a Álvaro Cunhal, esclarecimentos sobre Tchernobyl, porque como se disse em causa esteve sempre mais do que um desastre a lamentar. Sem retirar peso à gravidade do acidente da central nuclear, onde várias pessoas morreram e muitas mais ficaram afectadas pelas radiações, a tónica tinha de ser a de desmascaramento da campanha de desinformação e a denúncia do que a imprensa «pluralista» nunca disse.

Ou seja, que o empolamento serviu objectivamente para fazer esquecer as propostas de paz da União Soviética e do camarada Mikhail Gorbatchov. Propostas que visam pôr fim à corrida aos armamentos nucleares, garantir a desmilitarização do espaço, avançar no caminho do desarmamento, no caminho da paz.

Pretendeu-se, como disse o camarada Álvaro Cunhal, fazer crer que o perigo nuclear vinha da URSS e não dos EUA, em vez de retirar da catástrofe as lições quanto ao perigo de uma guerra nuclear, bem como a reflexão que exige e os cuidados que implica a utilização, mesmo pacífica, da energia nuclear.

Mais devagar, para ir mais longe

Questões como a habitação que não há, as rendas de casa que sobem e os prometidos subsídios que a esmagadora maioria não receberá (para tal uma família teria que viver com o salário mínimo nacional e ter uma renda superior a dez mil escudos), foram sendo colocadas como pano de fundo à constatação que a mudança é sentida como necessária pela maioria da população.

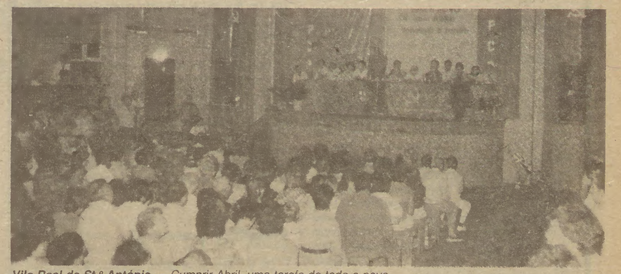
E que mudança? A pergunta chegou com a interrogação quanto à disposição do PCP de deixar passar na Assembleia da República um Governo PS/PRD. Álvaro Cunhal foi claro: não vamos tão depressa; primeiro é preciso discutir que política estariam esses partidos dispostos a fazer, depois é que se pensa em fórmulas governamentais.

O que está em causa é uma saída democrática para a crise nacional, não uma simples mudança de governo. E será que o PS e o PRD estão actualmente interessados numa tal coligação? A avaliar pelo que têm dito ultimamente um do outro, não parece que tal seja viável a curto prazo nem tão pouco que a unidade democrática esteja nesse campo a ser reforçada.

Ir devagar para chegar mais longe é um conselho que vale não só para os automobilistas...

Entendeu-o a população de Vila Real de St.º António, como o entendem os democratas mais consequentes. O que vale dizer que o caminho continua a ser o da luta pela unidade, pela democracia. Com combatividade e determinação, coisa que nos foi dado ver não faltar pelas terras do Algarve.

■ Anabela Fino



***Vila Real de St.º António** — Cumprir Abril, uma tarefa de todo o povo.*

Assembleia da República

Rádios locais – um tema que despertou interesse

Se nas últimas sessões da Assembleia da República as rádios locais e o respectivo licenciamento ocuparam grande parte da discussão, a verdade é que nem por isso outros temas foram esquecidos.

Foi o caso da intervenção do deputado comunista Jerónimo de Sousa que, no período de antes da Ordem do Dia, de quinta-feira última, aproveitou a ocasião para abordar a situação dramática que se vive na Sorefame e que teve oportunidade de confirmar após uma visita feita à empresa, a convite dos trabalhadores.

As suas palavras dão, pela crueza, o panorama que ali se vive e em tantas outras empresas portuguesas. **Passámos pelos tornos mecânicos sofisticados e pontes rolantes de grande porte, paralisados, fomos às linhas de montagem das carruagens da CP e do Metro, vazias.**

Aquele silêncio pesado das oficinas – acrescentou Jerónimo de Sousa – **transforma-se em acusação a todos os que hoje e no passado recente, com poder decisório, permitem e permitiram que a principal empresa metalomecânica pesada do Sector Empresarial do Estado continue a resvalar para a degradação económica, financeira e organizativa.**

Sabem os trabalhadores da empresa e isso mesmo recordou o deputado comunista que existem soluções para a recuperação da Sorefame, como seja o plano de expansão de produtos longos do Seixal, as encomendas de vagões, locomotivas e carruagens para a CP, o lançamento da central eléctrica de Touvedo e aproveitamento do Alqueva, a definição e actualização do Plano Siderúrgico, apoios efectivos da Banca no financiamento à exportação.

Interpelação ao Governo

E da Sorefame passemos para o sector público da economia, onde o Governo lançou uma nova ofensiva visando a sua destruição e a transferência dos activos e partes rentáveis para os grandes interesses económicos e estrangeiros. Esta questão foi abordada no mesmo dia pela deputada comunista Ilda Figueiredo, que anunciou ter o seu Grupo Parlamentar entregue um pedido de interpelação ao Governo.

Pretende-se com esta interpelação a abertura de um debate de política geral centrado predominantemente **«nas orientações e actuações governamentais na área do sector público, nomeadamente quanto à CNP, EDP, Quimigal e outros interesses públicos da economia, bem como sobre a política social, designadamente em relação ao desemprego e à continuação dos salários em atraso».**

Na sua intervenção, Ilda Figueiredo caracterizou os vários planos em que se desenvolve a nova ofensiva governamental:

• Na destruição ou desmantelamento de empresas públicas em que se inserem as medidas já anunciadas, embora não publicadas, quanto à extinção da CNP e à chamada reestruturação ou regionalização empresarial da EDP;

• Na venda de participações financeiras detidas por empresas públicas em empresas rentáveis cobiçadas pelo grande capital, de que são exemplos recentes as tentativas de venda das participações da Quimigal na Fisipe e na Lusofina, todas as participações da EDP, da Cires, as vendas por negócio privado de participações da RN, a participação de 75% do BESCL na Fábrica Mendes Godinho onde o objectivo cobiçado é a Tagol, a maior empresa portuguesa no ramo dos óleos e cujos negócios ultrapassam os 20 milhões de contos.

• Na abertura inconstitucional do capital das empresas públicas ao capital privado através da emissão dos chamados títulos de participação, autêntica desnacionalização indirecta de empresas que a Constituição da República não permite e que, tendo começado no BPA, o banco do sr. ministro das Finanças, estende-se agora ao BESCL, estando a ser preparadas novas emissões designadamente no BPSM e na EDP.

• Na entrega da gestão das empresas públicas a homens de mão do Primeiro-Ministro, testas de ferro dos grupos económicos conhecidos pelas negociatas no leilão das participações de empresas públicas, de que é exemplo a recente nomeação do presidente do Conselho de Gerência da TAP.

• Na revalorização dos títulos de indemnização àqueles que durante os 48 anos de fascismo acumularam riqueza à custa do povo português – títulos que são depois utilizados para adquirir os activos e as partes mais rentáveis das empresas do sector público.

Rádio locais

Se tivermos em conta que existem a nível nacional, a funcionarem ilegalmente, mais de 500 emissoras de rádio, das quais cerca de 18 só na área da Grande Lisboa e que no Algarve estão instaladas aproximadamente 15 emissoras, apesar da maior densidade se situar no Norte do País, compreende-se o interesse que este debate mereceu quando quinta-feira passada se iniciou na Assembleia da República.

Nos corredores da AR eram inúmeros os representantes dessas rádios falando com os representantes dos diferentes grupos parlamentares. E, no entanto, o assunto não é escaldante. Poder-se-á dizer até que existe um certo consenso: é necessária uma lei de radiodifusão e o respectivo licenciamento das estações emissoras de radiodifusão.

Em discussão propostas do governo e projectos de lei do PS sobre as duas matérias e um projecto de lei do PCP da radiodifusão. Por parte da bancada comunista o debate esteve a cargo do deputado Jorge Lemos. Salientou a dado passo, na sua intervenção sobre a lei de licenciamento, que dois aspectos devem merecer atenção:

O primeiro tem a ver com os numerosos pedidos de atribuição de licenças há muitos e muitos casos pendentes nos competentes departamentos governamentais e o outro a situação que irá ser criada às chamadas «rádios livres» ou «rádios locais» que, dado o arrastamento da indefinição do regime legal de licenciamento, têm vindo a desenvolver-se e a implementar-se um pouco por todo o país. Qualquer das iniciativas em debate é omissa quanto a estes dois aspectos. Qual o sentido exacto destas omissões? Será que se pretende de pura e simplesmente ignorar estas realidades começando tudo de novo?

E mais adiante:

E quanto às «rádios locais»? Poderá a Assembleia da República alhear-se do seu enraizamento local e do serviço público e comunitário que muitas delas têm vindo a desenvolver? Será possível que a Assembleia decida, sem mais, que aprovada a lei,todas as estações locais devem fechar? Pensamos que não poderá ser essa a solução. Consideramos que uma tal atitude em nada prestigiaria esta Assembleia da República. Entendemos como necessário que sejam inscritas disposições de carácter transitório que permitam dar uma resposta construtiva, que não repressiva, ao movimento a que temos vindo a assistir de Norte a Sul do País.

Lei da radiodifusão

Mas outras questões colocou Jorge Lemos:

Em primeiro lugar que entidades poderão candidatar-se à atribuição de alvarás? Que critérios para a sua definição e condições preferenciais de acesso? Qual a razão das propostas de duração temporal desses alvarás? A que critérios obedeceram as opções feitas quer pelo Governo — 7 anos, quer pelo Partido Socialista — 20 anos? E quanto à caracterização do posto emissor? Por que razão nos aparece referido para as rádios locais, o raio de acção de 30 Km, quando em termos internacionais os parâmetros são a potência do emissor e a altura equivalente à antena? Que excepções para a utilização de ondas curtas e ondas longas que deverão ser monopólio público? Qual a situação actual neste sector? Que alvarás foram concedidos e com que fundamentos? Esta questão prende-se directamente com outra. A da utilização da língua estrangeira — em que casos em concreto? Com que objectivos? Uma ideia deve ficar clara. Os fins da radiodifusão devem ser respeitados e tal pressupõe que, neste domínio, o nosso País não continue a ser escandalosamente utilizado para a difusão de programas hostis a países com que Portugal mantém relações diplomáticas e de amizade.

No tocante ao projecto de lei da radiodifusão apresentada pelo PCP, Jorge Lemos focou numerosas questões, como seja o dever consagrar-se o direito de antena para os partidos políticos e organizações sindicais e profissionais, o direito de réplica política ao que seja concedido ao Governo, aprovar disposições relativas à publicidade na radiodifusão, com vista a pôr termo à situação de indefinição específica da radiodifusão às normas constantes da Lei de Imprensa e demais disposições legais que protegem os direitos dos jornalistas, **dedicar especial atenção à garantia de liberdde de expressão e informação, considerando que é de realçar o manifesto subaproveitamento a que tem estado sujeita a radiodifusão para os efeitos educativos, estando por concretizar projectos de há muito anunciados de ensino à distância e de educação permanente**, o mesmo se podendo dizer quanto ao papel que à rádio deve caber na difusão da cultura. O projecto de lei do PCP prevê igualmente disposições tendentes à defesa da língua portuguesa e à produção de programas nacionais, bem como à divulgação de música de autores portugueses ou em língua portuguesa, domínio em que já existe legislação específica.

Trabalhadores

LUTAS E TAREFAS

Vidreiros

Entre as formas de luta adoptadas na Marinha Grande para combater a febre das falências, que atacou este Governo, destaca-se a decisão manifestada pelos vidreiros de irem a Genebra de bicicleta. Para chegarem a esta cidade suíça onde fica a sede da Organização Internacional do Trabalho os trabalhadores percorrerão 2300 quilómetros em 26 dias. Esta «iniciativa inédita» — como inédito é o fenómeno dos salários em atraso a nível internacional — é coordenada pela Federação dos Sindicatos do sector e destina-se a protestar, no seguimento da luta desenvolvida, contra a decisão governamental de abandonar a «renegociação do acordo tripartido da cristalaria». A manter-se esta posição do Governo, contra a qual ainda na semana passada se levantou um protesto na Assembleia da República por parte do PCP, acabarão por ficar sem trabalho grande parte dos que já estão sem salários. A medida do Governo Cavaco (protesto dos vidreiros na própria AR em 23 do corrente) afectaria um total muito próximo das 8 mil pessoas (2500 famílias) numa população de 36 mil habitantes. Os vidreiros partem hoje da Marinha Grande.

Guérin

Mil postos de trabalho estão também ameaçados na Guérin. A comissão de trabalhadores (CT) acusa as «diversas administrações» de «gestão nefasta», com «vários milhões de contos de dívida à banca, Estado, Previdência (Segurança Social) e trabalhadores». Cumprindo decisões de um plenário geral descentralizado nas instalações desta grande empresa privada do ramo automóvel em Lisboa, Coimbra, Évora e Faro, a CT diligenciará «junto dos diversos organismos oficiais e do conselho de gestão do Banco Fonsecas & Burnay» no sentido de evitar que o desmantelamento, os salários em atraso e os 130 postos de trabalho desactivados acabem por impedir o «relançamento da empresa, como única forma de salvaguardar devidamente os interesses do Estado e da banca», assim como os 1000 empregos ameaçados na Guérin.

Metalúrgicos

A situação neste sector, que inclui no âmbito sindical a metalomecânica e as minas, é muito grave. Em empresas como a **Setenave, Lisnave, Parry & Son, SRN** (Sociedade de Reparação de Navios), **Sorefame, Equimetal, Mompor, Cometna, Minas da Panasqueira, Borralha e Arcozelo** existem «situações de ilegalidade, prepotência, chantagem, instabilidade de emprego, trabalho precário e despedimentos». O conselho nacional da Federação Portuguesa dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP), que salienta aqueles e outros casos onde «os trabalhadores nunca baixaram os braços na defesa dos seus direitos», recorda que «o Governo, através dos Ministérios do Trabalho e da Indústria, reconheceu a gravidade da situação do sector e a necessidade de se tomarem medidas urgentes». Mas isto são palavras. Na prática «os problemas são agravados». Afirma a FSMMMP que, embora reconheça a gravidade da situação, o Governo actua precisamente no sentido contrário à solução justa dos problemas, agravando-os ainda mais com «as manobras visando impedir a publicação e aplicação da lei dos salários em atraso, recentemente aprovada na Assembleia da República apenas com os votos contra do PSD»; com «as tentativas de impor um tecto salarial»; com o desmantelamento e encerramento de importantes empresas, ou com a venda das posições do Estado, «em vez do desenvolvimento e modernização da economia». O Governo escamoteia e não resolve os verdadeiros problemas do País, conclui a FSMMMP.

Mineiros

A morte acidental do mineiro Hermínio Mendes, esmagado por uma máquina contra a galeria da mina na Panasqueira, veio colocar novamente na ordem do dia a necessidade de aplicar o regulamento de higiene e segurança nas minas aprovado legalmente há um ano, sem que a administração multinacional da Beralt Tin lhe tenha atribuído qualquer importância. A FSMMMP recorda que «o malogrado mineiro não escapou à ganância» da administração que puniu Hermínio Mendes pouco antes de morrer com «um dia de suspensão sem salário» por se «ter recusado a executar um trabalho que não oferecia o mínimo de segurança». A FSMMMP e o Sindicato dos Mineiros do Norte «exigem que os órgãos competentes, nomeadametne o Ministério do Trabalho, tomem medidas para que a vida dos mineiros seja respeitada, fazendo aplicar o regulamento de higiene e segurança» nas instalações mineiras.

Fundifer (Madeira)

Os trabalhadores desta empresa da Região Autónoma da Madeira recorreram à greve em meados deste mês pelo pagamento de salários em atraso. O Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos daquela Região sublinham que «o Governo deve à Fundifer 40 mil contos, segundo informações da própria empresa». No entanto, o secretário regional do Plano, Miguel de Sousa «afirmou publicamente que apenas devia 13 mil contos». De qualquer modo, porque é que o Governo não paga? — pergunta o Sindicato que, juntamente com os trabalhadores da Fundifer, convidam «o Governo a promover imediatamente uma reunião com a empresa, os sindicatos, e os trabalhadores, para que fique claro de uma vez por todas de quem é a responsabilidade» pelos atrasos de seis meses nos salários e o não pagamento (em 14 de Maio) dos salários de Abril.

PCP

Braga: os comunistas e o trabalho autárquico

Objectivos e orientações

As dificuldades crescentes do PS, PSD e CDS em continuarem a enganar as populações, sem resolver alguns dos problemas essenciais à sua vida, a par do trabalho, da dedicação e competência dos eleitos da APU, são factores que abrirão cada vez mais perspectivas para que a APU alargue a sua influência nas autarquias do distrito e venha a alcançar importantes vitórias em algumas delas.

Esta uma das conclusões extraídas do debate realizado há dias em Braga num encontro de eleitos e outros activistas nos órgãos das autarquias locais, promovido pela Comissão Distrital de Braga, do PCP. A iniciativa mobilizou várias dezenas de pessoas.

Entre os participantes, contavam-se os camaradas **Carlos Costa**, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e António Lopes, suplente da C. Política.

O balanço aos últimos resultados eleitorais (não se registaram «mudanças políticas significativas»), a análise da situação presente nas autarquias e as linhas de trabalho para o actual mandato foram temas essenciais do encontro.

Referindo-se às «dificuldades objectivas que a APU teve de enfrentar», e que acabaram por provocar «a perda de eleitos em alguns órgãos autárquicos em prejuízo dos interesses das populações», o encontro lembrou «a redução do número dos membros das Assembleias de Freguesia e de algumas A. Municipais, a manipulação e a desinformação levadas a cabo por alguns órgãos de Comunicação Social e o fenómeno do **voto útil**, que enganadamente levou a que muitos potenciais votantes APU votassem PS e PRD para derrotarem o PS e o CDS.»

Noutra passagem das suas conclusões, a reunião, que decorreu no auditório do FAOJ em Braga, salientou que «apesar da luta que os 192 eleitos da APU têm vindo a travar, assiste-se no distrito a um funcionamento irregular nos órgãos autárquicos dirigidos pelo PS, PSD e CDS, nomeadamente Juntas e AFs».

A nota divulgada pela Distrital do PCP, reunindo em síntese as principais ideias da reunião aponta a dado passo:

«Para a melhoria das condições e da qualidade de vida das populações, para o alargamento da influência e da intervenção da APU nas autarquias do distrito, são objectivos e orientações fundamentais do trabalho das organizações locais do Partido e dos eleitos da APU:

● ***Contribuir para o reforço e desenvolvimento da luta das populações em defesa dos interesses e objectivos mais concretos;***

● ***Contribuir para o reforço, dinamização e criação das organizações de âmbito local ou regional, quer para a prática de actividades culturais, recreativas e desportivas, quer ainda para a defesa ou resolução de problemas concretos das populações;***

● ***Melhorar e aprofundar a actividade dos eleitos nas autarquias;***

● ***Melhorar o trabalho de informação às populações;***

● ***Reforçar o trabalho de direcção e organização do Partido e da APU.***

«O encontro tomou ainda conhecimento de projectos de lei sobre o Poder Local apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP, nomeadamente: uma nova lei de finanças locais e delimitação de investimentos; alteração do Regime jurídico das autarquias locais e da composição e competência dos respectivos órgãos; sobre a tutela administrativa das autarquias locais; permanência em certas condições dos membros das Juntas de Freguesia a tempo inteiro; lei quadro das regiões administrativas.»

Sector metalúrgico

Encontro do PCP em Santarém

Situação social e problemas nas empresas, por um lado, e questões de organização, por outro, serão temas em foco no encontro de quadros do Partido, do sector metalúrgico, promovido pela Direcção Regional de Santarém (DORSA), do PCP, e que decorrerá no próximo dia **7 de Junho**, a partir das 10 horas, no Centro de Trabalho do Partido em Santarém.

De acordo com a informação prestada ao **Avante!** pelo secretariado da DORSA, «participam no encontro os quadros mais destacados em cada empresa, responsáveis nas Comissões Concelhias pelas células e camaradas dos corpos directivos do Sindicato».

A repressão nas empresas, a proibição das actividades de carácter político e sindical, os salários em atraso, o trabalho a prazo, os despedimentos, e o encerramento de empresas, serão aspectos a abordar nesta iniciativa da DORSA.

No capítulo da organização serão analisados problemas ligados ao funcionamento e acção das comissões de trabalhadores e dos delegados sindicais, obstáculos colocados à iniciativa e à actividade das organizações representativas dos trabalhadores, sindicalização de trabalhadores, divisionismo, e, por outro lado, o funcionamento e acção da organização do Partido nas empresas, dificuldades de funcionamento das células, recrutamento, etc.

1.ª Assembleia do distrito de Viseu

Projecto de resolução política em debate nas organizações

Representando um importante passo no reforço do trabalho do Partido nesta região, a Assembleia da Organização Distrital de Viseu é hoje possível pela conjugação de determinadas condições orgânicas e políticas: crescimento e consolidação do Partido no distrito, desenvolvimento dos seus quadros, intensificação da sua actividade e influência, entre outras. Estas condições não são ainda, certamente, as óptimas. Mas seria idealismo pensar-se que as condições perfeitas algumas vez estariam reunidas e, sobretudo, entender-se que só quando elas se verificassem é que deveria ter lugar a Assembleia.

A abertura deste breve apontamento sobre a 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Viseu do PCP, marcada para 14 de Junho, sob o lema **«reforçar o PCP, defender a democracia, pelo progresso do distrito»**, respiga um parágrafo da nota introdutória do projecto de resolução política, em debate nas organizações.

O documento, que até à Assembleia será enriquecido pelos contributos individuais e colectivos dos militantes, está dividido em 9 capítulos, desenvolvidos ao longo de 57 páginas.

Depois da introdução, o projecto avança um 2.º capítulo em que se fala do distrito de Viseu como unidade geográfica, administrativa, económica e social. O atraso, a pobreza e o isolamento do distrito nos anos do fascismo são temas em foco no capítulo seguinte, que trata, depois, as transformações progressivas operadas com o 25 de Abril. A ofensiva contra-revolucionária e terrorista no distrito nos anos de 1975/76, o agravamento da situação económica e social como consequência da política de direita nos últimos 10 anos, a luta das populações em defesa dos seus interesses e do 25 de Abril, a luta da classe operária e dos trabalhadores, dos operários agrícolas, dos pequenos e médios agricultores, dos povos e compartes dos baldios, dos rendeiros, das populações, da juventude, das mulheres, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, as acções e lutas de unidade democrática, a luta dos comunistas e outros eleitos da APU nas autarquias, as acções e as iniciativas dos comunistas e das organizações do Partido, algumas propostas para o desenvolvimento e o progresso do distrito, e a organização do Partido são temas em destaque no documento.

Na **Agenda** desta edição do «Avante!» referimos as acções preparatórias da Assembleia para os próximos dias.

Assembleia na Quinta do Conde

Decorreu recentemente, no Centro de Trabalho local do PCP a 1.ª Assembleia da organização da freguesia da Quinta do Conde, que contou com a presença dos camaradas Valdemar Santos, da DORS, e Carlos Ramildes, da Comissão Política do Partido.

Em anos anteriores registaram-se duas outras assembleias do mesmo tipo, mas ainda a Quinta do Conde, no concelho de Sesimbra, não era freguesia, o que veio a concretizar-se no ano passado, por iniciativa do grupo parlamentar do PCP.

Os cerca de 60 delegados presentes discutiram e aprovaram o relatório/resolução apresentado pela Comissão de Freguesia cessante e elegeram uma nova Comissão de Freguesia, sempre em votações por unanimidade, que se repetiu aquando da votação de uma moção sobre o Ano Internacional da Paz.

O relatório/resolução aponta uma série de objectivos cuja concretização se traduzirá no reforço da organização do Partido na freguesia e o alargamento da sua influência.

Encerrando os trabalhos, Carlos Ramildes abordou os principais aspectos da situação política nacional e internacional.

«Por vezes camaradas e amigos do Partido entendem que o militante do Partido é aquele que tem montes e montes de tarefas — disse — quando todos afinal podem desempenhar um extraordinário papel na divulgação da linha e da política do Partido, aproveitando todas as pequenas oportunidades do dia-a-dia.»

Seis convidados presentes inscreveram-se nas fileiras do Partido, sob o aplauso da Assembleia.

Camaradas Falecidos

António Rodrigues Lopes (Espadinha)

Com 66 anos, natural da Moita, faleceu no passado dia 8 o nosso camarada António Rodrigues Lopes (Espadinha), vítima de enfarte de miocárdio. Era membro do Partido desde 1974, encontrando-se na situação de reformado da Equimetal. O seu falecimento ocorreu no Hospital de S. José, em Lisboa.

António Conceição Casaca

Residente no Bairro de Santiago, em Camarate, no concelho de Loures, faleceu recentemente o nosso camarada António Conceição Casaca, membro da célula do PCP na Sociedade Industrial Alegria. O funeral realizou-se no passado dia 6.

* * *

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

S. João da Madeira

Considerada «o culminar de um grande debate em torno do documento que tem o balanço da actividade desenvolvida desde a 1.ª Assembleia realizada em Outubro de 1977 e as medidas para o trabalho futuro», a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de São João da Madeira (distrito de Aveiro) decorrerá no próximo dia 21 de Junho e, além da votação do documento de orientação política, elegerá a nova Comissão Concelhia do Partido.

PCP

Assembleias das células da Lisnave e da CM/SMAS de Almada e da freguesia da Cova da Piedade

A **unidade** dos trabalhadores da empresa, a **célula** do Partido, e a **luta** travada foram alguns dos temas em foco na intervenção do camarada **Carlos Ramildes**, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do Partido na 4.ª Assembleia da Célula do PCP na Lisnave, realizada no último fim-de-semana na Cooperativa Piedense. No concelho de Almada, outras duas reuniões máximas de organizações do Partido decorriam nesse mesmo fim-de-semana: a 5.ª Assembleia da Célula dos trabalhadores comunistas da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Almada, e a 4.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Cova da Piedade.

Voltemos à reunião dos comunistas da Lisnave e à intervenção de Carlos Ramildes. Sobre os problemas da unidade e abordando as manifestações de **sectarismo** e de **radicalismo**, aquele dirigente do Partido afirmaria a dado passo:

«Por um lado, é necessário actuar incessantemente pela efectiva unidade de todos os trabalhadores — dos operários, dos administrativos e dos quadros técnicos, todos eles vítimas da política dos Melos e de sucessivos governos.

«Por outro lado, é também necessário prosseguir o combate ao divisionismo, combate que não deve abrandar, mas ser mais elevado, sem contudo confundir dirigentes divisionistas (vendidos para dividir) com trabalhadores que, por falta de esclarecimento, caíram nas suas redes.»

Como combater o divisionismo

E acrescentou Carlos Ramildes:

«O combate ao divisionismo não pode ser feito na base de adjectivos, antes tem de aumentar na denúncia e na explicação de factos concretos que possibilitem o efectivo esclarecimento da generalidade dos trabalhadores.

«Assim, será possível concretizar com êxito o objectivo apontado pela Assembleia de, no início do próximo ano, a Comissão de Trabalhadores (CGT) voltar a ser gerida pelos princípios do movimento sindical unitário.»

Referindo-se à célula do Partido nos estaleiros, o dirigente comunista recordou que «o embate foi forte, desgastou e até desmembrou alguma parte, mas a célula continua a ser uma forte célula do Partido, caracterizada pela sua unidade de pensamento e de acção, pela sua coesão e pelo seu dinamismo, na base de uma forte ligação às massas».

«A Lisnave — sublinhou — continua a ser um baluarte da luta dos trabalhadores portugueses. Na Lisnave continua a pulsar um coração bem vermelho.»

Sobre a luta travada, Carlos Ramildes lembrou que «os trabalhadores da Lisnave percebem — perceberam há muito — que lutar é importante, mesmo indispensável. Comprovam-no, de forma sintomática, os números revelados pelo relatório: em dois anos, 46 acções de greve, 33 concentrações, 111 plenários e 53 manifestações.

Defender o Poder Local

Entretanto, nas instalações da Academia Almadense, no salão do Teatro de Campolide, decorreu a Assembleia dos comunistas que trabalham na Câmara e SMAS de Almada, sob o lema **«alargar a unidade, reforçar o Partido, defender o Poder Local democrático»**. Com alterações introduzidas, os 64 delegados presentes aprovaram por unanimidade o relatório apresentado pelo organismo de direcção cessante. Unanimidade foi também registada no plano de objectivos defenidos pela assembleia, que aprovaria ainda quatro moções: sobre a Paz, situação social no concelho, indústria naval e solidariedade com os trabalhadores da Parry.

O novo secretariado, eleito por unanimidade e aclamação, é agora constituído por 26 membros, sendo 16 operários, 8 empregados e 2 técnicos. A média de idades é de 36 anos, registando-se a participação de 4 mulheres naquele organismo de direcção.

Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Partido, participou nos trabalhos da Assembleia e fez a intervenção final, abordando a situação política e social e a importância das assembleias de célula no quadro da intensa vida democrática do Partido.

Na Sociedade Filarmónica Artística Piedense (SFUAP), decorria outra assembleia. Era a da organização da freguesia da Cova da Piedade, sob o lema «reforçar a organização, alargar o Partido, continuar Abril».

Para além do resumo do relatório de actividades, foram apresentadas intervenções por vários delegados. Tanto aquele relatório e o plano de objectivos para 86 como a eleição da nova comissão de freguesia (32 camaradas, entre os quais 9 mulheres) mereceram aprovação unânime pela assembleia.

Participada por 85 delegados e meia centena de convidados, a Assembleia encerrou os seus trabalhos com uma intervenção do camarada Valdemar Santos, da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP, que abordou a situação política e as tarefas imediatas que se colocam a toda a organização.

Moita

Passados três anos...

A sala do cine-parque da Baixa da Banheira vai acolher no próximo dia 15 de Junho os 250 delegados à 3.ª Assembleia da Organização Concelhia da Moita, do PCP, que fará o balanço da actividade do Partido desde Junho de 83, data da última Assembleia.

Carlos Ramildes, suplente da Comissão Política do Comité Central, será um dos participantes nos trabalhos da 3.ª Assembleia, cujo horário de funcionamento prevê a abertura às 9 e 30 e o encerramento às 18 e 30 horas.

A discussão do relatório e de outra documentação, por um lado, e a eleição dos delegados, por outro, preenchem a ordem de trabalhos de numerosas reuniões preparatórias da Assembleia, a decorrer em todas as freguesias do concelho.

Conscientes da importância do Partido neste concelho da Margem Sul do Tejo, da sua influência e das suas responsabilidades, os comunistas da Moita sublinham que é necessário «vencer muitas dificuldades e insuficiências» e que é seu dever actuar para que «a nossa organização e o Partido estejam à altura das exigências actuais e futuras e da confiança que os trabalhadores têm no seu partido, o PCP».

Festas em Gondomar e no Laranjeiro

Por iniciativa da Comissão Concelhia do Partido, os próximos sábado e domingo (dias 31 e 1 de Junho) vão proporcionar um fim-de-semana diferente à população de Gondomar. Música popular, fado, cinema, vídeo, manhã infantil, colóquios e um serviço de «comes-e-bebes» para todos os gostos são desde já confirmações no programa da II Festa de Gondomar, que decorrerá na Quinta das Freiras. No domingo, o camarada **Edgar Correia**, suplente da Comissão Política do Partido, participará no comício da Festa.

A sul do Tejo, o dia 1 de Junho será também dia de festa no Laranjeiro, concelho de Almada. Quem passar pelo parque das Merendas (Rua dos Eucaliptos) vai encontrar uma manhã infantil dedicada ao Dia Mundial da Criança, com música, corridas e jogos a partir das 10.30 horas, e depois do almoço-convívio (inscrições no CT do Laranjeiro), animação com três grupos corais alentejanos, o coro da URPICA, artistas populares, rádio-móvel para a juventude, serviço de bar, etc. Haverá também um momento para a análise da situação política. Esta festa é uma iniciativa conjunta das comissões locais do Laranjeiro do PCP e da JCP.

Michel Grimaud

A dama de couro

CAMINHO DE BOLSO
TEXTO INTEGRAL

Payan apercebeu pelo canto do olho as cabeleiras ruivas, brancas, negras, azuladas, mosqueadas, sentiu os olhares que convergiam para ele, surpreendeu movimentos rapidos, viu espargir-se um circulo de vapor de água opaco.

CAMINHO
ficção científica

aveiro festa·86

8 DE JUNHO - RECINTO DAS FEIRAS

EXPOSIÇÕES — QUERMESSE — BAR — SORTEIOS

ANIMAÇÃO — VIDEO — CINEMA — COMICIO

ESPECTACULOS!

Artistas Confirmados:

*QUARTETO DE ANTONIO PINHO VARGAS
*MARIA GUINOT
*CARLOS CUNHA
(Mas haverá mais...)

Entradas à venda
250$00

Organização da
CD Aveiro do PCP

Esteja atento ao programa final!

8 de Junho será dia de festa em Aveiro. Uma festa que conhece este ano a sua 4.ª edição e que promete bons momentos de convívio, e «uma elevada participação popular em torno de aspectos bem diversos». Falamos da Aveiro/Festa, iniciativa distrital do PCP.

À semelhança das edições anteriores, a Aveiro/Festa-86 decorrerá no recinto das feiras e terá componentes recreativas, culturais e políticas. Nela serão integradas exposições, projecções de filmes e diaporamas, e exibições de *vídeo*. Quanto a espectáculos, a organização procura concretizar um programa variado, que integre artistas de diversos géneros, sendo possível anunciar já a presença do Quarteto de António Pinho Vargas, de Maria Guinot e de Carlos Cunha.

As crianças merecerão uma atenção especial pois a elas é dedicada toda a manhã da Aveiro/Festa-86, com espectáculo próprio e diversas actividades.

A Aveiro/Festa-86 será marcada no aspecto político pela realização de um comício em que intervirá um dirigente nacional do PCP.

É possível visitar livremente e participar na Aveiro/Festa-86. Mas o direito a assistir aos espectáculos — excluindo os dedicados às crianças — apenas se consegue adquirindo um «**AE**» (Acesso a Espectáculos), no valor de 250$00, o que pode ser feito junto das organizações e Centros de Trabalho do PCP no distrito de Aveiro. O AE habilita ainda ao sorteio de uma televisão a cores, sorteio a realizar durante a própria Festa.

Na Aveiro/Festa-86 será também possível comprar bons livros, tentar a sua sorte numa quermesse com bons prémios e apreciar alguns petiscos da região.

6, 7 e 8 de Junho serão dias de festa e de convívio na Marinha Grande. Por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP, a **Festa-86** promete bons momentos de confraternização, com motivos de interesse para todos os gostos e feitios.

Em contacto com o «Avante!» a Concelhia do Partido divulga a vasta programação da **Festa-86**, salientando à partida que haverá, «pela primeira vez, nas nossas festas», um pavilhão dedicado à arte popular da região com pintura, cerâmica, vidro, escultura em madeira e tapeçaria.

Falando ainda de pavilhões, a **Festa-86** contará com a presença dos Pioneiros, do livro e das realizações autárquicas deste concelho APU do distrito de Leiria.

Manuel Freire será um dos artistas em palco. Outros nomes, individuais e colectivos, da música popular portuguesa também lá estarão. Poesia, fado amador, ranchos folclóricos, actividades desportivas, quermesse, exposição política, artesanato, bailes, palhaços e outros momentos de animação para os mais novos, serviço de bar para os três dias e algumas surpresas fazem também parte da Festa deste ano, que não esqueceu a juventude. Atenção ao vídeo e à projecção de filmes na zona da malta nova!

PCP

AÇORES

Os «benefícios» da CEE e a política de fachada

• Posição da DORAA do PCP

Perante a surpresa de uns, o encolher de ombros de outros e, fundamentalmente, perante a indignação popular e o repúdio das forças democráticas mais consequentes, o Governo Regional dos Açores, através de três secretários regionais, anunciava recentemente mais aumentos de preços para a população do arquipélago, justificando tal atitude como necessária para igualar preços da CEE...

Comentando mais este aumento escandaloso de bens essenciais, resolvido num momento de grave situação social, a Direcção da Organização do Partido da Região Autónoma dos Açores (DORAA) divulgava uma breve nota aos órgãos de Informação, em que referia a dado passo:

«Torna-se necessário perguntar publicamente ao Governo Regional em que medida tais motivos se podem de alguma forma confundir com as tão propaladas vantagens da adesão à CEE ou com os motivos do progresso e do desenvolvimento regional no interesse do nosso povo.

Cavaco Silva disse que queria baixar o leite em 4 escudos, mas efectivamente o que fez foi aumentá-lo em 8 escudos no fim do ano passado. O Governo Regional, precisamente no mesmo caminho, resolveu de uma assentada pô-lo quase a quarenta escudos o litro.

A electricidade, para além do IVA a que ficou sujeita, subiu discretamente em princípios deste ano, sem qualquer anúncio.

A carne, o açúcar, a manteiga e o queijo, produções, tal como o leite caracteristicamente regionais, têm mais uma vez subidas incompreensíveis e ditadas por interesses totalmente alheios às primeiras necessidades da população açoriana. No caso do queijo, é escandalosa a protecção que, por via do recente aumento, se está a dar ao produto estrangeiro que começou a invadir os Açores e, no caso da manteiga, tornando-a um luxo na terra em que se produz, dá-se preferência indirecta às margarinas e outras gorduras de qualidade duvidosa.»

Acrescenta a nota divulgada pela SIP/DORAA:

«Não esquecendo sobretudo a farinha e o pão, que já subiram ao público este ano, mas também o **café** e o **tabaco**, pode-se dizer que a maioria da população açoriana não está a sentir quaisquer benefícios da adesão à CEE ou da baixa do dólar e do petróleo a nível nacional. No entanto, o acréscimo de rendimentos gerado por estes aumentos, bem como pela conjuntura internacional favorável, não deixa de existir. É um facto!

Por isso torna-se legítimo perguntar quem fica com eles então? A população ou a meia dúzia de grandes empresários, grandes capitalistas e grandes lavradores que dominam a economia regional?

De que lado se encontra realmente, mesmo que a "boa imagem" fabricada pelo "marketing" político o esconda, o nosso Governo? Torna-se ou não justo julgar o Governo mais pelo que ele faz do que pelo que diz?»

E conclui a DORAA do PCP!

«A política de fachada, a falta de liberdade e o condicionamento social e profissional a que se encontra sujeito ainda em alto grau o nosso povo, dificultam as respostas democráticas mais adequadas a esta política antipopular. Mas esta não deixa por isso de ser a verdadeira face e a verdadeira política do Governo Regional.»

Uma política que, como sublinham os comunistas, deve ser enfrentada pelo **diálogo e a acção das forças democráticas com vista a reforçar a luta da oposição nos Açores e a permitir a real democratização do funcionamento do sistema autonómico como forma de atender efectivamente às aspirações e aos interesses populares que vêm sendo sistematicamente ignorados.**

Terra

Baldios de Coimbra repudiam «projectos de lei-roubo»

Os três projectos de lei sobre baldios actualmente existentes na Assembleia da República continuam a suscitar reacções negativas junto de vários sectores e forças políticas e sociais. Desta feita foram os conselhos directivos de baldios (CDBs) do distrito de Coimbra que consideraram tais projectos como uma tentativa de impor uma «lei-roubo» daquelas terras comunitárias, exigindo ao mesmo tempo a manutenção e o respeito pela lei em vigor, diploma que consideram bom e justo e que defende o direito dos povos a uma gestão democrática dos seus maninhos.

Foi no último domingo, em Arganil, no decorrer do **II Encontro-Festa dos Baldios do Distrito de Coimbra**, uma iniciativa que reuniu 36 CDBs e durante a qual se procedeu à eleição do novo Secretariado dos Baldios e a um balanço circunstanciado da actividade desenvolvida nos últimos tempos.

A sessão da manhã, realizada na Casa do Povo de Arganil, ficou assinalada por um interessante debate no qual intervieram elementos do Secretariado, compartes e técnicos, oradores que se debruçaram fundamentalmente em torno de questões consideradas fulcrais para a gestão dos baldios.

Depois de um almoço-convívio e da uma parte cultural na qual actuaram vários ranchos folclóricos, os participantes homenagearam Lino Teixeira, ex-administrador florestal de Arganil, personalidade acarinhada entre os povos serranos da região.

Jovens agrícolas debatem o futuro

Com a presença de jovens operários agrícolas provenientes de todos os distritos da Reforma Agrária realizou-se no passado sábado no salão da Câmara Municipal, de Vendas Novas uma reunião regional destinada a apreciar o andamento das conclusões aprovadas no II Encontro de jovens realizado em finais do ano transacto em Alcácer do Sal.

A iniciativa partiu uma vez mais da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, tendo os trabalhos decorrido de forma viva e participada com os presentes a pronunciarem-se sobre questões como o desemprego, a formação profissional, o ensino, a saúde, a segurança social no trabalho e os tempos livres.

No decorrer dos trabalhos foram unanimemente reconhecidas as dificuldades em que hoje vivem a maioria dos jovens, dificuldades atribuídas na sua quase totalidade ao Governo PSD que, no prosseguimento da política dos que o precederam, continua a agravar os problemas dos trabalhadores e do País.

A este respeito foi sublinhado que a luta dos trabalhadores constitui um factor determinante na defesa dos seus interesses de classe e na criação de condições para alterar a situação política como forma de defender o regime democrático, o desenvolvimento económico, o trabalho e o progresso no quadro da democracia de Abril».

Nesse sentido foi reafirmada por vários oradores a necessidade de lutar contra as terras abandonadas e subaproveitadas, pela revogação do dec. lei 20/85 por forma a que todos os trabalhadores agrícolas desempregados disponíveis para trabalhar tenham direito ao subsídio por tempo ilimitado e para que seja desenvolvida uma formação técnica e profissional de acordo com as necessidades do sector.

festa do Avante!

Futebol de salão

Estão abertas até ao próximo dia 6 as inscrições para o torneio de futebol de salão da Festa do Avante! 86, promovido pela organização local de Lisboa do PCP. O regulamento, as informações necessárias e as próprias inscrições estão ao dispor dos interessados nos Centros de Trabalho Vitória, na Av. da Liberdade, e do Beato.

Aberto a atletas maiores de 16 anos, o torneio reunirá equipas com um mínimo de 7 elementos e um máximo de 10. Colectividades, associações culturais, desportivas e recreativas, clubes de empresa, organizações de bairro, bombeiros, estruturas do movimento popular, etc., terão certamente uma palavra a dizer para dar vida a este torneio desportivo e de convívio.

O exemplo vem de Setúbal. Mas, certamente, noutras organizações do Partido a 11.ª Festa do Avante! está já nas preocupações dos comunistas. Planear iniciativas, divulgar a Festa, preparar as excursões, recolher os donativos, pensar a Festa, são tarefas para começar a concretizar desde já. Setembro aproxima-se!

Emigração

Demagogia não resolve problemas da emigração

O não cumprimento de promessas anteriormente feitas sobre uma nova legislação de contas «Poupança-Crédito», as manobras para encerrar o consulado em Osnabruck a par da ausência de diligências para abrir consulados em Zurique e Grenoble, a não aplicação da legislação relativa à obtenção de um estatuto profissional condigno para os trabalhadores consulares, a ameaça de despedimento de professores portugueses, a falta de apoio às Associações de Emigrantes e a baixa em termos reais das verbas do Orçamento do Estado destinadas à emigração, constituem alguns exemplos de como prossegue inalterável, e nalguns casos se agrava, a política do Governo Cavaco Silva relativamente à emigração.

A denúncia acaba de ser feita pela **Comissão Para o Trabalho Entre a Emigração (CPTEE)** do PCP através de um comunicado no qual se analisa a situação vivida actualmente pelos emigrantes e se procede a um balanço da acção governativa no campo da emigração durante os seis meses da sua existência.

Na apreciação tornada pública por esta organização do Partido salienta-se o facto de muitos milhares de portugueses voltarem a partir para o estrangeiro em busca do salário e do pão de que carecem na sua pátria, como acontece actualmente com os milhares de compatriotas que partem para a Suíça, como «temporários», sujeitos «a durísimas condições de trabalho e exploração».

Por outro lado, multiplicam-se o número de candidatos à emigração «burlados por gente sem escrúpulos», enquanto mais de cem mil portugueses estão inscritos para emigrar e um número incalculável sai do País para trabalhar clandestinamente.

A actuação do Governo PSD no que diz respeito à emigração é ainda considerada para a CPTEE como «refinadamente demagógica», comportamento tanto mais preocupante quando se trata de propagandear as consequências para a emigração da adesão do nosso País à CEE.

A este respeito, salienta-se que os emigrantes portugueses em países da «Comunidade» continuam a aguardar uma «informação séria e objectiva sobre as consequências da adesão», expectativa tanto maior quanto é sabido que nalguns países estão já em curso manobras com vista ao não reconhecimento de regalias eventualmente adquiridas.

Depois de salientarem que nos últimos seis meses de Governo PSD a «vida voltou a provar que a luta é o caminho mais seguro para a defesa dos interesses dos emigrantes», o documento da CPTEE afirma que «só com a demissão do governo PSD e a formação de um governo democrático com a participação do PCP é possível uma efectiva defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses emigrados».

Juventude

2.º Encontro da Organização Distrital de Lisboa

Unir e dinamizar para resolver

Em representação de 5478 militantes da JCP, 169 jovens comunistas reuniram-se no domingo no Cine-Plaza da Amadora, naquele que foi o 2.º Encontro da Organização Distrital de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa. No final do dia de discussão, a resolução do Encontro, aprovada por unanimidade e aclamação, apresenta, aos jovens do distrito, quatro pontos de unidade e luta, por «o caminho do diálogo, da unidade e da luta ser um factor decisivo para o reforço do movimento juvenil e para a resolução dos problemas específicos dos jovens do distrito de Lisboa».

A luta pela Paz, pelo emprego juvenil, por melhores condições de estudo, por uma nova política educativa e em torno da criação de melhores condições para a ocupação dos tempos livres dos jovens são as linhas que devem presidir, no entender da JCP, à unidade dos jovens do distrito.

Unidade que, como foi salientado por um jovem socialista presente no encontro, é condição fundamental para a resolução dos problemas que mais afectam a juventude.

Este 2.º Encontro da Organização Distrital de Lisboa decorreu com vivacidade e entusiasmo, como ficou desde logo expresso nos primeiros momentos, quando as luzes se apagam e um diaporama sobre a JCP faz desta reunião um acontecimento jovem, porque acompanhado de luz e som e de estrelinhas de fogo nas mãos de cada delegado.

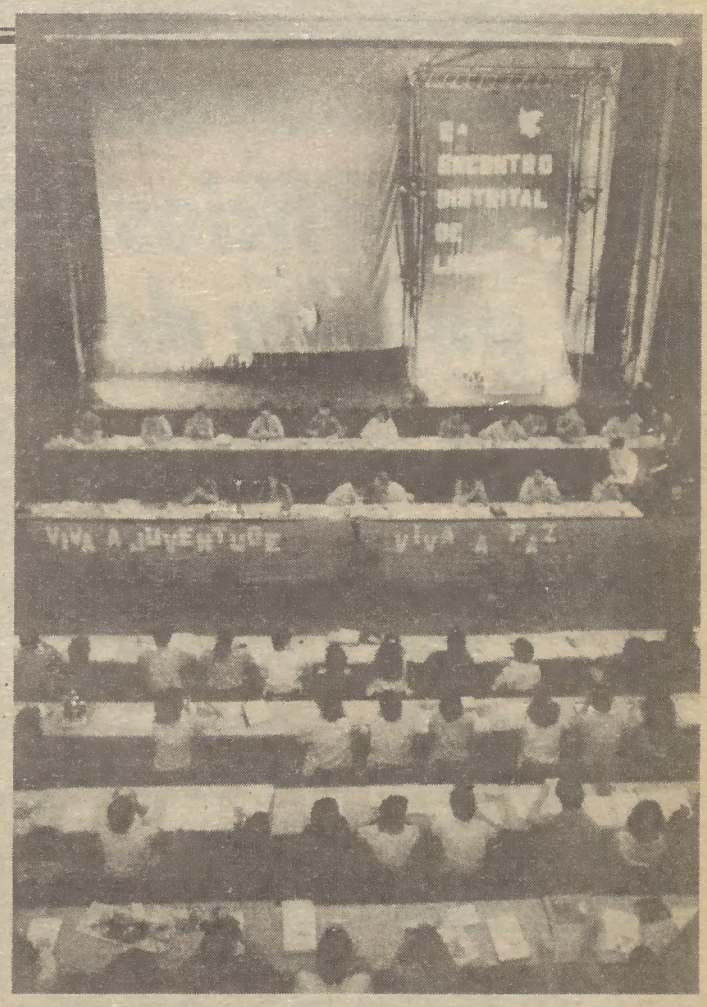
Depois foi a discussão e a apresentação dos diversos relatórios — sobre trabalho no secundário, com os trabalhadores estudantes, com os jovens operários, da frente da paz e de fundos. Um balanço que, não sendo talvez exaustivo, demonstra que, apesar das insuficiências, a JCP «é a única organização política juvenil com actividade regular, implantação e influência em todas as componentes do movimento juvenil distrital». Que, apesar das insuficiências, «tem desempenhado um papel insubstituível na mobilização juvenil em defesa do 25 de Abril e das suas conquistas, em defesa dos interesses e aspirações, na dinamização do movimento juvenil».

No plano interno, os jovens comunistas sublinharam a necessidade de definir os objectivos de trabalho para a actividade da JCP e para a intervenção do movimento juvenil, de melhorar a discussão da situação política, dos problemas e do movimento juvenil, de elaborar um plano ou calendário anual de actividade e de criar núcleos ou grupos de trabalho que acompanhem as diversas tarefas e actividades dos colectivos. Foi também vista a necessidade da realização de Encontros ou Assembleias de Organizações dos principais colectivos «com a finalidade de definir os objectivos e planos de trabalho, bem como para proceder à eleição do Secretariados ou Coordenadores dos colectivos».

Hoje como sempre

«O desenvolvimento e reforço da unidade do movimento juvenil devem estar sempre presentes na nossa actividade. E a unidade não se constrói no abstracto ou apenas com declarações de intenções». Daí a apresentação dos «4 pontos de unidade e luta». O que levou os jovens comunistas a concluirem que «perspectivas para o desenvolvimento do movimento e luta da juventude não nos faltam».

Mas para tal é necessário que mais jovens venham ter com os comunistas. É necessária uma organização mais forte, mais dinâmica. Com mais gente a trabalhar nos seus locais de trabalho, nas suas escolas, nas colectividades, nos locais de residência.



E isto porque, como salientou na intervenção de encerramento o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, «um jovem comunista, como um comunista que não é jovem, tem de ser uma pessoa virada para os outros, sem sectarismos».

No decorrer do encontro, os delegados que elegeram a nova Direcção Distrital de Lisboa, aprovaram um apelo à participação dos jovens do distrito na Marcha da Paz, que se realiza em Lisboa no próximo dia 21 de Junho.

Viagem à URSS

No âmbito da «semana de Amizade» entre a juventude portuguesa e a juventude soviética, a JCP está a organizar — com a colaboração da Agiturismo — uma viagem à URSS para jovens até aos 35 anos.

Os jovens, que quiserem visitar Moscovo e Minsk, pagarão apenas 50 mil escudos, incluindo o preço das despesas com transporte, alojamento, alimentação e programa turístico.

Como a viagem é de **27 de Junho a 3 de Julho**, os interessados devem desde já entrar em contacto com a **sede da JCP em Lisboa, na rua Sousa Martins, n.º 8.**

A par da viagem de jovens portugueses à URSS, também jovens soviéticos virão a Portugal, criando-se assim um intercâmbio que em nada destoa das tradicionais relações de amizade entre a Juventude Comunista Portuguesa e o Komsomol Leninista.

Esta semana, o Rossio foi mais do que um ponto de passagem. Em vários painéis, os Pioneiros de Portugal resolveram contar a todos quantos passavam como foram estes seus dez anos. Como é e como foi a vida das crianças portuguesas. Deram-se a conhecer. Disseram que «amamos a Liberdade e a Paz e somos amigos de todas as crianças e povos do mundo». Em Lisboa, a exposição foi vista por mais de mil pessoas, mas ao todo — e de norte a sul — já a apreciaram mais de 20 mil pessoas em 12 vilas e cidades do país.

Nacional

Mais de um milhão de reformados na miséria

860 mil portugueses vivem apenas com 6900 escudos mensais. Estes números, que falam por si, são fornecidos pelo Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) a propósito da recente realização de um seminário sobre a pobreza em Portugal e que teve a participação de Cavaco Silva.

Segundo o comunicado enviado à imprensa pela Comissão Permanente do MURPI, a miséria — que afecta um terço da população — «não é um fatalismo nacional». Antes pelo contrário, «da política de recuperação capitalista praticada desde 1976 à custa do sacrifício do povo português, outra coisa não seria de esperar senão "pobreza absoluta", eufemismo de fome e miséria contrária ao espírito de Abril e da Constituição da República».

Segundo os números divulgados pelo MURPI, dos 3 milhões de portugueses que vivem em condições de «miséria absoluta», um milhão e trezentos mil são beneficiários de pensões de velhice e viuvez. 860 mil, já o dissemos, têm direito a 6900 escudos mensais. A todas estas pessoas, há ainda que juntar os 200 mil beneficiários da pensão de viuvez do regime geral que recebem 4140 escudos. No regime rural, 525 mil pensionistas vivem com 5900 escudos e 16 mil viúvas com 3540 escudos. Nos regimes não tributivos, a pensão de velhice corresponde a 5700 escudos e a de viuvez a 3420 escudos.

Não restam dúvidas; os números falam por si. A situação de miséria agrava-se diariamente e a entrada em vigor da lei das rendas vem cortar drasticamente o já esquelético subsídio. Só de 1977 a finais do ano passado o poder de compra proporcionado pelas pensões desceu qualquer coisa como 70 por cento. Esta é — salienta o MURPI — «a causa de tão elevado número de idosos a estender a mão à caridade para poderem sobreviver».

O MURPI — que luta há anos para ser considerado parceiro social —, ao sublinhar «que a miséria em Portugal não diminuirá enquanto os governantes não respeitarem a dignidade humana», reafirma que «as pensões seriam bem mais elevadas se os governos não transferissem, abusivamente, dinheiro das receitas do regime geral para cobertura de encargos com prestações e outras despesas da responsabilidade do Estado», transferências essas que este ano se elevarão a mais de 63 milhões de contos.

E, ao lembrar a frase do primeiro-ministro no citado seminário, segundo o qual «a pobreza em Portugal é um fenómeno muito antigo», a Comissão Permanente do MURPI afirma que «os montantes de fome resultam essencialmente dos salários de miséria do tempo do fascismo e da maioria dos actuais, pelo facto de os salários considerados para o cálculo das pensões não serem actualizados através de coeficientes correctores das inflações, da falta de cumprimento do Decreto-Lei n.º 217/74 de 27 de Maio que criou e fixou a pensão mínima em pelo menos 50 por cento do salário mínimo e de as pensões não estarem indexadas ao nível dos salários e/ou ao custo de vida».

PCP

boletim emigração — Abril-Maio • 1986 • N.º 25

«Mil contos para melhorar o Boletim». Este o lema de uma campanha de fundos lançada recentemente para melhorar, sob os mais variados aspectos, da apresentação gráfica à distribuição, o boletim que é editado pela Comissão para o Trabalho entre a Emigração, do PCP.

Como salienta o número de Abril/Maio, «melhorar o Boletim é um objectivo que pensamos ser sentido por todos os seus leitores. Melhorar para já no aspecto gráfico, na regularidade da sua publicação e na eficácia da sua distribuição criando condições para melhorar o seu conteúdo informativo, garantindo-lhe uma maior actualidade e correspondência com a acção desenvolvida e com os problemas vividos e sentidos.

O facto de o Boletim se fazer com reduzidos meios que têm permitido a sua distribuição quase gratuita, não significa que a sua produção não represente ao fim de algum tempo um importante encargo financeiro. Ajudar a melhorar o Boletim implica, pois, garantir as condições financeiras para a sua melhoria. É o que pretendemos com esta iniciativa, a que, estamos certos, todos os nossos leitores aderirão.

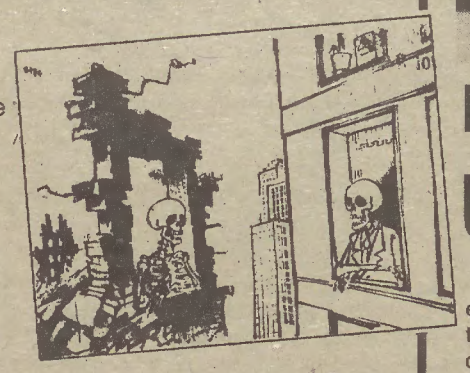
A melhoria do Boletim e o êxito desta campanha depende no entanto de todos nós. Dos seus amigos que o distribuem com esforço e amizade e particularmente daqueles para quem nos dirigimos: a emigração em geral».

campanha 1000 contos — **mil contos para melhorar o boletim**

Internacional

Armas químicas

NATO consagra o crime



Os ministros de Defesa dos países da NATO deram luz verde ao projecto norte-americano de produção de uma nova geração de armas químicas: as binárias. Os «argumentos» utilizados são já clássicos: os perigos de uma inexistente ameaça soviética; a escalada na corrida armamentista como factor «positivo» em negociações (é a lógica de fazer política a partir de posições de força).

Os perigos — muito reais — que comporta qualquer nova escalada na corrida armamentista, neste nosso planeta, com especial incidência mesmo no velho continente, são deliberadamente ignorados. A ameaça que em si próprias constituem as armas químicas — equiparadas à bomba de neutrões, por se tratar de uma arma que destrói tudo o que é vivo, deixando intactos edifícios e instalações industriais, por exemplo — é pura e simplesmente deixada na sombra.

Há exemplos bem próximos do que representaria a utilização de armas químicas: a tragédia de Bophal, na Índia, de que resultou a morte de milhares de pessoas e afectou irremediavelmente a saúde de muitos outros milhares, com consequências imprevisíveis para as gerações futuras. E no entanto o metilisocianato, cuja fuga teve tão dramáticas consequências, é quase cem vezes menos tóxico do que o sarin, um produto tóxico utilizado com fins militares.

Mesmo cingindo-nos a um exemplo mais simples — a criminosa utilização de gases pela polícia da RFA no passado fim-de-semana, contra manifestantes anti-nucleares — os graves efeitos ficam evidenciados. Muitas pessoas sofreram de graves dificuldades respiratórias. São referidas cenas de crianças lançando-se ao chão, na imensa aflição de não conseguirem respirar.

Mas não foram estes os problemas que estiveram em debate à mesa da reunião dos ministros de Defesa da NATO. Muito pelo contrário.

O que atrai a NATO...

O primeiro ataque químico de envergadura foi desferido pelas tropas alemãs na Primeira Guerra Mundial, em 22 de Abril de 1915, na região da cidade belga de Iprés. Era apenas o início.

Ao longo da Primeira Grande Guerra foram lançados cerca de 9 milhões de projécteis de iperita (um dos múltiplos produtos químicos utilizados enquanto armas), e uns 50 milhões de projécteis com explosivos tradicionais. As vítimas de ambos os tipos de armas foram, respectivamente, 400 mil e 10 milhões de pessoas. Ou seja, no balanço, a cada pessoa afectada correspondem 22,5 projécteis de iperita e 500 de explosivos tradicionais, o que representa uma proporção de 1 para 200.

É esta capacidade de matar que torna a arma química aliciante aos olhos dos estrategos da NATO. E mais ainda quando as tropas têm possibilidades de defesa em relação aos terríveis efeitos destas armas, enquanto a população civil fica praticamente indefesa.

Vietnam — a experiência que os EUA querem esquecer

O Vietnam foi grande campo de experiências dos Estados Unidos, no que respeita a armas químicas. Em particular armas destinadas a destruir a vegetação, como forma privilegiada de guerra anti-guerrilha (guerra anti-popular).

Os efeitos foram — e são — terríveis.

As plantações de mangues foram completamente destruídas, assim como 60 por cento da floresta tropical e mais de 30 por cento dos bosques. Em comparação com 1960 baixou em 75% a produtividade das plantações de borracha.

A destruição da vegetação teve profundas repercussões no equilíbrio ecológico. Por exemplo, nas regiões afectadas restam 18 espécies de pássaros das 150 anteriormente existentes.

Mais: como a dioxina, um dos proditos tóxicos utilizados e lançado às centenas de quilos sobre o Vietnam do Sul, é uma substância persistente, ainda hoje aparece em amostras de solo. Ora este veneno, de que uma fracção de miligrama provoca a morte de um homem, penetra no organismo humano com a água e os alimentos e provoca o cancro, especialmente do fígado, a leucemia, deformações monstruosas nas crianças.

Esta uma realidade que o imperialismo não está interessado em ver recordada. A condenação dos crimes de guerra de Washington no Vietnam esteve na base de um grandioso movimento anti-imperialista a nível mundial e um poderoso movimento nos EUA contra a guerra que contribuiu também para o seu fim.

O outro lado da questão sobre que é do interesse da Casa Branca pôr uma pedra — é a sua própria derrota, apesar dos bárbaros meios utilizados. Apesar da guerra química.

Portanto — uma experiência que para os povos de todo o mundo é particularmente oportuno lembrar.

À revelia

O projecto há dias aprovado em Bruxelas, e a forma e o momento em que o foi, revelam facetas da prática política do imperialismo que nunca é de mais denunciar.

Resumidamente o objectivo é impor pela força a sua vontade, passando à revelia da vontade popular, de qualquer forma de controlo, de qualquer acordo internacional que lhe possa tolher os movimentos.

Na cimeira de Genebra, entre Gorbatchov e Reagan, em Novembro passado, ficou assinalado na Declaração final que as partes se pronunciam pela proscrição universal e completa das armas químicas e pela destruição das suas reservas, tendo acordado incrementar esforços no sentido de uma convenção internacional, eficaz e viável, nomeadamente em termos de controlo.

Poucos meses volvidos decide-se pela produção de uma nova geração de armas químicas — de há muito na forja — as binárias. Isto antecipando qualquer possibilidade de se alcançar um esboço de acordo ao nível de negociações.

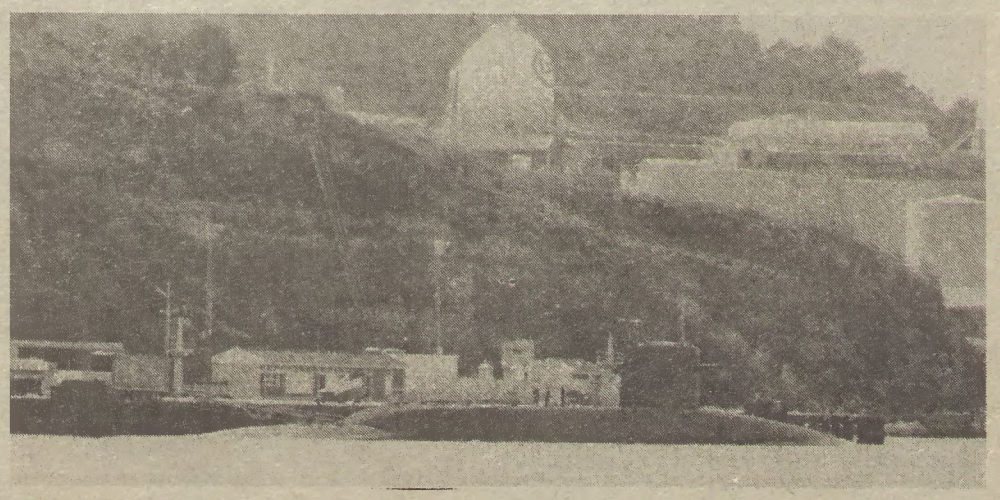
Ainda uma outra questão se coloca.

A produção actual, em ampla escala, das substâncias utilizadas para o fabrico de armas químicas, exige uma poderosa indústria, experiência específica e medidas especiais de segurança.

Parar a produção dos componentes de baixa toxidade das armas binárias pode ser utilizada qualquer empresa química. O que naturalmente cria dificuldades acrescidas ao controlo — de que o imperialismo de há muito vem fazendo pretenso cavalo de batalha.

Isto significa maior dificuldade de elaboração de acordos e da sua concretização operativa. E ainda — pela facilidade em termos de produção — o grave perigo de generalização incontrolada de tal arma.

Os perigos da política desenvolvida pelo imperialismo são evidentes.



Portugal

Uma questão de dólares?

Regressado de Bruxelas, onde partilhou, em nome de Portugal, da decisão de abrir portas a Washington para a produção de armas químicas de uma nova geração — as binárias — o ministro da Defesa, Ribeiro de Almeida, respondeu de forma ambígua à questão bem simples: o governo português admite ou não a possibilidade de o nosso país vir a ser utilizado para o armazenamento de tais armas?

A resposta foi que, «em caso de crise» «não está nada previsto»...

Uma resposta que nos dá razões de sobra para preocupação quanto à defesa até do direito de soberania nacional.

Antes do mais que significa não estar nada previsto?

No caso concreto outros governos houve que colocaram em Bruxelas, como condição expressa do seu «sim», que as armas binárias ficariam armazenadas em território norte-americano e só com autorização expressa dos países em causa poderiam vir para a Europa. Foi o caso da Dinamarca, Noruega, Holanda e Bélgica.

Uma condição que mesmo assim nada garante, como bem se sabe. A recente agressão à Líbia veio mostrar não só o geral alinhamento da NATO pelas posições de Washington como que é na Casa Branca que são definidas as situações de «crise». E mais, que a crise é fabricada nos gabinetes do Pentágono e da Casa Branca.

Portugal não pôs nenhuma condição? O nosso país será utilizado ou não para instalação de armas químicas de acordo com os interesses e decisões de Washington, ou em função da recusa de outros governos (por exemplo, uma estação como a de Almodôvar foi recusada por outros países)?

E ainda — que esteve Weinberger a fazer no nosso país, quando é conhecido que andou por essa Europa da NATO para garantir previamente o «sim» em Bruxelas?

As questões multiplicam-se. As respostas é que não.

E são questões tanto mais candentes quanto os factos vêm a confirmar que sucessivos governos em Portugal quantificam a nossa soberania em dólares.

Ângelo Correia, no telejornal de 19 deste mês de Maio, e agora também o ministro da Defesa, no regresso de Bruxelas, falam dos «riscos acrescidos» que o nosso país arca com o actual acordo das Lajes e a prevista construção no Mu, concelho de Almodôvar, de uma estação militar de rastreio, peça integrada no projecto norte-americano da «guerra das estrelas».

Mas fala-se de «riscos acrescidos» apenas para os traduzir em dólares! O que resumidamente significa que a independência nacional está à venda.

Que garantias poderemos ter de que a mesma filosofia não se irá aplicar às armas químicas? É a lógica da submissão absoluta ao imperialismo.

Luta e repressão na Coreia do Sul

Grande violência policial, centenas de prisões, numerosos feridos e pelo menos um morto, é o balanço provisório da repressão desencadeada na Coreia do Sul contra os milhares de pessoas que, em Kwangju, prestaram homenagem às vítimas da repressão em 1980. Kwagju, um marco na história da resistência sul-coreana, quando um vasto movimento popular, com decisiva participação da juventude estudantil, pôs em causa o regime imposto pelo imperialismo norte-americano que, no fim da segunda grande guerra, trocou o seu previsto papel de libertador pelo de ocupante.

A acção de protesto e homenagem agora concretizada em Kwangju, insere-se num mais vasto movimento de massas, contra o ditador Chun Doo Hwan (feito presidente na sequência do massacre de 1980, de que foi directo responsável), e contra a presença dos Estados Unidos, que domina a vida em Seul, e é a origem de uma Coreia dividida e obstáculo maior à vontade de reunificação do povo coreano.

Ao longo das últimas semanas, dezenas de milhares de manifestantes têm percorrido as ruas das principais cidades do país com a significativa palavra de ordem: «Abaixo a ditadura Chun-Regan». 100 mil coreanos desfilaram em Kwangju, em 30 de Março, numa forma de apoio à campanha de recolha de assinaturas em curso por eleições presidenciais por sufrágio directo e universal. Desde Novembro passado um amplo movimento popular põe na ordem do dia a exigência de demissão do ditador, o fim da lei marcial e eleições democráticas.

A Coreia do Sul é parte integrante da «linha avançada da frente anticomunista na Ásia. É na Coreia do Sul que se realizam os congressos da Aliança anti-comunista mundial. E é como parte do aparelho político militar dos Estados Unidos contra o socialismo e tudo quanto é progressista, que a Coreia do Sul participou, em Fevereiro último, nas manobras militares desenvolvidas pelos Estados Unidos na zona e que mobilizaram no seu território 200 mil homens até ao fim de Abril. Constituindo de facto verdadeiros actos de provocação político-militar.

Na recente visita de Shultz a Seul, foi transmitida a autorização de Washington de venda à Coreia do Sul e helicópteros UH-1 e equipamentos complementares, contracto que, de acordo com o próprio comunicado do Pentágono «contribuirá para a segurança nacional dos Estados Unidos através de uma ajuda ao melhoramento da segurança de um país amigo».

Os factos são claros. Quanto ao carácter anti-popular e repressivo dos «amigos» dos EUA. Quanto ao próprio conceito de segurança nacional perfilhado pela Casa Branca e o Pentágono. Apenas um exemplo mais a confirmar o que a realidade quotidiana nos ensina.

Mas também uma confirmação da fragilidade dos apoios com que o imperialismo conta. Dependentes da envergadura e iniciativa de movimentos populares que acabarão por impor o interesse das massas trabalhadoras.

Internacional

Imperialismo

A violência quotidiana

Tomemos um dia, um dia apenas, na sucessão de factos neste mês de Maio. E nele estará inevitavelmente a marca da ameaçadora aposta na violência por parte do imperialismo. De par naturalmente da luta dos trabalhadores e dos povos pela liberdade e o progresso, da vida de trabalho e construção do socialismo reflexos profundamente empobrecidos pelo facto de ser do grande capital a maioria esmagadora da informação que chega até nós.

Agarrando num exemplo – significativo pelas questões em causa – um pequeno molho de notícias em vésperas do fim-de-semana passado.

• Sim às armas químicas

Ministros da Defesa da NATO, reunidos em Bruxelas, aprovam projecto de produção de **novas armas químicas** (armas binárias). Aprovação que para Washington constituía o objectivo fundamental desta reunião muito embora na cimeira de Genegra Reagan e Gorbatchov tivessem inscrito em comunicado comum a determinação de acelerar um processo conducente à eliminação destas armas.

Foi em particular para garantir a aprovação da produção de armas binárias, que Weinberger andou pelas capitais da Europa da NATO, e nomeadamente Lisboa, antes da reunião de Bruxelas.

Na mesma reunião foram aprovados projectos de desenvolvimento de novas armas convencionais (enquanto os países do Tratado de Varsóvia avançam com novos planos no sentido da redução do armamento convencional na Europa).

E ainda assinada uma declaração – mais uma – de condenação do «terrorismo» (naturalmente de acordo com a óptica dos Estados Unidos). Desta vez sem referência a nenhum país em particular. Porque o alvo de momento em vista será a Síria? Ou porque a extrema proximidade de acções terroristas, como as agressões da África do Sul a três países da Linha da Frente, aconselha alguma ponderação?

• Mais um massacre na África do Sul

No *ghetto* negro de Crossroads, pelo menos 26 pessoas morreram em cinco dias de confrontos com os chamados «vigilantes» negros (variante de «esquadrões da morte» ao serviço de Pretória).

Vastas zonas do gigantesco bairro de lata de Crossroads, próximo da Cidade do Cabo, foram incendiadas e destruídas. Cerca de 30 mil pessoas ficaram sem casa.

Uma notícia que nos diz o que é o quotidiano no país do «*apartheid*». Um quotidiano de mortes só possível porque há o apoio do imperialismo. Uma vez mais Washington e Londres recusaram as sanções económicas pedidas à comunidade internacional na sequência das agressões ao Botswana, Zâmbia e Zimbabwé.

No próximo 16 de Junho – 10.º aniversário do massacre do Soweto – deverá ser desencadeado um movimento de greve geral. Ao apelo do ANC. Contra a violência e o crime organizado, pelo grande capital, a nível internacional, prossegue e afirma-se mesmo em diferentes zonas e países com particular vigor, a luta dos povos.

• Mortes em Beirute

Mais mortes em Beirute. É quase banal afirmá-lo. A questão que se nos pode colocar por vezes é como a capital do Líbano vive ainda. Fala-se neste caso de algumas dezenas (quatro dezenas) de mortos. Gente vitimada por duelos de artilharia entre milícias shiitas do movimento Amal e unidades do exército libanês, ligadas ao sector cristão de Beirute, controlado pela direita.

É referida a coincidência entre o estalar de mais uma batalha e a prevista visita (assim impedida) do novo patriarca maronita ao mufti sinita, xeque Hassan Khaled, que afirmou a necessidade de trabalhar «para dinamizar um processo de coordenação e de diálogo para chegar a uma fórmula nacional aceite por todos». Acrescentando ainda: «esta fórmula não terá êxito se não tivermos em conta a Síria e a sua iniciativa».

É possível que este programado encontro – como outros – pudesse contribuir para um acordo.

O que é certo é que há quem não queira a paz. Quem evite e leve ao abortar de qualquer tentativa no sentido da superação do problema do domínio confessional. Problema que serve o imperialismo, que serve a direita e que é utilizado como elemento de divisão de um povo.

Não por acaso o **Partido Comunista Libanês** coloca na primeira linha das suas preocupações e da sua luta, «pôr fim ao controlo comunitário e confessional do aparelho do Poder», considerando que «só uma solução democrático-nacional e não confessionalista, apoiada numa verdadeira frente democrático-nacional que reúna todas as forças interessadas na aplicação vitoriosa do programa de transformações democráticas, pode dar uma solução universal e duradoira à crise».

Os factos interligam-se. E se os comunistas e as forças progressistas lutam por uma solução para os agudos e complexos problemas da realidade de hoje, pela via da transformação democrática dessas realidades, pela unidade como via para o futuro, o imperialismo aposta exactamente na perspectiva oposta. No multiplicar de focos de tensão. Na arma quotidiana da violência contra a gente que trabalha.

Por isso já hoje estão nas mãos de terroristas em Angola e no Afeganistão os mísseis Stinger, arma de guerra que Reagan decidiu fornecer aos «seus» bandos.

Um potencial de perigo e morte.

Mas que será impotente para atingir os seus objectivos. Os povos do Afeganistão e Angola seguem pelo caminho que traçaram. E tudo indica que sairão vitoriosos. Exemplos que nos dizem no sentido e perspectivas da dura batalha de classes contemporânea.

Solidariedade com o povo da Namíbia

O ano de 1986 foi proclamado pela SWAPO (organização de libertação do povo da Namíbia) o «Ano da mobilização geral e da acção decisiva pela vitória final». É com esta afirmação que vem encabeçado o documento final saído da segunda conferência internacional sobre a Namíbia realizada em Bruxelas nos primeiros dias deste mês de Maio.

Reunião patrocionada por chefes de Estado ou governo africanos e Não-Alinhados, contou também com a presença de representantes de organismos da ONU e da OUA, assim como de partidos políticos, organizações e movimentos de libertação, individualidades.

A delegação da SWAPO foi encabeçada pelo seu dirigente Sam Nujoma.

Também o Partido Comunista estava presente, intervindo em seu nome o camarada Martins Coelho, membro do Comité Central.

Vinte anos após o início da luta armada pela libertação do país e a decisão das Nações Unidas de assumir directamente a responsabilidade sobre este território ocupado pela África do Sul, a luta solidária dos povos da Namíbia e da África do Sul pela independência e o fim do regime de «apartheid» assume as dimensões de uma grande batalha, que coloca Pretória face «à sua mais grave crise», como é sublinhado na declaração aprovada.

Os obstáculos maiores à vitória dos dois povos estão na política desenvolvida pela administração Reagan e nas reservas por parte da Grã-Bretanha, RFA e EUA à adopção de sanções diplomáticas e económicas contra a África do Sul.

«A política e a prática da administração Reagan levam ao prolongamento da ocupação da Namíbia e causam grave prejuízo à paz em toda a região», sublinha-se na declaração final.

«A questão da Namíbia está de há muito inscrita entre as questões mais candentes da vida internacional a que urge dar solução. Trata-se não apenas de reconhecer, mas de **assegurar** o direito do povo da Namíbia à liberdade e à independência» — salientou o camarada Martins Coelho na sua intervenção em Bruxelas, em que se afirmou a solidariedade dos comunistas portugueses.

A cobertura do Governo Cavaco

Denunciando a política da administração Reagan e dos círculos mais reaccionários da NATO, o representante do PCP na Conferência sublinha com particular realce o papel do actual Governo português.

«A política seguida pelo Governo actual, não só continua como agrava a política seguida por anteriores governos, de submissão ao imperialismo norte-americano e de participação activa na sua estratégia neo-colonialista e agressiva na África Austral. O Governo não só se recusa à aplicação de sanções contra a África do Sul, como de facto dá cobertura e promove a legitimidade da sua criminosa política. Os bandidos da Unita e da Renamo actuam em Portugal em completa impunidade, apesar dos protestos dos democratas portugueses.»

Avante!

«O dr. Vítor Barros, que é salazarista e defende o colonialismo, fez na chamada Assembleia Nacional um discurso, hoje já célebre, no qual afirmou que a vida administrativa ultramarina é "colossal mentira" que "falhou estrondosamente a colonização dirigida", denunciou "os afilhados quase sempre incompetentes e desconhecedores dos problemas locais e o mais das vezes desonestos", desmascarou "a coacção", a "censura", os "exclusivos", etc., etc.

«Os outros companheiros da Assembleia não gostaram. O dr. Pinto Carneiro, criticando acerbamente o dr. Vítor Barros, aproveitou para, de forma lapidar, explicar como se deve trabalhar na Assembleia Nacional: que em relacção à correcção dos erros "isso se faça sobretudo em silêncio, em família, jamais em público", "os aspectos positivos... é que devem aqui ser realçados". O dr. Vítor Barros esqueceu-se destas normas e por isso chegou a ser alcunhado de "traidor".

«Ainda ouviremos outros salazaristas dizerem coisas semelhantes às do dr. Vítor Barros. Mas será a luta do nosso povo que acabará com as mentiras e crimes do salazarismo, que fará calar de vez a Assembleia fascista e destruirá as prepotências de mais de 30 anos de poder dos monopólios.»

(«Quem Fala Verdade?» — «Avante!», VI série. n.º 317, 2.ª quinzena de Maio de 1962)

Avante!

«A tripulação do bacalhoeiro à linha "Santa Mafalda", regressado da safra mais cedo para reparações, foi despedida. Logo que chegaram a terra dirigiram-se ao director da empresa, o grande tubarão da pesca Egas Salgueiro, a quem apresentaram a reivindicação de uma indemnização. O Egas pretendeu primeiro ganhar tempo mas depois, quando a comissão de unidade dos pescadores o procurou segunda vez, recusou a indemnização. Foi então que os 40 homens que trabalhavam na reparação do barco, numa solidariedade de classe magnífica, pararam imediatamente o trabalho e, juntamente com os pescadores desempregados, invadiram os escritórios e obrigaram o patrão a assinar um acordo que garante a cada pescador desempregado um salário de 31$00 diários, desde o fim da reparação do barco até ao começo da nova safra.»

(«A Luta dos Pescadores do Santa Mafalda» — «Avante!», série VI, n.º 341, Maio de 1964)

AVANTE!

«Os trabalhadores continuam a impor ao patronato aumentos de salários. São 4 a 12 escudos na Siderurgia, são os pedreiros de Portimão passando de 70 para 75 escudos por dia, e os serventes de 40 para 45; é o pessoal à jorna da CIP (Póvoa de Santa Iria) de 1$50 a 3 escudos. Mas os capitalistas dão como uma mão e retiram com a outra. Fizeram-no agora os Melos da CUF ao cortarem o chamado prémio de "mérito», de cerca de 4$00. Mas as operárias da zona têxtil travam vigorosa luta contra esse roubo. Ainda agora cerca de 100 mulheres da secção de fiação fizeram uma paralisação de 15 minutos para expor ao seu representante na CIE as suas reclamações contra o corte do mérito e exigindo a sua incorparação no salário-base.

«Por seu lado os corticeiros da margem sul do Tejo conquistaram aumentos mas viram imediatamente aumentados também os ritmos de produção. Na Aldemiro & Mira, por exemplo, são agora obrigados a limpar 15 mil rolhas em vez de 8 mil, a lixar 40 mil em vez de 25 mil e a fazer quase o dobro dos cabos que faziam antes. Escusado será dizer que a este aumento do dobro da produção não correspondeu o dobro do salário. Cabe aos operários lutar com toda a sua força contra este duplo roubo: roubo porque este trabalho intensivo não lhes é pago, e roubo da sua saúde, pois a cadência que lhes querem impor é desumana».

(«Aumentos de Salários mas sem Condições que os Diminuam», «Avante!», VI série, n.º 366, Maio de 1966)

Em Foco

Avante!

Ano 56 – Série VII
N.º 648
28 de Maio de 1986
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Pacote laboral

CAVACO SILVA QUER UM CHEQUE EM BRANCO

O chamado «pacote laboral» vai estar em discussão na Assembleia da República, no próximo dia 20 de Junho. Talvez pensando que as atenções do País estarão concentradas no México, o Governo Cavaco Silva pretende uma autorização legislativa para elaborar leis respeitantes aos despedimentos — com o argumento de que esta legislação permitirá aumentar o emprego —, aos contratos a prazo e ao trabalho temporário. Sobre este assunto falámos com o deputado do PCP, **Jerónimo de Sousa**, e da conversa ressaltaram as manobras que o Governo Cavaco Silva trama neste sector, onde, por estranho que pareça, até a Lei da Segurança Interna se entronca. A ver vamos se as forças democráticas irão dar o cheque em branco que Cavaco quer para despedir a direito.. e à esquerda?

— No dia 20 de Junho vai ser debatido, na AR, o chamado pacote laboral do Governo. O que está em jogo com esta iniciativa? Quais as leis que Cavaco Silva pretende apresentar?

— Primeiramente, convém esclarecer que o Governo não pretendeu apresentar-se na AR com uma ou várias propostas de lei, mas sim com um pedido de autorização legislativa, que contém três peças — chamemos-lhe assim: despedimentos, contratos a prazo e trabalho temporário.

Curiosamente só a proposta de lei dos despedimentos é que traz o texto na íntegra, artigo por artigo, pois em relação aos outros dois nada se sabe...

— E não foi por esquecimento...

— Esta autorização legislativa tem razão de ser por questões sociais e políticas: em primeiro lugar o Governo quer um cheque em branco da AR e fugir ao debate no seio das organizações de trabalhadores, pois a Constituição prevê que qualquer lei de trabalho tenha uma discussão pública de um mês e Cavaco Silva, que parece tão arrogante, tem receio desse debate, pois sabe que se os trabalhadores tivessem conhecimento dessas leis, para além das divergências ideológicas, estariam criadas as condições para lutarem contra esta medida brutal que é a lei dos despedimentos...

— Portanto, no próximo dia 20, o Governo terá, ou não, o dito cheque em branco. Esperemos, pelas dezenas de milhares de trabalhadores que seriam afectados, que não o venha a ser. Falemos agora dos aspectos mais gravosos desse pacote.

— Antes do mais, é necessário situar o pano de fundo com que o Governo Cavaco Silva apresentou e fundamenta esta iniciativa: argumenta com a entrada na CEE pelo que se torna necessário harmonizar a legislação com a existente na Europa capitalista, tenta pôr em confronto jovens com adultos, desempregados com empregados, mulheres com homens. Mas tudo isto são falsas questões. No tocante à CEE, não nos esqueçamos que acima dos ditames da CEE está a Constituição da República e os direitos e conquistas dos trabalhadores, nestes anos, após a Revolução de Abril. De qualquer forma é curioso verificar que o Governo não fala dos salários de outros países da Europa...

— Aqui na vizinha Espanha o salário mínimo é superior a 40 contos...

— nem no horário de trabalho, na segurança social, no apoio aos jovens. Para Cavaco Silva isso não interessa, apenas se preocupa com a parte pior da legislação dos países capitalistas da Europa onde impera a exploração e a opressão ao direito ao trabalho e à segurança no emprego.

Obviamente que esta lei não visa dar trabalho aos jovens, aos desempregados, mas transformar a empresa numa espécie de santuário intocável onde a entidade patronal seja não só dono das coisas, mas também dono dos trabalhadores, da sua vontade, como se de máquinas se tratasse. Esta lei visa desequilibrar a relação de forças existente a favor do patronato e do grande capital.

Despedimento selectivo

— Contudo, na legislação existente estão consignadas já razões para despedimento com justa causa. Que mais pretende o Governo?

— A grande novidade é incluir as razões económicas para despedimento com justa causa; ou seja, o patronato, caso o Governo tivesse autorização para tal, passaria a contar com razões estruturais, de mercado, tecnológicas...

— Significa isso que o patronato ficava com um âmbito amplo e vago para despedir?

— A partir daí os trabalhadores não teriam garantia nenhuma quanto ao seu posto de trabalho. E se já existe o «lay-off», a possibilidade de declaração da empresa em situação económica difícil, a possibilidade de despedimentos colectivos, digamos que esta lei não se demonstra necessária para permitir uma política de emprego, antes pelo contrário...

— Não estará em causa a tentativa de criar o despedimento selectivo?

— Argumentando com as razões estruturais ou tecnológicas o patronato pode despedir um trabalhador com 20 ou 30 anos de casa, se bem o entender, ou porque verifica que aquele já não dá o rendimento ao ritmo do seu desejo de exploração, mas poderia ainda usar a chantagem e pressões sobre candidatos a comissões de trabalhadores, delegados sindicais, poderia reprimir com a ameaça do despedimento os dirigentes dos trabalhadores nos locais de trabalho, ficaria com as mãos livres para utilizar a repressão selectiva sobre activistas que se destaquem na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores. Esta questão de poder despedir individualmente — porque se trata disso — é uma machada sobre a cabeça de qualquer trabalhador, independentemente da sua ideologia.

— E se no primeiro trimestre deste ano o desemprego já aumentou, com esse tipo de legislação iria aumentar assustadoramente?

— Sim, não tenhamos dúvidas de que iria aumentar ainda mais, para além de que passaríamos a ter nas empresas trabalhadores que nunca iriam saber qual era o seu dia de amanhã; se continuariam a receber salário pelo trabalho prestado ou se iriam engrossar o exército de desempregados.

Querer trabalhar: uma forma de terrorismo

— Passando agora à proposta de lei dos contratos a prazo e do trabalho temporário. Quais as intenções que estão na iniciativa governamental?

— Com esta lei dos despedimentos o Governo não necessitaria de legislar sobre contratos a prazo ou trabalho temporário, porque esta lei significa que qualquer trabalhador fica numa situação de trabalhador a prazo ou temporário. E por isso é que o Governo na lei dos despedimentos apresenta artigo por artigo, mantendo uma zona branca em relação aos contratos a prazo e ao trabalho temporário. Com esta lei resolve os problemas todos do patrão. E já agora gostava de recordar uma questão curiosa: quando a actual lei dos contratos a prazo foi aprovada pelo Partido Socialista, nessa altura, o argumento era de que com aquela lei se iria criar mais emprego; precisamente para esta lei dos despedimentos o argumento é também criar mais empregos. E hoje, o que é que acontece? Situações escandalosas de empresas que têm 90 por cento e mais de trabalhadores contratados a prazo, com um desrespeito total pela lei. O desemprego continua a aumentar de maneira assustadora.. Mas como o Governo tinha como promessa eleitoral rever a lei dos contratos a prazo, ela aí está. Simplesmente, será inútil com a lei de despedimentos que se pretende criar. Qualquer patrão, caso a lei seja aprovada, não se importará nada em respeitar as leis de contratos a prazo ou de trabalho temporário, mesmo que sejam melhoradas.

— O Governo apresentou recentemente a proposta de lei de Segurança Interna. Aparentemente, nada tem a ver com o pacote laboral. Mas parece que não é bem assim e pode-se-lhe apontar uma certa interligação?

— Verifica-se que a Lei da Segurança Interna está virada, também, contra o exercício das liberdades dos trabalhadores, das organizações sindicais e outras representativas das classes laborais. Primeiro, tratam de fazer leis que procuram restringir direitos fundamentais como sejam o do emprego e do salário e a que obviamente os trabalhadores vão reagir; depois procura-se restringir, limitar a possibilidade de luta por parte das camadas laboriosas. Convém não esquecer que a Lei de Segurança Interna, para além das escutas telefónicas, violação de correspondência e militarização da PSP, prevê ainda o encerramento de empresas...

— Como se os trabalhadores fossem perigosos terroristas. Mas passando agora a outro assunto. Como irá ser o comportamento da AR ao pacote laboral?

— A questão é tão grave e tem uma importância tão grande para o movimento operário que nós confiamos que as forças democráticas, nomeadamente o PRD, o PS e o MDP, juntamente com o PCP, sejam capazes de compreender os verdadeiros objectivos do Governo Cavaco Silva, se unam e impeçam nesta primeira fase que o Governo leve da AR um cheque em branco para destruir direitos fundamentais dos trabalhadores. Estamos confiantes. Preocupa-nos por vezes hesitações, incompreensões, que por vezes se verificam, mas mal seria que nesta questão fundamental as forças democráticas não fossem capazes de estar ao lado dos trabalhadores derrotando a autorização legislativa.

— Mas os trabalhadores também têm uma palavra a dizer? E talvez a mais importante?

— Sim! A batalha fundamental, na nossa opinião, não se trava só aqui na AR. O dia 20 de Junho não pode ser um facto isolado na luta dos trabalhadores. A partir de agora e sabendo que este assunto vai estar em debate, os trabalhadores têm que começar a esclarecer e a mobilizar os seus companheiros para esta realidade, o próprio Congresso da CGTP não poder ser um ponto de partida, mas ter já atrás de si o esclarecimento, a mobilização, o protesto e a luta dos trabalhadores para que no dia 20 as forças democráticas compreendam o que pode significar para os trabalhadores portugueses esta lei. A luta do movimento operário, tal como no passado, continua a ser determinante, embora não queira retirar, com isto, a devida importância ao que vai acontecer na AR, no próximo dia 20 de Junho. ■

«Fundos» da CEE em seminário

Este «FEDER» cheira mal que se farta!

Quem ouve o Governo e, sobretudo, vê televisão — o megafone privativo da equipa de Cavaco Silva — está, geralmente, em risco de acreditar no novo sebastianismo português: a CEE. Esta prodigiosa «fada madrinha» parece ir resolver tudo, desde as estradas que faltam à miséria que sobeja, num toque mágico que não conhece limites — isto (sublinhe-se), levando a sério o que enfaticamente é afirmado, também sem limites, pela governação do homem de Boliqueime.

A maleita chegou também ao Poder Local Democrático, na estrambótica figura duma coisa chamada «fundos FEDER». São, em contos de réis, 7 — milhões — 7 a distribuir pelos municípios portugueses, de bandeja e com muitas ovações e só para este ano, imagine-se! Só que... Só que tal verba não vai entrar facilmente no nosso País (há mesmo dúvidas sérias de que entre, na totalidade); só que, enquanto se espera tal «maná», vão sair do nosso País qualquer coisa como 45 milhões de contos para os cofres da CEE **já este ano**; só que tal «maná», mesmo que cumpra o prodígio de cair dos mágicos céus da Comunidade, será distribuido segundo o total arbítrio dos «deuses» de Bruxelas; só que tal esquema não passa de um expediente para afogar o Poder Local democrático no nosso País, asfixiando e manietando cada vez mais a sua autonomia.

Nada disto foi dito pelo Governo. Tudo isto e muito mais foi denunciado e debatido no passado sábado, em Lisboa, num seminário promovido pelas revistas «Poder Local» e «Economia – EC», que reuniu presidentes, membros eleitos, técnicos e especialistas de Câmaras Municipais e outros órgãos autárquicos do nosso País para discutir estas questões do Poder Local e da CEE, com um afluxo de presenças que rondou as 200 pessoas, num espectro político-partidário diversificado.

Carlos Carvalhas, economista, membro do CC do PCP e deputado do Partido na AR, equacionou sinteticamente na sua intervenção (que abriu o seminário) o significado dos já célebres «fundos FEDER», que teoricamente entrarão no nosso País para «incentivar o desenvolvimento regional»:

«A CEE, quanto a nós, não é um clube caritativo, mas um espaço económico dominado pelas transnacionais de base europeia e não europeia. Na CEE não se tem verificado a aproximação de níveis de desenvolvimento das diversas regiões mas, pelo contrário, tem havido distanciação. O último relatório sobre o impacto do FEDER no desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, debatido a 12 deste mês, pela Comissão da Política Regional do Parlamento Europeu, diz textualmente "que não há melhoria do bem-estar nas regiões mais desfavorecidas da CEE".

«O próprio Secretário de Estado da Integração Europeia emitiu recentemente a mesma opinião no Forum Picoas», acrescentou.

Como foi denunciado no seminário, a promessa dos «fundos FEDER» — abundante e inescrupulosamente difundida pelo Governo — criou já situações graves. Houve autarquias que avançaram com investimentos vultuosos a contar com tais fundos prometidos pelo executivo de Cavaco Silva, e que hoje se encontram encurraladas; outras assumiram responsabilidades que cabiam exclusivamente ao poder central, e a sua situação é igualmente crítica; finalmente a atribuição destas miríficas (e irrisórias) verbas do FEDER ficaram totalmente ao arbítrio da CEE, que as distribui conforme entende, seleccionando a seu bel-prazer os 292 projectos aceites, como candidatos a financiamento, entre as 779 entretanto apresentados pelas autarquias do País! Quer dizer: O retorno à centralização autárquica perseguida por sucessivos governos de direita já não passa, sequer, por Lisboa, mas por Bruxelas!

Entradas com «saídas»

Mas porque são «irrisórias», as verbas do FEDER? Luís Sá, da revista «Poder Local», especificou-o claramente na sua intervenção de encerramento, que, em certa medida, consubstanciou as múltiplas críticas entretanto produzidas no seminário:

«O alcance limitado dos fundos europeus pode medir-se pelo facto de as verbas previstas do FEDER para as autarquias corresponderem em 1986 a 10,2% do Fundo de Equilíbrio Financeiro e a cerca de 7,2% da verba global que as autarquias receberão em 1986 e a menos de metade do aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro entre 1985 e 1986.»

Além do mais **a distribuição das verbas dos fundos comunitários será pouco mais do que a mera devolução — aliás incerta — das verbas com que Portugal entrou ou vai entrar para o orçamento da CEE.** Com efeito — sublinhou ainda Luís Sá — «no Orçamento de Estado para 1986 está prevista uma contribuição de Portugal para o orçamento da CEE de mais de 45 milhões de contos. Os mesmos que anunciam em grandes manchetes o dinheiro que vem da CEE, escondem que boa parte desse dinheiro saiu previamente de Portugal para a CEE. A saída do dinheiro já é certa. Mas a entrada dos financiamentos é incerta, quer quanto ao montante, quer quanto ao momento da concretização».

Quer dizer: as verbas do FEDER, além de serem irrisórias e demagógicas, já nos sairam do bolso, mesmo antes de «entrarem»... se é que entram!

Já chegámos a... Bruxelas?!...

Entretanto, como referiu igualmente Luís Sá, a maioria dos municípios deu uma prova de capacidade de realização ao apresentar, só ao FEDER, 779 projectos no valor de 37,5 milhões de contos. Mas o facto de «só ter sido previsto o financiamento de 292 projectos no valor de 6,8 milhões de contos **confirma que não é do FEDER e dos outros fundos comunitários que virá o grande impulso financeiro à actividade do Poder Local e à sua capacidade de realização e ao desenvolvimento regional».**

Não é admissível, referiu, «que te-

Muito participada a reunião

Há respostas a dar

No meio do imbróglio dos «fundos FEDER» estão em causa questões fundamentais respeitantes ao Poder Local democrático no nosso país, como foi amplamente demonstrado no seminário. Assim sendo, e apesar de «não se justificar num debate deste tipo retirar conclusões» — como sublinhou Luís Sá na sua intervenção de encerramento — «a experiência existente e o debate travado» parecem justificarem as seguintes linhas de actuação nas autarquias:

1. Reclamar a **instituição das Regiões Administrativas**, alternativa democrática e constitucional às Comissões de Coordenação Regional, cujo papel é agora seriamente reforçado, assegurando assim que as decisões relativas às regiões caibam a órgãos eleitos e não a órgãos que são praticamente meras emanações do Governo;

2. Reclamar a **instituição do sistema de planeamento democrático, descentralizado e participado** previsto na Constituição e que todos os Planos, e em particular o Plano de Desenvolvimento Regional, sejam submetidos aos órgãos constitucionalmente competentes;

3. Procurar a **concretização dos financiamentos prometidos** combatendo as tentativas de atrasar os pagamentos com a consequente possibilidade de não os chegar a receber por impossibilidade de realizar a tempo as acções previstas;

4. Evitar disputas entre municípios em torno dos financiamentos, lutando pela **justiça e objectividade possíveis na distribuição das verbas** do FEDER e dos outros fundos comunitários e por critérios claros, o que não implica seguramente privilegiar certos projectos só porque chegaram primeiro, mesmo que não sejam os mais urgentes;

5. **Não assumir encargos que legalmente não competem aos municípios** só porque os fundos comunitários asseguram o seu financiamento parcial;

6. **Assegurar a adequação dos projectos apresentados às necessidades e possibilidades do município**, tendo em conta que este tem sempre de suportar parte do custo do projecto e que para tal deve ter a verba necessária;

7. Tomar na medida do possível a iniciativa de promover **«programas de desenvolvimento integrado»** a nível municipal e intermunicipal em que se insiram os projectos a apresentar à CEE, de modo a assegurar que o seu conteúdo esteja de acordo com as necessidades das autarquias e das populações em vez de serem impostos pelo Governo e pelas Comissões de Coordenação Regional.

nham sido geradas tantas ilusões em muitas autarquias em torno dos financiamentos da CEE. Não é admissível que, de forma no mínimo irresponsável, entidades centrais ou certas Comissões de Coordenação Regional tenham incentivado o lançamento de obras para que as autarquias não tinham verba, dando os financiamentos da CEE como assegurados. É compreensível a revolta e desilusão de que agora quase diariamente a comunicação social dá conta».

Mas é a própria Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional que admite ser o «mero acaso» que justifica a selecção de projectos e de regiões mais ou menos financiadas, ao afirmar a um jornal que «a apreciação dos projectos por parte da Comunidade é feita de forma aleatória. Tanto podem ser apreciados todos os projectos de uma região como também pode acontecer que outra não veja apreciado um único projecto seu. As candidaturas seguiram para Bruxelas em conjunto» (O Século, 19.5.86).

«Trata-se de uma indiscutível e brutal confirmação de que não é em Portugal que se decidem parte importante dos problemas portugueses» — concluiu Luís Sá.

Destino útil

Tal panorama levou Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP e deputado do seu grupo parlamentar, a afirmar que «a distribuição de verbas do FEDER é casuística, irracional, não obedece a qualquer plano coerente de desenvolvimento harmonioso das diferentes regiões. Representa a restauração do sistema de comparticipações atribuídas às autarquias, em boa hora abolido e que agora é parcialmente restaurado. Só que os eleitos já não pedem esmola da comparticipação ao Terreiro do Paço, antes têm de pedi-la a Bruxelas».

Deste modo «o processo de adesão à CEE está a transformar-se num pretexto para o reforço das Comissões de Coordenação Regional, das suas ingerências na actividade autárquica e dessa forma está a traduzir-se num factor de centralização administrtiva e de limitação da autonomia autárquica. Está igualmente a transformar-se num factor que favorece a responsabilização do Poder Local por áreas que não lhe competem. Basta lembrar que a parte do financiamento de uma barragem que caberá à parte portuguesa será assegurado por uma Câmara Municipal e que numerosos municípios se responsabilizarão por pagar parte da "formação" de trabalhadores desempregados que nem poderão ser colocados nos quadros dos serviços da administração local nem se enquadram directa ou indirectamente na actividade autárquica».

Assim se explica que as expectativas geradas pela adesão à CEE e pelos fundos europeus estejam a ser frustradas. Tais frustrações, entretanto, devem ter um destino útil, considerou Carlos Costa: deverão «generalizar as reivindicações em torno de projectos que sirvam verdadeiramente o desenvolvimento, criem emprego e aproveitem os recursos naturais. Esses projectos no essencial não estão ao alcance das autarquias. Mas estas podem mobilizar as populações para reinvindicarem os investimentos necessários à realização daqueles projectos». Deverão igualmente exigir as verbas a que as autarquias têm direito e dever-se-á lutar pela aprovação de uma lei de Finanças Locais que contribua para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas e não para acentuar desigualdades.

E concluiu:

«Do processo de adesão à CEE não resultará o desenvolvimento regional equilibrado e ao serviço das populações. Que ao menos da desilusão e do descontentamento saia o alargamento da luta para que os problemas dos portugueses sejam resolvidos em Portugal, pela descentralização, pela instituição das regiões administrativas, pelos direitos das áreas mais carenciadas do País e de quem nelas vive.»

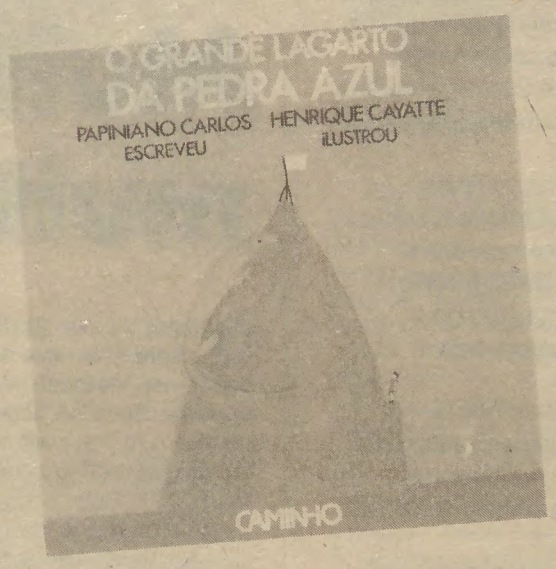
Um espanto?!...

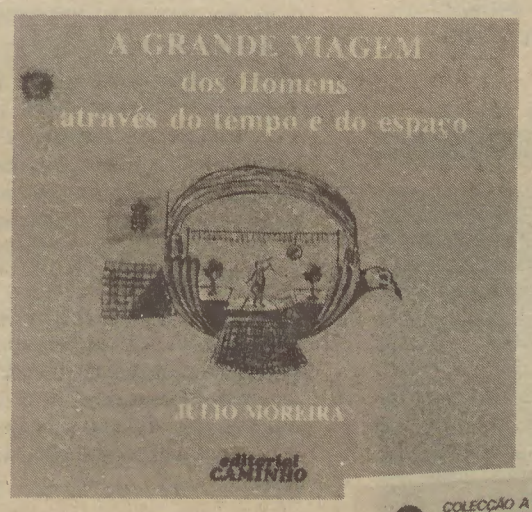
A demagogia produzida e alimentada pelo Governo de Cavaco Silva a propósito dos «fundos FEDER» atingiu níveis inacreditáveis. Carlos Carvalhas, na sua intervenção, exemplificou-o de modo bem claro. Oura vejam:

«As mesmas verbas são anunciadas várias vezes, dando uma ideia às populações de que entra dinheiro a rodos e que, portanto, se as obras não se fazem isso se deve aos órgãos autárquicos. Veja-se o que se passou, por exemplo, com o **anúncio da segunda fatia do FEDER que foi anunciado cinco vezes como se de verbas diferentes se tratasse. Foi desbloqueado "milagrosamente" nas vésperas da visita de Delors a Portugal** (DN, 8/4/86). Três dias depois vários órgãos de informação referiam-se às mesmas verbas como se fossem novas (DP, 11/4/86). Na semana seguinte (23, 24, 26/4/86) vários jornais referiam-se às mesmas verbas como "comparticipações do FEDER para vias no interior do Minho", "Algarve e municípios do Norte têm novas verbas do FEDER", etc. Alguns dias depois era a vez do ministro do Plano e Administração do Território anunciar solenemente a "boa nova" da atribuição daquelas verbas a várias regiões».

Como dizia Jo Soares... «um espanto!!!».

1 de Junho Dia Mundial da Criança





Neste dia ofereça à criança a melhor lembrança

CAMINHO

O prazer de ter bons livros para ler

CDL a distribuição

1.ª ASSEMBLEIA
DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL
DA BEIRA INTERIOR DO PCP

COM O PCP
COM ABRIL
DESENVOLVER
A BEIRA INTERIOR

15 DE JUNHO 1986
10 HORAS • CINE-TEATRO
COVILHÃ

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

BEIRA INTERIOR
O Partido tem pernas para andar

■ *Jorge Montez*
José Paulo Oliveira

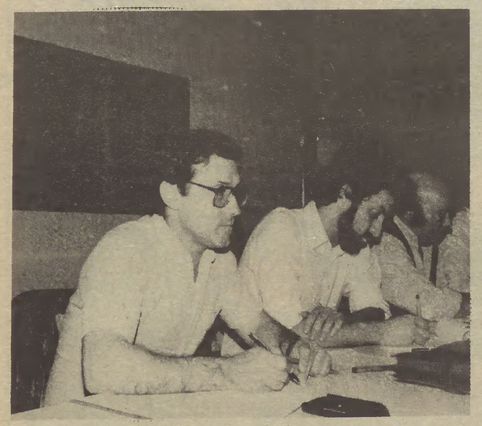
O Partido no concelho de Seia, a vontade do organismo de mulheres de Castelo Branco e o esforço da célula do PCP na Portucel são três trabalhos que, por não serem autónomos, se integram num título mais geral e que vê a sua razão de ser não só pelo que se conta nestas páginas, mas também pelo que foi afirmado por José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP, na entrevista que publicámos no número anterior.

Um trabalho que é uma súmula de dois dias por terras da Beira Interior. Dois dias em que se percorreram muitos quilómetros e em que se gastaram muitas folhas de apontamentos. Com um único intuito: **saber como trabalham os comunistas na Beira Interior.**

A escolha não é arbitrária e poderá ser tida como uma achega à realização, no próximo dia 15 de Junho, da 1.ª Assembleia da Organização Regional da Beira Interior do PCP.

Para tal, nada como darmos a conhecer a todos quanto nos lêem, quais as dificuldades, qual o trabalho realizado e quais os principais objectivos dos comunistas nesta região com 12 221 quilómetros quadrados, que compreende os distritos de Castelo Branco e da Guarda, num total de 25 concelhos.

Uma região onde o Partido encontrou sérias dificuldades, mas que, com trabalho, militância e organização, vai vencendo. Diariamente. Como dão conta os exemplos que seguem e que no âmbito deste trabalho, correspondem ao seu ponto final.



Atento aos problemas das autarquias, o Partido realizou recentemente na Covilhã, numa sala da escola secundária Frei Heitor Pinto, um encontro distrital de eleitos da Aliança Povo Unido. No distrito de Castelo Branco, a APU conta actualmente com 136 eleitos, sendo 62 membros do Partido, 9 do MDP/CDE e 65 independentes. Dos 136 eleitos apenas 11 são mulheres. O encontro a que aludimos reuniu autarcas da Covilhã, Belmonte, Fundão, Idanha-a-Nova e Castelo Branco. Na Mesa que presidiu aos trabalhos encontravam-se os camaradas **José Soeiro,** membro da Comissão Política do Comité Central do Partido, **Luís Sá**, suplente do CC, **João Pessoa**, do secretariado da DORBI e do executivo da C. Distrital, e **Ramiro Reis**, um dos dois vereadores APU na CM da Covilhã, membro da C. Concelhia e da C. Distrital do Partido.

Encontro de trabalho, onde se passaram em revista as questões do dia-a-dia nas autarquias e a acção da APU, a iniciativa da Covilhã evidenciou a atenção profunda que o Partido dedica a esta frente de trabalho. O tom das intervenções, proferidas num ambiente descontraído e de camaradagem, ficou expresso, por exemplo, numa declaração de **Serra Plácido**, presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Carvalho: **«Não vivemos no tempo de viver numa casa sem luz. É triste...»**

No mesmo fim-de-semana decorreu um encontro idêntico em Seia, no âmbito do distrito da Guarda. ■

CONCELHO DE SEIA

Muito se avançou muito há que fazer

Constituído por 28 freguesias e ocupando uma área de 459,52 km², **Seia** é um dos 14 concelhos do distrito da Guarda. Aí vivem mais de 30 mil pessoas, que se dedicam predominantemente à actividade agrícola. Zona de acentuado desenvolvimento industrial nos tempos que correm, em especial no sector têxtil («enquanto que noutros concelhos se assiste ao encerramento de unidades industriais, aqui vão abrindo novas...»), Seia é hoje uma realidade na acção política desenvolvida pela Organização do Partido na Beira Interior.

No Verão de 1975 a violência fascista andou à solta. Também chegou a Seia, que viu o assalto e a destruição do Centro de Trabalho do PCP. Na altura, o Partido continuou, com as reuniões a decorrerem em casas de camaradas e com a solidariedade a manifestar-se no dia-a-dia. Hoje, à beira de atingir os 400 militantes, a organização concelhia garante que o Partido continua vivo e a trabalhar em pleno.

Numa noite recente, vivida com amizade no Centro de Trabalho de Seia entre o executivo concelhio e dois repórteres do «Avante!» em serviço, houve quem dissesse e com razão: «O Partido continuou em 75, continuou nos anos seguintes, continua hoje e vai seguramente continuar no futuro que estamos a construir».

Vila Velha de Ródão, Castelo Branco e Covilhã tinham ficado para trás, nesta rápida digressão pela Beira Interior para **ver por dentro** o Partido e a organização nas vésperas da sua 1.ª Assembleia Regional, onde estarão presentes 18 delegados do concelho de Seia.

Depois da subida à Torre e da surpresa pela bela paisagem de neve tardia, a descida, calma, para Seia, rumo ao Centro de Trabalho — «já nosso» —, para uma conversa à volta da mesa, perdendo por completo a noção do tempo. O testemunho. A opinião. A referência, sem complexos ou criticismos exagerados, ao que está mal. O sonho realista dos projectos e do que «somos capazes de fazer». O calor e a sinceridade com que as gentes da Beira se costumam manifestar.

«Há muito para melhorar, mas também já muito se avançou neste concelho serrano», concluímos deste encontro que reuniu os camaradas **Casimiro**, da construção civil; **Humberto**, da EDP; **Jorge Fazenda**, responsável pela organização na freguesia de Cabeça e membro da Comissão Distrital do Partido **Mário Júlio**, da EDP, responsável pelo Torrozelo; **Guida Veiga**, responsável pelo trabalho das mulheres; **Melo**, da FISEL; **Amândio**, da EDP, responsável pela freguesia de S.ª Marinha; **Pombo**, responsável pela imprensa do Partido; **Bernardino**, do trabalho sindical e membro da C. Distrital; **Moutinho**, também da Distrital; e **José Correia**, camarada que aderiu ao Partido agora em Maio.

«Há muito para melhorar» se recordarmos o que foi o empenhamento da organização, dos militantes, de muitos simpatizantes e democratas nas batalhas eleitorais de 1985/86, «batalhas que nos ensinaram a ver melhor o nosso Partido» e que proporcionaram «uma grande sementeira» política de acção e de mobilização.

«Já muito se avançou» se lembrarmos que em 1981 eram distribuídos no concelho 10 Avantes! e hoje perto de 40, com boas «perspectivas de alargamento», ou que a meta anual de recrutamento acabou por ser cumprida em apenas 4 meses (dos 35 apontados na meta, 24 já estão no Partido!).

«Há muito para melhorar» se compararmos o número de militantes com o de exemplares do Avante! que são vendidos no concelho, ou se apontarmos as dificuldades com a difusão do órgão central do PCP nas freguesias. «Como o enviamos para lá?».

«Já muito se avançou» quando se vê, no dia-a-dia, que o Partido intervém nas lutas, na «vida real» e nos problemas e anseios das populações; quando se vê que os comunistas estão na primeira linha das lutas por justas reivindicações e direitos, como sucede nas acções de protesto pela diminuição dos serviços prestados pelos CTT (recorde-se o que sucedeu em Vasco Esteves).

«Há muito para melhorar» quando concluímos que as acções de recrutamento recentes não têm conseguido trazer ao Partido mais mulheres no concelho ou quando, por outro lado, se registam graves incompreensões quanto ao papel dos comunistas no movimento e nas estruturas dos sindicatos e da vida sindical.

Prestígio e recrutamento

«Já muito se avançou» quando os trabalhadores comunistas da EDP em Seia avançam com a discussão colectiva e dinâmica dos temas sindicais ou, por outro lado, quando os camaradas se empenham na procura de novos quadros nas freguesias, numa preocupação legítima de descentralização de tarefas e de responsabilização de novos militantes na vida e na acção do Partido.

«Há muito para melhorar» quando se chega à conclusão que o Partido goza de grande prestígio em determinadas freguesias, nomeadamente no **Sabugueiro** (a freguesia mais alta de Portugal), onde conseguimos a melhor votação, perdendo aí as eleições por escassos 12 votos, mas onde não conseguimos ainda recrutar um só camarada para as fileiras do Partido!

«Já muito se avançou» quando, no âmbito do trabalho colectivo e da discussão no Partido, se marcam reuniões preparatórias da Assembleia Regional em Loriga, Torroselo, S. Martinho, S.ª Marinha, Cabeça, Vila Cova, S. Romão, Sabugueiro, Seia e ainda nas células da Fisel, EDP, Vodra e Câmara Municipal. Para não falar já da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Seia, marcada para **22 de Novembro**, onde será eleito o organismo dirigente do Partido.

60 Km em motorizada para ir a um encontro

«Há muito para melhorar» se pensarmos que ainda não conseguimos tocar a massa juvenil com a amplitude e a profundidade necessárias; se pensarmos que se continuam a registar incompreensões e insensibilidades para os aspectos da juventude, da sua maneira de ser, de sentir, de estar na vida nos dias de hoje.

«Já muito se avançou» se tivermos em conta as expressões de dedicação e militância ao Partido. A princípio havia graves problemas com a mobilização dos camaradas. «Amanhã, domingo, há camaradas que vão percorrer mais de 60 quilómetros em motorizada para vir participar no encontro distrital de eleitos da Aliança Povo Unido, promovido pelo Partido.»

«Há muito para melhorar» se observarmos o deficiente funcionamento de células de empresa como as da Fisel ou da Vodra. Se funcionassem bem, de imediato provocariam reflexos muitos positivos no trabalho de um significativo número de freguesias, onde residem os operários dessas unidades industriais.

«Já muito se avançou» se fizermos o balanço das reuniões periódicas dos militantes do Partido, da vontade e da necessidade de trabalhar em colectivo. Já muito se avançou se nos detivermos no trabalho de recolha das quotizações, tarefa que mobiliza no concelho 24 camaradas.

Um salto

«Há muito para melhorar» se pensarmos no esforço que será necessário desenvolver no capítulo da formação de quadros e da elevação do nível ideológico dos militantes comunistas no concelho.

«Já muito se avançou» que a organização tem as bases necessárias para se alargar: à capacidade de mobilização e ao espírito de iniciativa juntam-se a sinceridade e a dedicação dos nossos camaradas. Esta é, como alguém sublinhou no encontro com o Avante!, a «maior riqueza do Partido». A bagagem, a formação, o estudo, os resultados na área da batalha ideológica acabarão também por vir.

«Há muito para melhorar» quando se conclui que não chegam a uma centena os camaradas que pagam as suas quotas ao Partido, fruto, certamente, de uma incompreensão e da falta de acompanhamento, em especial nas freguesias mais isoladas.

«Já muito se avançou» se virmos que há um avanço muito significativo na recolha de fundos (comparando com todo o ano anterior, a situação de Janeiro a Maio deste ano representa um salto de grandes proporções).

* * *

O apontamento podia continuar, neste «vai-vém» alternado de dificuldades e de avanços. Por hoje, ficamos aqui, acreditando plenamente que os comunistas de Seia estão «no caminho certo», conscientes que a luta política «não é um mar de rosas» e que, para as debilidades, existem soluções necessárias e adequadas. ■

Célula da Portucel

Estruturar para intervir

Quem vai de Vila Velha de Ródão a Castelo Branco depara-se a páginas tantas com uma colina completamente despida de vegetação. De quando em vez lá nos aparece um tímido ramo de eucalipto, sinal de que uma fábrica de celulose assentou arraiais nas redondezas.

Para trás ficou Vila Velha do Ródão e o centro fabril da Portucel. Um complexo com 417 trabalhadores. A mais importante empresa do sul do distrito de Castelo Branco.

Para trás ficaram umas horas de conversa com camaradas responsáveis pela célula do Partido neste centro fabril, um dos 6 da Portucel e aquele que mais notoriamente sofreu tentativas e manobras para a sua desnacionalização – nomeadamente em 1984 quando os madeireiros fizeram um bloqueio à fábrica exigindo o retorno do seu antigo patrão.

A razão primeira desta pequena reunião foi a realização da sua 1.ª Assembleia de Célula do Partido, reunião preparatória da 1.ª Assembleia Regional da Beira Interior do PCP, na qual os comunistas da Portucel – por serem 60 militantes – estarão representados por três delegados.

Mas porquê este exemplo? Porquê uma conversa sobre a organização do Partido nesta empresa?

Antes de mais nada, por as células de empresa constituírem uma das preocupações fundamentais do Partido – como ficou expresso nas conclusões do XI Congresso (extraordinário) do PCP. Depois, dado o esforço de estruturação da célula e do trabalho dos comunistas na empresa e por ser um exemplo (entre muitos) de como o trabalho preparatório da 1.ª Assembleia Regional está a estimular a sua actividade na Beira Interior, e que se reflecte já em termos práticos no dia-a-dia partidário, como se verá quando seguirmos em frente.

Uma organização mais forte

Até há bem pouco tempo, a maioria dos militantes comunistas do centro fabril de Vila Velha do Ródão não estavam contactados e a célula ainda hoje não tem um núcleo dirigente – apesar do embrião que é a Comissão Organizadora da 1.ª Assembleia de Célula que faz as vezes de Secretariado.

A razão destes factos é simples e prende-se com a organização do trabalho na empresa que implica grandes dificuldades na estruturação da vida partidária. Não só a Portucel tem laboração continua e, consequentemente, além do horário normal, existem cinco turnos, como também os seus trabalhadores vivem em Castelo Branco, Niza e espalhados pelas freguesias do concelho onde está instalada a unidade de produção.

Devido a estes factores, o trabalho dos comunistas e a sua acção conjugada implica soluções mais arrojadas.

Assim, neste momento, já existem cinco núcleos formados dentro da célula. Aquele onde estão organizados os camaradas que labutam no horário normal, outro do turno B, um do turno D, um outro que engloba todos quantos trabalham nos turnos A, C e E e um último por onde estão organizados todos os camaradas que vivem em Castelo Branco e que é o único que até agora tem vida própria e que vai organizar – já amanhã – uma confraternização aberta a simpatizantes com o objectivo de divulgar a realização no dia 7 de Junho da 1.ª Assembleia de Célula.

Trata-se aqui, como podemos ver, dos primeiros passos para uma organização mais forte e interveniente na Portucel.

A estes se junta – e a eles não é estranho – o esforço empreendido no contacto com todos os militantes, sendo que até ao dia em que nos encontrámos com **Elísio Carmona**, técnico de informática, e com **Mário Mendes**, decapador por jacto (ambos membros da Comissão Organizadora), dos 60 militantes comunistas na Portucel, 23 já tinham recebido o cartão e actualizado a sua quota para o partido, num aumento global de 725 escudos, tendo-se recuperado quase totalmente as quotas em atraso.

A importância do bom funcionamento

O bom funcionamento de uma célula de empresa neste distrito ultrapassa em muito o seu âmbito. Não só por uma intervenção mais activa junto dos seus trabalhadores, mas também pela expansão do trabalho em todo o concelho, uma vez que – com o funcionamento regular da célula – os quadros operários que entretanto se formem, sem deixarem o trabalho partidário na célula, dinamizarão também a vida do Partido nos seus locais de residência, daí que nos tenham dito que **«a partir da fábrica se pode agarrar todo o concelho»**.

E para que a célula da Portucel ganhe um novo impulso, decidiu-se avançar com a realização da sua 1.ª Assembleia. Uma iniciativa que – como se viu – já começou a dar os seus frutos antes mesmo de se ter realizado.

Uma iniciativa que tem início marcado para as 14 e 30 do dia 7 de Junho, no Centro Desportivo, Recreativo e Cultural do Porto do Tejo – bairro operário de Vila Velha do Ródão – e onde a ordem de trabalhos denota as principais preocupações e objectivos dos comunistas, como se pode ver quando soubermos que dela consta a análise da situação da empresa, o reforço da organização do PCP e a eleição do Secretariado da célula e dos delegados à 1.ª Assembleia Regional da Beira Interior e que tem como último ponto, aberto à população, a situação política. ■

«Não somos para estar na cozinha»

Castelo Branco. Centro de Trabalho do PCP. Numa sala, onde fotografias da cidade e um retrato de Lénine pontificam na parede, quatro mulheres põem-se à conversa com os repórteres do «Avante!». Ana Maria, membro da Comissão Distrital de Castelo Branco, Mariana, membro da Comissão Concelhia, Maria Isabel e Cristina. Todas elas activistas do Partido e organizadas no núcleo de Mulheres de Castelo Brtanco. Tudo quanto nos disseram pode-se resumir nesta frase: **«não somos para estar na cozinha»**.

Domésticas, todas elas, vieram para o Partido em situações diferentes. Hoje, juntamente com mais quinze outras, constituem um dos organismos mais activos do Partido, sendo representadas na Assembleia Regional por uma delegada. Colagens, porta-a-porta, trabalho unitário.

Preocupações, têm-nas essencialmente com a incompreensão denotada pela generalidade dos seus companheiros quanto à sua actividade partidária. E este fenómeno não é exclusivo daqueles que não são militantes comunistas. Há também camaradas que sofrem do mesmo mal, o que as leva a dizer (-lhes) que **«ou alinham todos ou não alinha ninguém»**.

Para que não restem dúvidas, reafirmam que **«é necessário romper com hábitos antigos mesmo dentro do Partido»**.

Por entre dados sobre o seu trabalho — em especial sobre a componente unitária, onde trabalham, na sua maioria integradas no Movimento Democrático de Mulheres que goza de grande prestígio na cidade e que organiza anualmente a maior manifestação de massas de Castelo Branco, por ocasião do Dia Mundial da Criança — vem-nos a explicação lógica do porquê de tanta actividade.

Sendo domésticas — porque mais mulheres comunistas há em Castelo Branco, mas organizadas pelos seus sectores profissionais —, o Partido é também uma forma de se sentirem activas.

Diz-nos Ana Maria que **«é uma vida bruta esta de só estar fechada em casa a tratar dos meus filhos. Sinto-me muito mais realizada com estas tarefas»**.

Por isso, **«quando chega a hora das colagens não há problema nenhum, andamos quilómetros e quilómetros. Outro dia, fizemos colagens em pleno dia. Ao princípio os homens ainda se juntavam, mas nós não ligámos e agora está tudo bem»**.

Tudo bem e com um respeito muito grande por este grupo de mulheres que meteram mãos à obra para fazer do Partido mais forte ainda, dizemos nós.

Com a participação de todos. Sem excepção. Organizadamente, que é assim que temos mais força.

■ *JM*

África do Sul e o factor Reagan

À medida que a maioria negra na África do Sul intensifica a sua momentosa luta para a libertação nacional, intensifica-se a crise do governo de minoria branca. Pretória e Washington, nos seus esforços para combater esta crise profunda, levaram a cabo uma série coordenada de calculadas mudanças.

Uma delas foi a formação, pelo secretário de Estado George Shultz, nos fins de 1985, da Comissão Consultiva para a África do Sul. O papel oficial dos 12 membros da Comissão — seleccionados no sector empresarial, no movimento trabalhista, na academia e entre personalidades do governo — é o de elaborar um relatório sobre a África do Sul que deverá estar pronto no prazo de um ano.

Mas a actual função da Comissão tem muito pouco que ver com a elaboração do referido relatório. A sua verdadeira tarefa é a de criar um aparente consenso em torno das decisões políticas já tomadas pela administração Reagan e pelo seu aliado no «engajamento construtivo», o governo de Botha.

Esse conjunto de decisões políticas, que colocam Washington cada vez mais agressivamente ao lado da minoria branca no poder, foi elaborado pelos EUA, pelo governo sul-africano e por personalidades do mundo dos negócios. Vieram a público pela primeira vez em Setembro de 1985, quando 91 dirigentes das mais importantes empresas da África do Sul fizeram publicar um anúncio de página inteira no «Sunday Times» de Joanesburgo intitulado «Existe um Caminho Melhor».

Algumas semanas mais tarde, o conselho da confederação norte-americana na África do sul, constituída por dirigentes de multinacionais como a General Motors, IBM, Citicorp, Mobil, Union Carbide, Exxon e duPont, reproduziu o anúncio no «New York Times», acompanhado da sua própria mensagem:

Hoje, juntamos as nossas vozes às deles.

O conselho da confederação norte-americana na África do Sul apoia firmemente as ideias e iniciativas deste responsável grupo de homens de negócios.

Estamos decididos a desempenhar um papel activo na concretização pacífica dos seus objectivos.

Estes dirigentes da confederação norte-americana, que têm atrás de si a administração Reagan, juntaram-se aos seus congéneres da África do Sul declarando que existe um caminho melhor do que o apontado pelo Congresso Nacional Africano na sua **Carta da Liberdade**, a proclamação histórica que teve o total apoio da corajosa maioria negra em luta pelo fim do domínio da minoria branca.

Ao mesmo tempo que endossa os objectivos da confederação sul-africana, a confederação norte-americana oferece-lhe o seu apoio para que aqueles objectivos sejam atingidos «pacificamente».

Mas este esforço para substituir os objectivos da maioria negra, tal como são definidos na Carta da Liberdade, pelos da administração racista da minoria branca, não pode de forma alguma ser realizado pacificamente. Pelo contrário, é uma virtual declaração de guerra contra os fins da maioria negra.

«Reformando» o *apartheid*

Segundo Shultz, a Comissão Consultiva procurará «aconselhar de modo a que a política dos EUA possa promover efectivamente a igualdade de direitos na África do Sul, e pôr fim ao *apartheid*».

O pronunciamento de Shultz sobre a «igualdade de direitos» como um objectivo na África do Sul é uma prova da sua demagogia. Nos EUA, onde a igualdade de direitos está consagrada, a administração faz tudo o que pode para tornar as condições políticas e socioeconómicas dos afro-americanos mais e mais desiguais. Mas na África do Sul — onde a finalidade é um governo de maioria negra — Shultz clama por direitos iguais.

Ao substituir o verdadeiro objectivo pelo falso, Shultz pretende perpetuar, e não acabar, o poder do *apartheid*.

Fazendo a articulação da «igualdade de direitos» com o fim do *apartheid*, Shultz pretende provar que o sistema de *apartheid* pode ser reformado. Esta mesma posição é defendida pelos dirigentes das confederações, que falam nos seus anúncios de «Processo de Reformas».

Mas o *apartheid* não pode ser reformado. Não existe solução para a crise deste sistema para além da solução da questão do poder. É esta saída que o governo e os dirigentes empresariais pretendem camuflar com a sua retórica.

Por exemplo, na proclamação de que «Existe um caminho melhor», os dirigentes empresariais falam de «negociar com os líderes negros a partilha do poder». Mas o problema na África do Sul não é a «partilha do poder» mas a **mudança do poder**: a substituição do governo de minoria branca por um de maioria negra com base no princípio **uma pessoa, um voto**, a substituição por um Estado unitário, não racista.

Falando de negociações com os líderes negros sobre a questão da partilha do poder, tornaram evidente que aqueles a quem eles chamam «os líderes negros» são na realidade traidores.

Aqueles a quem a maioria negra reconhece como seus líderes — os dirigentes do Congresso Nacional Africano, a Frente Democrática Unida e o novo e grande Congresso da União dos Sindicatos Sul-Africanos — tornaram claro que o *apartheid* e o governo de minoria branca não são dois fenómenos separados mas uma e a mesma coisa. É por isso que o *apartheid* não pode acabar com a partilha do poder, mas apenas com a substituição do poder da minoria branca pela maioria negra.

Ao mesmo tempo, a maioria negra tornou claro que reconhece a «partilha do poder» como uma fórmula divisionista, cujo propósito é o de preservar o governo da minoria branca.

Com efeito, foi a introdução da chamada representação das três câmaras no Estado do *apartheid* — um movimento concertado entre Pretória e Washington como um passo em direcção da «partilha do poder» — que fez deflagrar a presente e crescente confrontação.

Um colonialismo de tipo especial

No cerne da luta que dá origem à principal aliança dos oprimidos na África do Sul está a ligação entre o ANC e o Partido Comunista da África do Sul. Estas forças patrióticas de há muito que pugnam por uma substituição do poder da minoria branca pelo da maioria negra.

Esta estratégia, que é aceite pela principal frente de libertação nacional, baseia-se na análise que vê o *apartheid* como um sistema de relações fundado no capitalismo monopolista e na opressão colonial de tipo especial. Nesta espécie de colonialismo o opressor dominante não vem de fora do país, mas de dentro dele.

Os governantes da minoria branca e os monopolistas, conjuntamente com os imperialistas ocidentais, controlam totalmente os recursos humanos e materiais numa economia capitalista desenvolvida, na forma mais elevada de exploração e lucro a nível mundial. A minoria branca ocupa ainda toda a parte da terra arável, ou seja, 87% do total.

Este colonialismo especial alcança o seu pleno desenvolvimento no contexto da importância do desenvolvimento da África do Sul para o imperialismo norte-americano e seus aliados após a derrota dos países do Eixo na II Guerra Mundial e a consequente abertura para uma nova era de avanço para o socialismo e a libertação nacional.

A «aliança recíproca»

O antigo envolvimento dos EUA com o regime de *apartheid* intensificou-se bastante com o advento da política de «engajamento construtivo» de Reagan.

Comentando esta política, Chester Crocker, secretário de Estado assistente para os assuntos africanos, declarou que existe uma «aliança recíproca» entre os Estados Unidos e a África do Sul «baseada na partilha dos problemas da África do Sul» (TransAfrica News, Agosto de 1981).

São as características especiais do *apartheid* da África do Sul que estão na base da «aliança recíproca» e da «partilha dos problemas» com os reaganistas. Com efeito, as muitas especificidades que contribuem para este relacionamento desenvolveram-se em consequência da comunhão de interesses com o mundo imperialista.

Estas preocupações desenvolveram-se após o discurso de Winston Churchill, em Fulton, Missouri, logo a seguir à II Guerra Mundial, declarando a «cruzada contra o comunismo».

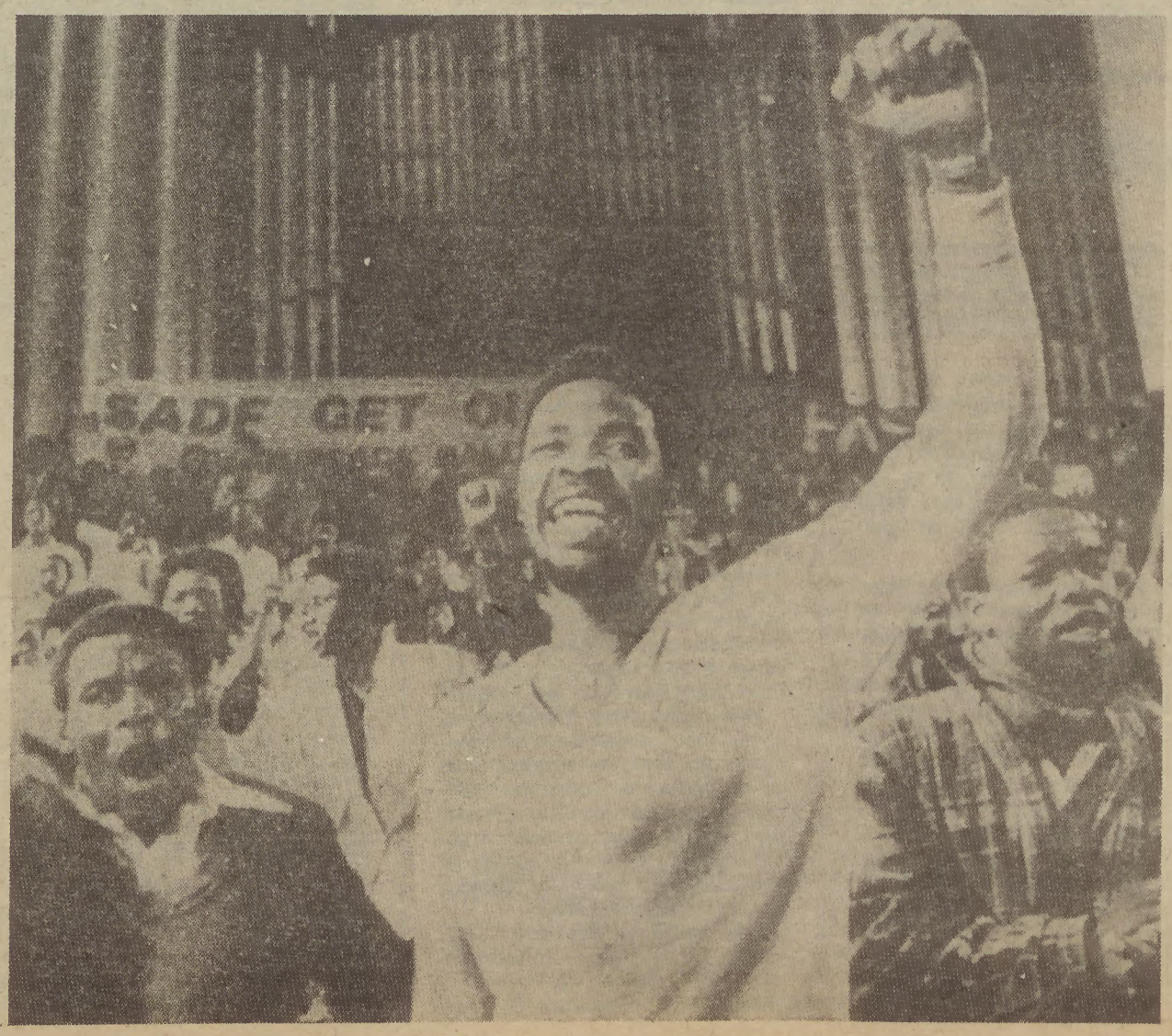
Esta declaração, que se tornou conhecida como a doutrina Churchill-Truman — e cujo verdadeiro objectivo era o de fazer recuar a libertação nacional e o progresso social — recebeu a resposta mais imediata das forças da África do Sul que haviam apoiado Hitler. Foi esta resposta — dentro de um contexto de colonialismo especial — que desembocou no *apartheid* e na supressão da actividade comunista, ou seja, no fascismo de *apartheid*.

«Transição permanente»

«Reformas» e «partilha do poder» nunca terminaram com a opressão colonial em lugar algum nem nunca terminarão. Este facto é ilustrado com particular evidência na África do Sul, onde este tipo especial de colonialismo intensifica profundamente as contradições económicas, sociais e políticas que geram as forças anticolonialistas como um todo.

Que o uso de termos como «reformas» e «partilha do poder» é uma manobra de retórica utilizada para desfazer as forças de libertação, é dramaticamente ilustrado pelas recentes observações de Gavin Relly, braço direito de Harry Oppenheimer, o dirigente da Anglo American Corporation e o mais poderoso magnata da África do Sul.

Relly — que em conjunto com Oppenheimer, assinou o anúncio apelando às «reformas» e «partilha do poder» — declarou: «Eu não acredito em soluções definitivas.» Fazendo-se eco de uma ideia anteriormente expressa por



Oppenheimer, Relly continuou, dizendo que prefere «um Estado de permanente transição».

Como é óbvio, a solução definitiva que ele e Oppenheimer desejam evitar através da «transição permanente», seria o fim do governo de minoria branca. O mesmo desejo foi também expresso, com uma ligeira diferença de palavras, por Chester Crocker: objectando a uma aproximação centrada num «objectivo final», defendeu uma outra centrada «no processo de lá chegar».

Como é evidente pelo que ficou dito, o suposto liberal Oppenheimer — longe de apresentar uma política de alternativa — apoia a estratégia de Botha-Reagan. De facto, enquanto pede «reformas», opõe-se tanto quanto Botha à exigência do ANC «uma pessoa, um voto».

Nos últimos meses, o regime de *apartheid* — que supostamente está a ser alvo de reformas — assassinou mais de mil crianças, jovens, mulheres e homens. O que foi considerado preferível a concordar com qualquer das exigências imediatas da maioria negra.

Existe, e isto é importante, uma diferença fundamental entre estas exigências e as exigências de reformas feitas pelos imperialistas. Se a maioria negra alcançasse qualquer das suas exigências imediatas, no todo ou em parte, e reforçasse tal vitória com a sua unidade, a sua luta incrementar-se-ia e levaria ao fim do poder da minoria branca.

Parece, contudo, que a política de Pretória-Washington, apoiada pelos Oppenheimers da África do Sul e pelos seus pares dos EUA, provocou uma tal situação que até para o mais elementar direito democrático de «uma pessoa, um voto», ser ganho, se torna necessária a substituição do poder de minoria branca por um poder de maioria negra.

Paralelo mortal

Existe um paralelo mortal entre o papel da Comissão Consultiva de Shultz na África do Sul e a Comissão de Kissinger para a América Central.

A formação da Comissão de Kissinger coincidiu com o aumento do apoio à intervenção militar americana, encoberta e aberta, contra as lutas de libertação nacional na América Central — e em particular com a intensificação dos violentos esforços de Washington para liquidar a jovem independência da Nicarágua e o seu progresso social.

O aparecimento da Comissão de Shultz não coincide apenas com o crescente apoio de Reagan à guerra interna que Pretória trava contra as lutas de libertação da maioria negra.

É também orientado para o fornecimento cada vez maior de meios militares para os contra-revolucionários que Reagan e Pretória criaram — os exércitos terroristas que estão a lutar contra Angola, Moçambique e Lesoto e contra a luta de libertação da Namíbia.

Através destes esforços para desestabilizar os Estados da Linha da Frente, Washington tem ainda outra forma de fornecer apoio económico e militar a Pretória.

Nos seus anúncios, os dirigentes das confederações sul-africanas e dos EUA declararam a sua oposição à «violência como meio de conseguir a mudança». Contudo, sob esta camuflagem de retórica, apoiam a estratégia de Washington-Pretória para **impedir** a mudança, fazendo aumentar a violência na África do Sul e, de forma igualmente violenta, procurando fazer **regredir** a mudança nos Estados da Linha da Frente.

Num recente comentário sobre a natureza do apoio proveniente de Washington, Winnie Mandela declarou que a administração Reagan «recusa qualquer assistência aos verdadeiros representantes do povo neste país, o Congresso Nacional Africano. Só podemos concluir daqui que o governo americano está determinado a manter e a apoiar a todo o custo o regime branco racista na África do Sul.»

Condenando a política da administração no que diz respeito aos Estados da Linha da Frente, declarou ainda: «O regime sul-africano continua a atacar impunemente os países vizinhos. A administração americana não só aprova esta actuação, como segue o exemplo do regime racista apoiando e recebendo oficialmente em Washington o bandido Savimbi.»

Para conseguir apoio interno para as suas estratégias nas duas frentes — ajuda à política interna de Pretória, acompanhada dos esforços para desestabilizar os Países da Linha da Frente — os reaganistas levam a cabo uma fraude premeditada: tentam fazer crer que a ajuda militar a Savimbi não tem nada a ver com o auxílio à violência do governo racista na África do Sul. Em vez disso, insistem que o apoio a Savimbi se destina a travar «a expansão soviética e cubana» naquela região.

Deste modo, Washington segue os passos de Pretória, que usa a supressão da actividade comunista como causa para a imposição do *apartheid* e do fascismo na África do Sul. Hoje, naturalmente, Pretória continua a usar pretextos anti-soviéticos e anticomunistas para intensificar o combate às lutas de libertação na África do Sul — e os ataques aos países vizinhos que reconhecem a articulação entre as suas próprias lutas pelo direito a decidir sobre o seu destino e a luta pela libertação na África do Sul.

Guerra das Estrelas e guerras de «contras»

No final de Janeiro de 1986 Reagan afirmou aos senadores republicanos, segundo o «New York Times», que a compreensão da União Soviética da força e decisão dos EUA no futuro depende largamente da posição dos congressistas quanto à ajuda aos rebeldes na Nicarágua e Angola, bem como do auxílio dos EUA à construção militar e apoio às bases de mísseis no espaço, popularmente conhecidas como programa da «Guerra das Estrelas».

O «Times» citou então Reagan como tendo declarado que o ponto mais alto da cimeira a realizar neste país será «directamente afectado pela percepção de Gorbatchov da nossa posição global e solidariedade interna».

À verdadeira moda McCarthyite, Reagan coloca o critério de patriotismo na dependência da «solidariedade interna» em torno do apoio à Guerra das Estrelas e aos «contras» em Angola e na América Central — um critério que, evidentemente, classifica como não patriótico os movimentos norte-americanos solidários com a luta por um governo de maioria negra na África do Sul e as lutas pela libertação e independência nacional da América Central.

Ao mesmo tempo, Reagan converte a solidariedade da União Soviética com a luta de libertação anticolonial na África do Sul e América Central em «tratado soviético» — servindo-se deste conhecido modo de ficção para justificar o seu apoio militar a Pretória, aos bandidos de Savimbi e seus congéneres na Nicarágua, e para a corrida às armas nucleares.

Pouco tempo depois destas afirmações de Reagan, Mikhail Gorbatchov comentou as tentativas de Washington de justificar a oposição ao controlo de armamentos pelos acontecimentos na África do Sul e noutros lugares:

O padrão imposto pelo militarismo — armas em vez de desenvolvimento — deve ser substituído pela ordem inversa — desarmamento para o desenvolvimento.

A ameaça da dívida externa, de um trilião de dólares, que está a oprimir diversos países e continentes inteiros, é uma consequência directa da corrida aos armamentos.

A União Soviética opõe-se a fazer depender a implementação das medidas para o desarmamento dos chamados conflitos regionais.

Por detrás dos que defendem tal posição está na verdade a recusa em prosseguir no caminho do desarmamento e o desejo de impor às várias nações o que lhes é estranho e o que permitiria manter as condições profundamente injustas pelas quais alguns países vivem à custa de outros, explorando os seus recursos naturais, humanos e culturais em proveito dos objectivos egoístas e imperialistas de certos Estados e alianças agressivas.

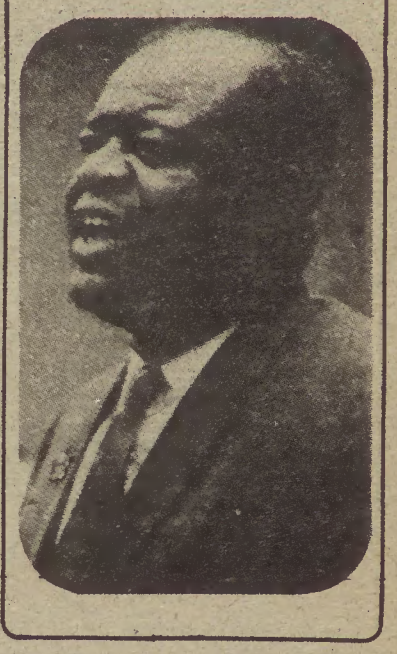
Tal como as afirmações de Gorbatchov evidenciam, a administração Reagan, ao bloquear o desarmamento, permite ao imperialismo norte-americano prosseguir na sua estratégia global e regional.

Aplicada à África do Sul, esta estratégia ajuda a perpetuar as condições através das quais o governo de minoria branca e os seus aliados ocidentais podem continuar a viver à custa da maioria negra. Deste modo, as lutas da maioria negra demonstram a indivisibilidade da luta pela paz e a libertação.

Solidariedade anti-*apartheid*

É agora imperativo para o movimento anti-*apartheid* nos Estados Unidos reconhecer que a finalidade do desinvestimento, por si só, não corresponde às exigências da solidariedade à África do Sul. E porque o apoio militar contra os Estados da Linha da Frente é apoio militar a Pretória, a luta pelas sanções à África do Sul deve incluir a exigência do fim do auxílio aos bandidos de Savimbi e aos seus congéneres nos outros países da Linha da Frente.

Tal como a luta contra a corrida aos armamentos deve ser estendida de modo a evitar a militarização do espaço, a luta contra o *apartheid* nos EUA deve incluir naturalmente, as sanções globais. Só desta forma poderemos avançar na luta para pôr termo à política de «engajamento construtivo» de Washington com o *apartheid*. ■



(Este texto é uma versão abreviada de um manifesto difundido na África do Sul, por Henry Winston, presidente nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos.) ■

Pontos Cardeais

Zandinga

Horóscopos e previsões abundam nos jornais desta terra. Há mesmo quem separe a imprensa entre dois campos — a que traz horóscopo e a que não traz. Nomes sonantes assinam por vezes páginas inteiras para descanso ou inquietação dos leitores. O próprio «Diário de Notícias» não foge a esta regra pluralista e, na passada sexta-feira, logo na primeira página, publica uma previsão para o leitor se acautelar.
Como se trata, no dizer de alguns, de um jornal de grande expansão nacional, a previsão tem de dizer respeito a todos. Como diz respeito a todos, nada melhor que escolher um bom zandinga. Neste caso o próprio Primeiro-Ministro, Cavaco Silva. Que afirma «não haver neste momento qualquer razão para eleições antecipadas»...
O facto de alguns dias antes ter insinuado o contrário não incomoda o vidente nem perturba o «DN». No fim de contas é prática corrente destes zandingas enganarem-se, já que os astros não são de fiar.
O que ficamos sem saber é quem se vai sentir tranquilizado e quem se sente já inquieto...

Qualidade

Esta é do «Tempo». Tem portanto a marca da «qualidade» que esse semanário, superiormente dirigido por Nuno Rocha, nos habituou. Garante, na sua última edição, que a Televisão — leia-se a RTP — vai ter «controlo de qualidade». E, na prosa que se segue, escrita certamente de olhos fechados, lê-se:
«A Televisão vai ser, sem dúvida, diferente, a partir de Outubro. Sosseguem os mais optimistas, porque não será através das modificações no pequeno ecrã que o desemprego vai acabar ou que a crise económica vai ser deitada para trás das costas como pesadelo já passado. Não é disso que se trata. Mas, ter um Gabinete de Qualidade, responsável por que o espectador não seja obrigado à tortura de ver filmes mal legendados ou com bobinas trocadas.»
Passemos por cima da «qualidade» da prosa. O «Tempo» não tem um gabinete como a RTP vai ter. Por isso «os optimistas podem continuar descansados»... Quanto aos pessimistas, também podem continuar a sê-lo. Na RTP só se pensa — pensará? — melhorar nas legendas e na troca de bobinas. No resto, a qualidade promete ser a mesma.

Estabilização

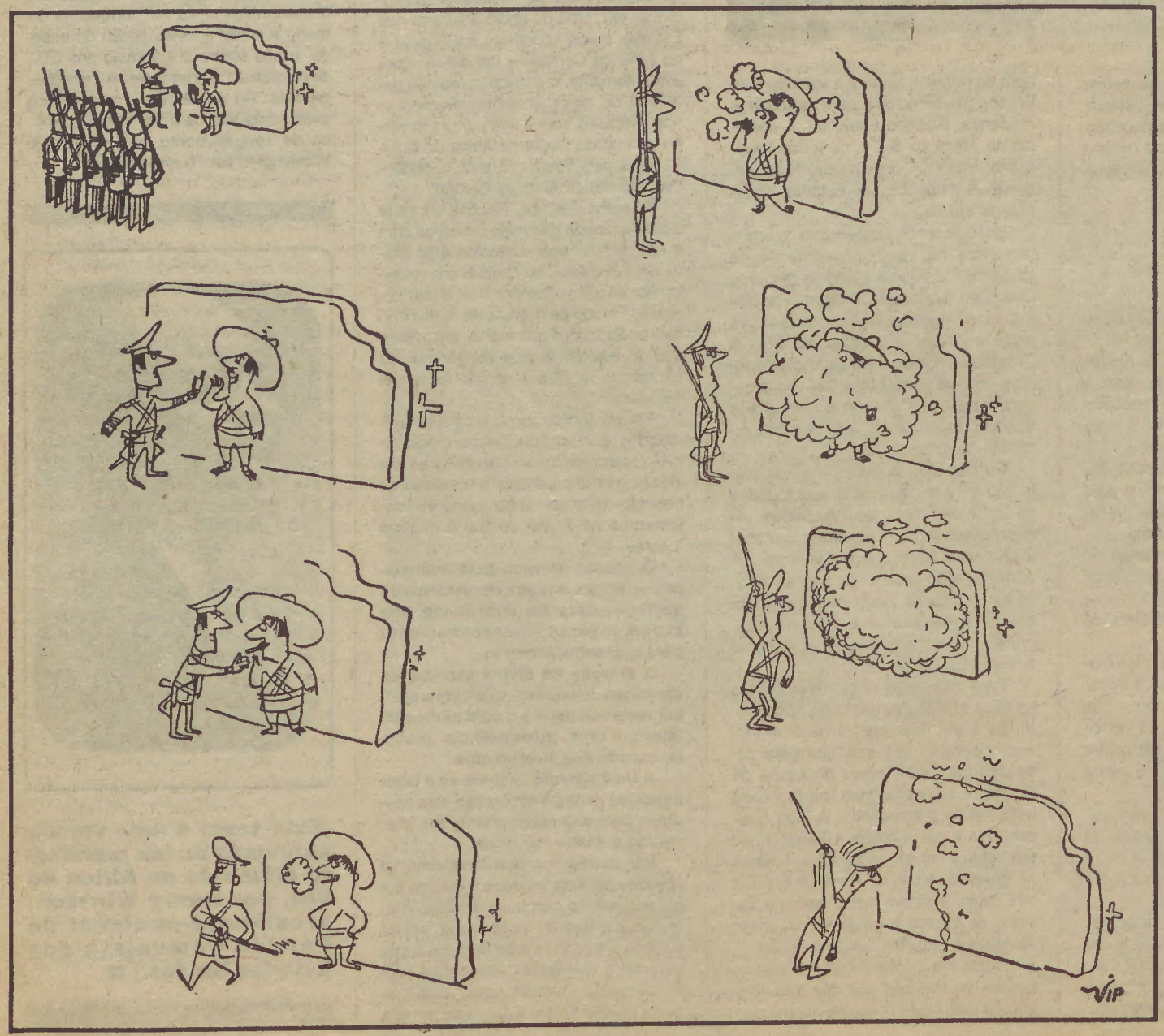
Há palavras que entraram sub-repticiamente na linguagem política e por lá ficaram a marinar até que, de repente, toda a gente as usa, muitas vezes sem se saber com que propriedade. A palavra estabilidade e os seus sucedâneos «estabilização» e «desestabilização» são exemplos de um certo uso imoderado de expressões que acabam por querer dizer pouco quando, de tão abusadas, já se utilizam para dizer o contrário.
Um destacado dirigente político — do PRD — afirmou recentemente que o seu partido tem contribuído para a estabilização. Isto poucos dias depois de ter tido responsabilidades pela passagem, na Assembleia da República, da Lei das Rendas; ou pela não concretização da elevação de Vizela a concelho.

Raízes

Na passada semana, um destacado membro do PS, falando no Funchal à imprensa, mostrou como continua, para alguns, a ser confusa, a ideia do funcionamento democrático.
Disse ele que «só o PS e o PSD estão em condições» de desempenhar um papel alternativo. Por isso, nada de alianças. O PSD governa, o PS prepara-se para governar. «Por isso», afirmou, «é fundamental que no futuro o PS não realize alianças nem com o PRD, nem com o PCP, nem com o PSD, mas se afirme, sim, como verdadeira alternativa de projecto e de poder ao Governo de Cavaco Silva e ao PSD».
Adiantou ainda que são «objectivos a curto prazo esvaziar eleitoralmente o PRD, pois este partido não tem projecto, não tem ideologia, não tem raízes históricas»... E não deixou de sublinhar que apoia o objectivo de conquistar votos à APU.
Isto das raízes dos partidos levar-nos-ia longe: às raízes do PSD, mergulhadas em marcelismo; às do CDS, embrulhadas em relentos de salazarismo... com esses já foi possível o PS entender-se. Com os comunistas, cujas raízes cresceram no antifascismo e no combate pela liberdade e pela democracia, o entendimento ainda não chegou. Por causa das raízes?
Afirmando que a candidatura que apoia é de renovação e, ao mesmo tempo, apostando na estafada história da alternância e na usada táctica do PS sozinho, este destacado socialista mostra pouca memória. E muita confusão.

Um partido que é um jardim

O «Semanário», publicação especializada em dar recados políticos a quem os quiser receber, fornece esta semana, em caixa, algumas «Certezas (?) de um Congresso». A interrogação a meio servirá apenas de «suspense» para o leitor. E de aviso para não acreditar assim tanto que, por exemplo, Ângelo Correia vai para vice-presidente do Congresso; que Amândio de Azevedo vai para embaixador da CEE no Brasil; que Marcelo e Júdice, homens da casa, um não vai ao Congresso e o outro não apresenta lista para o Conselho Nacional; que, quanto a Jardim — como Mota Amaral — «tem uma hipótese em aberto» de apresentar lista para aquele Conselho...
Jardim, arengando no domingo à noite, no Funchal, insistia que «não se pode pôr em causa a unidade e força do PSD». Mas sempre foi avisando que, se lhe não fizerem as vontades, constituirá um novo partido. E anunciou que está preparado para a recolha das assinaturas...
Um Congresso que promete.



Gazetilha

por Ignotus Sum

I

A APU na capital
é a segunda força eleitoral.

Abecasis, porém, segundo ouço,
acha que isso não quer dizer pescoço:
retira-lhe a gestão
de um golpe põe-na fora da questão...

PSD, PS entram nas bambochatas
são assim, são assim os «democratas»...

Vê-se olhando esta roda
que a presença do povo os incomoda
e que na jigajoga do poder
as tais abecassíssimas figuras
antes querem fazer
seus jogos... às escuras...

II

Cavaco diz que não diz
o que disse. Que chatice.
O que ele disse desdiz
ou não disse o que ele disse?...
Decerto que há gravação
em fita. Mas quer a dita
que haja fita, ou haja não,
com o Cavaco há sempre **fita**...

III

Quem não tem trabalho, a fome
mais na tristeza o oprime.
Às vezes, a quem bem come
quem passa fome, faz crime...

Este Poder que não presta
assim o entende, afinal:
se alguém tem fome e protesta
vai parar ao tribunal...

Na hora que nos consome
tal como outrora, aprendemos:
crime não é haver fome
— o crime é dizer que a temos...

IV

O tão falado, negregado aumento,
rendas muito mais caras, aí estão.
Claro que não melhora a habitação
à medida que cresce o pagamento...

Quem ao Cavaco deu tamanho alento
agora sofre os custos da ilusão.
Via-se logo pela dentição
que o lobo se vestia de jumento...

Depois disto, se alguém acreditar
em algo mais que ele prometa dar,
não vai senão queixar-se doutro roubo.

Pode sorrir com outros sorridentes
nós já lhe conhecemos bem os dentes:
vê-se que é lobo, lobo, apenas lobo.

Agenda

Avante!
Ano 56 – Série VII
N.º 648
28 de Maio de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Oliveira do Hospital

Domingo, dia 1 — **Vila Franca da Beira**

*

1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Penacova

Domingo, dia 1, **14.30** — **Escola Secundária de Penacova**

*

3.ª Assembleia da Organização do Concelho de Vouzela

Domingo, dia 1, às 10 horas

Escola Secundária Vouzela

MDM

Acampamento «Mulheres pela Paz»

Sábado, 31 e Domingo, 1

Parque Municipal de Campismo

Sines

Quarta 27

• **MOITA**

Plenário da célula da Petrogal, no quadro da preparação da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia da Moita. Às 18.00, no Centro de Trabalho.

• **LISBOA**

A fase actual e o futuro desenvolvimento da construção do socialismo na RDA — conferência-debate com o camarada Werner Scholz, chefe de redacção da revista «Novo Caminho» e membro da Comissão Central de Controlo do CC do PSUA. Às 21.00/ no Centro de Trabalho Vitória.

• **ALMADA**

«Francisco Miguel – Das Prisões à Liberdade»: sobre o que foi o fascismo, e a propósito do livro, debate com os camaradas Dias Lourenço, Francisco Miguel e Fernando Correia. Às 21.30, no Centro de Trabalho Alberto de Araújo.

Quinta 28

• **TORRES VEDRAS**

Plenário de eleitos da APU no concelho. A partir das 15 horas, no Centro de Trabalho de Torres Vedras.

• **ARRAIOLOS**

Festa de Campo do PCP nas Barragem dos Luzes: música popular, pesca, jogos tradicionais, e uma intervenção sobre a situação política, pelo camarada Custódio Gingão, deputado do PCP.

• **LAMEGO**

Plenário de militantes da cidade. Às 21.00, no Centro de Trabalho.

• **S. PEDRO DO SUL**

Plenário de militantes das freguesias de **Vila Maior** e **Pinho**, preparatório da 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Viseu. Em Vila Maior, às 21.00.

Sexta 30

• **SARILHOS PEQUENOS**

Plenário de militantes da freguesia, preparatório da 3.ª Assembleia da Organização da Moita. No CT de Sarilhos Pequenos, às 21.00.

• **BAIXA DA BANHEIRA**

Com igual finalidade, plenário de militantes da Baixa da Banheira. No Centro de Trabalho, às 21.30.

• **MONTE DA CAPARICA**

Debate sobre a situação política, com a participação do camarada José Maia, membro do CC e deputado. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

• **S. JOÃO DA PESQUEIRA**

Plenário de militantes da organização concelhia, preparatória da 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Viseu. Às 21 horas, no Centro de Trabalho (novo).

• **LISBOA**

«Curso de formação ideológica da 1.ª Zona da OLL» – 2.ª sessão. Com a participação do camarada Blanqui Teixeira. Às 21.00, no Centro de Trabalho de Alfama.

Sábado 31

• **COIMBRA**

Sessão-debate com Vítor Neto, do CC: «A Batalha Ideológica no Momento Actual». Às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **SINES**

Acampamento «Mulheres pela Paz», iniciativa do MDM-Lisboa e Setúbal, a realizar sábado e domingo no Parque Municipal de Campismo de Sines.

• **ALHOS VEDROS**

Plenário de militantes da freguesia, preparatório da 3.ª Assembleia da Organização do concelho da Moita. Às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **VALE DA AMOREIRA**

Plenário, com idêntico objectivo, de militantes da freguesia. Às 16.00, na Comissão de Moradores.

• **PENEDONO**

Plenário de militantes do concelho. Às 21.00.

• **SERNANCELHE**

Reunião de militantes da freguesia de **Vila da Ponte.** Em Vila da Ponte, 21.00.

• **VOUZELA**

Plenário de militantes da freguesia de **S. Miguel de Mato.** Em S. Miguel de Mato, às 21.00.

• **GONDOMAR**

II Festa de Gondomar – hoje e amanhã – organizada pela Comissão Concelhia do PCP. Cinema, vídeo, música popular, colóquios. Manhã infantil. No domingo à tarde, intervenção sobre a situação política pelo camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC.

Domingo 1

• **VOUZELA**

3.ª Assembleia da Organização do Concelho de Vouzela. A partir das 10.00, na Escola Secundária, com a participação do camarada Carlos Fraião, do CC. Almoço Convívio.

• **LARANJEIRO**

Festa no Parque das Merendas, iniciativa das organizações locais do PCP e da JCP. Manhã infantil às 10.30, almoço-convívio às 13.00. Música Popular. Às 15 horas, intervenção sobre a situação política.

• **OLIVEIRA DO HOSPITAL**

1.ª Assembleia da Organização do PCP. Em Vila Franca da Beira (Ervedal da Beira). Às 13.00, almoço convívio.

• **PENACOVA**

1.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP. Na Escola Secundária, a partir das 14.30.

• **LISBOA**

Encontro dos militantes do Sector de Artes e Letras da ORL para análise da situação no plano cultural e das linhas de acção para reforço da actividade do Partido no plano cultural e ideológico.

Com a participação do camarada **Álvaro Cunhal.**

Segunda 2

• **ALHOS VEDROS**

Plenário dos camaradas do sector da Saúde organizados na freguesia, preparatório da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia. Às 18.00, no Centro de Trabalho.

Terça 3

• **ALHOS VEDROS**

Plenário dos camaradas que trabalham na Segurança Social, no quadro da preparação da 3.ª Assembleia da Organização da Moita. Às 21.00, nas instalações da Junta de Freguesia de Alhos Vedros.

• **MOITA**

Também preparatório da 3.ª Assembleia da Organização, plenário da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal.

Encontro dos militantes do Sector de Artes e Letras da ORL

Domingo, dia 1

Com Álvaro Cunhal

INFORMAÇÃO-*VIDEO*

CONTRA PONTO

CONTRAPONTO É UM PROGRAMA DE INFORMAÇÃO EM *VIDEO*

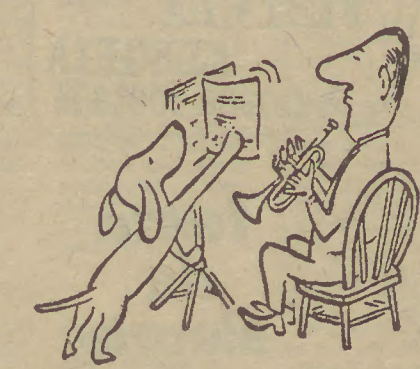
Questões actuais
da vida e da luta do povo português.
Situação internacional e luta pela Paz

N.º 1 — Março/Abril
Sumário — 25 de Abril 12 anos depois. Orçamento do Estado. Situação Social. Agressão americana à Líbia. Desporto

N.º 2 — Maio/Junho (em distribuição)
Sumário — Comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio. Ataque do governo ao sector nacionalizado (Petroquímica). A luta dos trabalhadores dos transportes. Ensino (insucesso escolar; ensino universitário; lei de bases). Página Internacional (acidente de Tchernobyl. A luta pela Paz). Página Desportiva (México; desporto profissional e desporto de massas). Página cultural (panorama do Teatro no Porto)

PARA INFORMAÇÃO E PEDIDOS:
SIP DO PCP
Rua Soeiro Pereira Gomes, 1, 1699 Lisboa Codex
Tel. 77 91 42

ANTOLOGIA



Virgil Partch (Vip) *in «Funny Cartoons by Vip» — Gold Medal Books — Fawcett Publications, Inc. — Greenwich, Conn, 1964*

Festas do PCP

FESTA DA AMIZADE

4,5e6/JULHO 86

LARANJEIRO

EM UNIDADE POR ABRIL E PELA PAZ!

COMISSÃO CONCELHIA DE ALMADA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

FESTA DA FRATERNIDADE 86

GRÂNDOLA-VILA MORENA

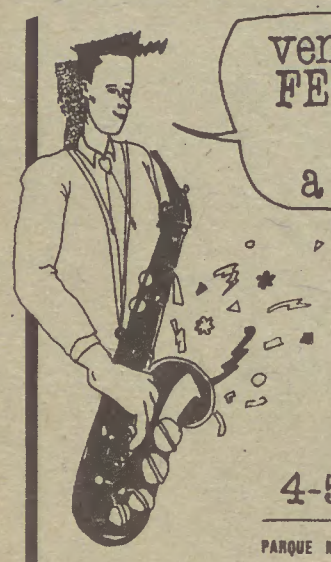
5 e 6 de Julho

Exposições * Cinema * Desporto * Baile * Espectaculos * Livros * Restaurantes * Comicio * Artezanato * Petiscos * Divertimentos *

Programas difinitivos a sair brevemente

UMA PRESENÇA SEMPRE RENOVADA

COMISSÃO CONCELHIA DE GRÂNDOLA DO P.C.P.



vem aí de novo a FESTA DA ALEGRIA a nossa festa!!!

festa da alegria

4-5-6 JULHO

PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES – BRAGA

* GRANDES ESPECTÁCULOS * FOLCLORE * EXPOSIÇÕES * MÚSICA POPULAR
* MERCADO DO LIVRO E DO DISCO * DEBATES * ARJESANATO * PETISCOS
* REPRESENTAÇÕES DE TODO O PAÍS * DESPORTO * CINEMA * VÍDEO.

INGRESSOS NA FESTA (IF) À VENDA DESDE JÁ NAS SEDES DO PCP

SIP/DORM do PCP

Colombo
— Domingo, RTP-1

Quarta 28

RTP1

11.00 — **Terras escondidas** – «Bombarral»
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** – «Vereda Tropical», 35.º Epis.
13.15 — **Jornal da Tarde**
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.10 — **Telemundo**
19.35 — **Prémios RTC**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Vamos Jogar no Totobola**
20.50 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo», 57.º Epis.
21.40 — **Noite de Cinema** – «Férias Violentas», real. Ives Boisset (França/1975)
23.20 — **24 Horas**
23.55 — **México/86.**

RTP2

16.30 — **Europa TV**
20.00 — **Notícias**
20.05 — **Pare, Escute, Olhe** – Uma visita guiada (pelo prof. Lagoa Henriques) ao Chiado
20.40 — **A Aventura da Arte Moderna** – 1.º Episódio: «O Expressionismo», Real. Carlos Vilardebo
21.30 — **Notícias**
21.35 — **Foi Êxito na TV**
22.30 — **Últimas Notícias.**

Quinta 29

RTP1

10.00 — **Missa do Corpo de Deus**
11.00 — **Videopólis**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** – «Vereda Tropical»
13:15 — **Jornal da Tarde**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Desporto**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo»
21.30 — **Europa** (Grécia)
22.00 — **Série** – «A Balada de Hill Street»
22.55 — **24 Horas**
23.20 — **México/86.**

TV O Programa

Expressionismo — *Quarta-feira, 28, RTP-2*

Billy Wilder
— Sábado, RTP-1

RTP2

16.30 — **Europa TV**
20.00 — **Notícias**
20.05 — **Conheça Melhor** – Cidade do México
20.30 — **Série** – «O Sonho de Marie Aubarede»
21.25 — **Notícias**
21.30 — **Encontros com...** – O barítono Jorge Vaz de Carvalho entrevistado por Maria Alzira Seixo
22.20 — **Últimas Notícias.**

Sexta 30

RTP1

11.00 — **Gente Singular** – «Intelectuais», 1.ª Parte
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** – «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Romanceiro**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo»
21.25 — **Aplauso** – «Mini+Max», os «clowns» Kavel de Rody e Peter de Yong, holandeses
22.20 — **Mátria** – 4.º Programa – «Leonor Teles»
23.20 — **24 Horas**
23.45 — **México/86.**

RTP2

16.30 — **Europa TV**
20.00 — **Notícias**
20.05 — **Respirar Ar** (Parque Natural das Dunas de S. Jacinto)
20.25 — **Adágio**
20.55 — **Viagem pelo Teatro** – Técnicas Teatrais
21.25 — **Notícias**
21.30 — **Directo/2**
22.30 — **Últimas Notícias.**

Sábado 31

RTP1

11.30 — **Sumário**
11.35 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **Sumário**
13.10 — **Tempo dos Mais Novos** – «Jornalinho»
14.00 — «**Follow Me**» (Curso de Inglês)
14.30 — **Sport Billy**
15.00 — **Revista de Toiros**
15.30 — **Série** – Os Jovens Heróis de Shaloin
16.30 — **Os Marretinhas**
17.00 — **Série** – «Fama»
17.55 — **Campeonato do Mundo de Futebol México/86** – Transmissão directa da cerimónia de abertura e do jogo Itália-Bulgária – **Totoloto** (no intervalo do jogo)
21.00 — **Telejornal**
21.55 — **Boletim Meteorológico**
22.05 — **Série** – «Dinastia»
23.00 — **Últimas Notícias**
23,10 — **México/86**
23.25 — **Sábado Especial** – «A Vida Intima de Sherlock Holmes», real. Billy Wilder (Grã-Bretanha/1970).

RTP2

16.00 — **Troféu**
17.50 — **Pare, Escute, Olhe**
18.20 — **Adágio**
18.45 — **Desenhos Animados**
19.10 — **Falar de Macau**
19.35 — **Romanceiro**
20.00 — **Documentário**
20.30 — **RTP/Brasil**
21.00 — **Ópera** – «A Traviata», de Giuseppe Verdi. Maestro Julins Rudel, Companhia de Ópera de San Diego («Europa TV»)
23.25 — **A Forma das Coisas.**

Até à hora do fecho desta edição a RTP considerou impossível comunicar-nos parte da programação que usualmente publicamos, pelo que nos vemos na contingência de não poder incluir a programação respeitante ao período que vai do dia 1 ao dia 4 de Junho.

MÉXICO 86

Sábado, 31
Itália-Bulgária
19 horas
Domingo, 1
França-Canadá
19 horas
Brasil-Espanha
23 horas
Segunda, 2
URSS-Hungria
19 horas
Polónia-Marrocos
23 horas
Terça, 3
México-Bélgica
19 horas
Portugal-Inglaterra
23 horas
Quarta, 4
RFA-Uruguai
19 horas
Escócia-Dinamarca
23 horas

biografias
MARX-LÉNINE-ENGELS

Uma iniciativa de edições Avante! *e Editorial Progresso*

Biografias preparadas por um colectivo de autores do Instituto de Marxismo-Leninismo

Novidade

Não se pode compreender o marxismo e não se pode expô-lo integralmente, sem ter em conta todas as obras de Engels *Lénine*

Mais de 600 páginas
Formato: 14,6×22,0
Volume encadernado
Vários extratextos
Com fotos

Preço: 1000$00

À venda nas boas Livrarias e nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto

Cinema — A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Um Adeus Português	★★	★★	★★	★★	★★
B	África Minha	★★★★	★★★	★★★	★★★	—
C	O Alvo	★★	★	★★	—	—
D	Amor e Sangue	★★	★★	★★	★★	—
E	O Ano do Dragão	★★★★	★★★	★★★	★★★★	★★
F	O Enigma da Pirâmide	★★	—	★★	—	★★
G	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
H	O Fio do Suspeito	★★★	★★	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. João Botelho – **Estúdio 444** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), **Quarteto/1** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

B — Real. Sidney Pollack – **Alfa/1** (15.15, 21.15, 00.15), **Amoreiras/1** (15.15, 18.15, 21.15, 00.15), **S. Jorge/1** (15.00, 18.15, 21.30) – **Lisboa; Foco** (14.15, 16.30, 21.30), **S. João** (14.15, 16.30, 18.45, 21.45) – **Porto; Cinestúdio Girassol um** (15.00, 18.00, 21.30), **Tivoli** (14.00, 17.45, 21.15) – **Coimbra.**

C — Real. Arthur Penn – **Las Vegas/2** (15.30, 18.45, 21.45), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

D — Real. Paul Verhoeven – **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Hollywood/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Las Vegas/1** (15.15, 18.30, 21.30) – **Lisboa.**

E — Real. Michael Cimino – **Alfa/Club** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/2** (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Quarteto/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Tivoli** (13.45, 16.30, 19.00, 21.45) – **Lisboa; Nun'Álvares** (18.00, 21.30), **Stop/1** (18.45, 21.30) – **Porto.**

F — Real. Bary Levinson – **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.15) – **Lisboa.**

G — Real. Sérgio Leone – **Berna** (15.00, 21.00) – **Lisboa.**

H — Real. Richard Marquand – **Sétima Arte** (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45), **Terminal** (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

Teatro — O Cartaz

• LISBOA

CAM, Sala Polivalente – Frei Luís de Sousa, de Almeida Garrett, enc. Jorge Listopad, cenog. Nuno Carinhas, música Telectu, 5.ª e 6.ª/21.30, sáb./15.00 e 21.30, dom., 3.ª e 4.ª/15.00 (*confirmar horário tel.: 73 43 09*).

Comuna-Sala Nova, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb./ 21.30, dom./ 17.00. **Calígula**, de Albert Camus, enc. João Mota.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb./21.00, dom./16.00. **Bem-Vindo Sr. Sloane**, de Joe Orton, enc. Carlos Fernando – Grupo de Teatro Hoje.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 2.ª a 5.ª e sáb., às 21.30; dom., 16.00. **Volpone**, de Ben Jonson, adap. e enc. de Norberto Barroca, pelo **Novo Grupo.**

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. 21.30; Dom/16 h. **Sonata dos Espectros**, enc. de Luís Miguel Cintra pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro do Bairro Alto – Sala Manuela Porto, Rua Raul Cascais, 1. Sáb. 16.00, dom. às 11.30 e 21.30. **A Mulher que Matou os Peixes**, texto de Clarisse Lispector, adap. e enc. de José Caldas.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Quinta, sexta e dom. às 18.30. **Viagem para a Felicidade**, de Franz Xaver-Kroetz, enc. de Rogério de Carvalho. (Estreia hoje).

Teatro Vasco Santana, Entre Campos (Feira Popular). De 3.ª a sáb./ 21.30, dom./ 16.00. **Cesário Quê?**, texto e encenação de Luzia Maria Martins – Teatro-Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

FITEI, Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica. No Teatro do Campo Alegre, TEP, Auditório Carlos Alberto, Tearto, Pavilhão dos Desportos do Porto (ver ... **E Ainda!**).

Para crianças

• LISBOA

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. Sáb. e dom. às 16.30. **A Rua dos Fantasmas**, de Javier Villafañe, enc. de Adolfo Gutkin, pelo **Grupo Maizum.**

Comuna-Sala 2, Praça de Espanha. Sáb e dom. às 15, **Circo 30**, pelo **Grupo de Teatro A Máscara.**

TIL, R. Leão de Oliveira, 1. Sáb., dom. e feriados, às 16.00. **No Reino da Fantasia**, enc. de Agostinho Macedo.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, sáb./11.00 e 16.00, dom./11.00 e 14.00. **Fecha os Olhos... Entra na História**, de Alexandra Solnado, enc. de Joselita Alvarenga.

...e ainda — Música, debates, etc.

FITEI

O Festival, que teve início a 17 deste mês, encerra no próximo domingo. Até lá, estão programados os seguintes espectáculos:

Hoje, 28, no Auditório Nacional Carlos Alberto, «Velhos Marinheiros» de Jorge Amado, pelo Grupo **Boi Voador – Brasil** – espectáculo a apresentar também amanhã, no mesmo local.

Também hoje e amanhã, mas no Teatro Campo Alegre, «A Dança Macabra» e «Faire-Part», textos de Fernando Pessoa por **Lidia Martinez C.ª – Bouche/Cousue/ /Theatre – França.**

Nos dias 30, 31 e 1 de Junho, no TEP, «Bailei na Curva», de Júlio Conte, pela **Companhia Teatral Depois do Baile – Brasil.**

De novo no Auditório Carlos Alberto, dia 31, «Virtuosos de Fontainebleau», de Alberto Boadella, pelo grupo **Els Joglars – Espanha.**

O espectáculo de encerramento – «Crime na Catedral», de T. S. Eliot, pelo **CITAC**, de Coimbra – será apresentado num espaço diferente: o Mosteiro da Serra do Pilar. No dia 31 às 23.30 e no dia 1 às 21.45.

Ópera

A fome que dá em fartura: duas óperas, em duas salas e vários espectáculos – e tudo numa só semana!, (embora apenas em Lisboa...).

No Grande Auditório Gulbenkian, quinta-feira, 29, às 21.00, e sexta, dia 30, às 18.30, **Il Re Pastore**, de Mozart. Encenação Pier Luigi Pizzi, maestro Alan Curtis, cantores solistas, entre outros, Jennifer Smith e John Elwes. Orquestra Gulbenkian.

Em S. Carlos é o **Rigoletto**, de Verdi. Coro e Orquestra do Teatro Nacional de S. Carlos, direcção musical maestro John Neschling, encenação Gino Becchi. Nos dias 1, às 16.00, e 3 às 20.30 (uma terceira récita no dia 6, também às 20.30).

Ao trabalho, Lisboa!

A APU, que preside, como se sabe, a 12 das freguesias de Lisboa, promove nos dias 31 de Maio e 1 de Junho (sábado e domingo) uma Jornada de Trabalho Voluntário para melhoramento de infra-estruturas básicas sobretudo nessas zonas da cidade. Da limpeza de arruamentos e pintura de zebras à implantação de parques infantis, são muitas as tarefas a cumprir pelos que se disponham a trabalhar (e a confraternizar – que estas coisas sempre redundam também em bons momentos...).

Concentrações: às 8.30 junto das Juntas de Freguesia.

No dia 1, domingo, inserem-se na jornada outras iniciativas: pintura de murais alusivos à Paz, provas desportivas, animação cultural – forma de comemorar o Dia Internacional da Criança.

Música e Bailado

Uma Hora com Federico Garcia Lorca **é o nome do espectáculo que Constança Capdeville, Luís Lucas, Luís Madureira e Paulo Valente Pereira e o Coro da Universidade de Lisboa dirigido por José Robert interpretarão na sexta-feira, dia 30, na Reitoria da Universidade de Lisboa. Música da Renascença; de Brahms; de Bartok, Britten, Lopes-Graça, etc.**

Cinema

Um curto ciclo dedicado a James Cagney, **actor recentemente falecido, na** Cinemateca **(R. Barata Salgueiro, 39).**

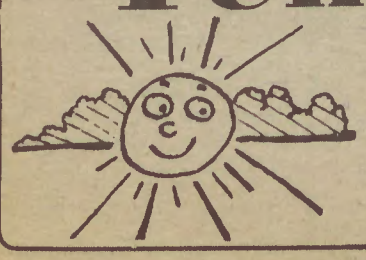
Hoje, às 18.30, «Uma Loira com Açúcar», de Raoul Walsh/1941; às 21.30, «Fúria Sanguinária», do mesmo realizador (1949).

A partir de sexta-feira, dia 30, um outro ciclo dedicado a «John Stahl e o Melodrama Americano», **com filmes dos anos 30 e 40**

Dia da Criança

Entre essa e muitas outras iniciativas que assinalarão o Dia Internacional da Criança, o programa mais ou menos detalhado de um passeio infantil promovido pelas Associações de Amizade Portugal-Bulgária/ /Checoslováquia/Cuba/RDA/URSS – Núcleo da Moita: com partida da sede do Núcleo (Praceta de Portugal, Baixa da Banheira) às 7.30 rumo a Grândola, Santiago do Cacém, Alcácer. Visitas a castelos, ruínas e monumentos vários e recepções nas três câmaras. Chegada prevista no regresso à Baixa da Banheira para as 20.30.

Tempo — Fim de Semana



Tendência para céu geralmente pouco nublado, vento fraco, possibilidade de trovoadas nas regiões do interior — tais são, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, as previsões para sábado e domingo, no continente.

Exposições...

«António Arrolo» – trabalhos de 56 alunos e professores (de Cargaleiro e Cesariny, a Costa Pinheiro e Pomar). Na SNBA, R. Barata Salgueiro, 36, das 14.00 às 20.00 (até 8/6).

António Mira, pintura, Gal. Quadrum – Palácio Coruchéus, R. Alberto Oliveira. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 14/6).

António Sena, pintura, Gal. EMI-Valentim de Carvalho, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 31/5).

Arte Moderna Portuguesa – Colecção Petrogal (Hogan, Viana, António Lino, Botelho, Bernardo Marques, Milly Posoz, etc.). Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16. De 3.ª a dom./10.00 às 20.00.

Arte Popular Ucraniana — Selecção de peças do Museu Estatal de Arte Decorativa Popular de Kiev. Com a colaboração da Associação Portugal-URSS, na Junta de Freguesia de Alcântara. Das 15.00 às 21.00 (até 31/5).

Barbara Lessing, pintura, Gal. Gemini, R. Sousa Lopes (Campo Pequeno). De 3.ª a dom./12.00 às 15.30 e 18.30 às 22.00 (até 30/5).

Catarina Baleiras e Filipe Meireles, Gal. Novo Século, R. do Século, 23. Das 14.00 às 20.00 (até 1/6).

Catarina Castel-Branco, pintura, e **Nuno Filipe**, fotografia. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00 (até 11/6).

100 Anos de Tragédia em Portugal, documental e iconográfica, em colaboração com o Museu Nacional do Teatro. Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian, de 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 31/5).

Costa Camelo, pintura. Espaço Alliance, R. Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 20.00.

Curro Gonzalez (Espanha), pintura. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 31/5).

Desenhos, Gravuras, Estampas, Arte do Livro (das Reservas da Colecção Gulbenkian). Gal. de Exposições Temporárias do CAM, Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 31/5).

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Fernando Morais, «Sob o Sol de Lisboa». Pintura. Gal. Libris, Lg. Trindade Coelho, 4 (até 30/5).

«A Flor» segundo 27 artistas (técnicas várias). Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a sáb/14.30 às 19.30, ao sáb. também das 10.00 às 13.00 (até 7/6).

«As Flores», Centro Artístico Infantil da Fund. Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até Junho).

Gef, escultura. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bívar, 91. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 21.00 (até 30/5).

Gente de Palco – II Acto – Desenho Teatral. Museu Nacional do Traje, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.

«Gravura» – gravuras dos pioneiros-fundadores da Cooperativa: Alice Jorge, Dourado, José Júlio, Pomar, Rogério Ribeiro. Na sede da «Gravura», Trav. do Sequeiro, 4 (a S. Paulo).

Alice Jorge

Júlio Pomar

Rogério Ribeiro

Günther Konrad Band, pintura. Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira – Alvalade (até 30/5).

Joana Rosa, jóias (metais pobres), Museu Nac. do Traje, Palácio Monteiro-Mor, ao Lumiar. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00.

João Cutileiro, escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb./14.30 às 19.30 (até 17/6).

Leslie Martin, «Edifícios e Ideias 1933-86» — elementos da obra deste arquitecto (autor do edifício do CAM e de vários outros museus, auditórios, bibliotecas) e de arquitectos que com ele trabalharam. Fundação Gulbenkian, Av. Berna (até 22/6).

Lúcio, pintura e desenho. Atrium da Imprensa, R. da Horta Seca. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 4/6).

Luís Cruz e Rui Matos, escultura. Atelier 15, R. Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 22.00; sáb./15.00 às 19.00 (até 31/5).

Luís Dourdil, pintura. Gal. Bertrand (Chiado). De 2.ª a 6.ª/9.00 às 19.00, sáb. até às 13.00 (até 30/5).

Luís Filipe Reis – «Veneza», fotografia. Instituto Italiano, R. Salitre, 146. De 2.ª a 6.ª/16.30 às 19.00 (até 30/5).

Miranda Justo – «Os Sentidos Provisórios», pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Néri, 42, 1.º. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./16.00 às 19.00.

Nunes Filipe, fotografia. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00.

Silva Palmeira, pintura. Gal. Fonte Nova (Calhariz de Benfica). Das 10.00 às 24.00 (até 30/5).

Tratado de Windsor – 6.º Centenário – documental. Arquivo Nac. da Torre do Tombo, Palácio de S. Bento. De 2.ª a 6.ª/11.00 às 16.00 (até 30/5).

Tapeçarias de Portalegre, segundo cartões de pintores portugueses, Hotel Méridien, R. Castilho.

Vítor Pomar, pintura e gravura. Gal. Ana Isabel, R. Emenda, 111, 1.º. De 2.ª a sáb./14.30 às 19.30 (até 7/6).

Xana, pintura, desenho. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 2.º, D. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/5).

Arlindo Rocha, escultura. Gal. Alvarez/H. Méridien. Das 15.00 às 23.00 (até 30/5). PORTO.

Arte Contemporânea em Itália, (Ambiente, Arquitectura, etc.). Museu Nacional Soares dos Reis. R. D. Manuel II (até 2/6). PORTO.

Carlos Mesquita — Pintura-1986. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. PORTO.

Cohen Fusé. Gal. Jornal de Notícias, R. Gonçalo Cristóvão. PORTO.

A Companhia do Teatro Nacional de D. Maria II – fotodocumental. Museu Soares dos Reis, R. D. Manuel II. PORTO.

Henrique Silva, pintura, **Isabel Cabral, José Paiva**, pintura e serigrafia, **João Paulo**, pintura e desenho. Na Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª/09.00 às 23.30, sáb. e dom./ 15.00 às 19.00 e 21.00 às 23.30 (até 9/6). PORTO.

Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Setembro). PORTO.

Jorge Vieira – escultura, cerâmica, desenhos. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. PORTO.

Pedro Portugal, pintura. Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854. (até 30/5). PORTO.

José Alves, desenho e gravura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

Obras de Arte e Documentos do espólio municipal de Aveiro. Galeria-Museu Municipal (até 8/6). AVEIRO.

Sérgio Pombo, pintura. Gal. Alfarroba, Trav. Visconde da Luz. De 2.ª a sáb/15.00 às 19.30 (até 16/6). CASCAIS.

Graça Morais, pintura. Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, R. Castro Matoso. Das 15.00 às 18.00 e das 22.00 às 24.00 (até 4/6). COIMBRA.

João Santiago, pintura. Gal. de Arte do Casino Estoril. Das 15.00 às 24.00. ESTORIL.

Aguarelas – colectiva (Roque Gameiro, Miguel Lupi, Alves de Sá, Alberto Sousa, Hygino Mendonça, Paulo Ossião). Gal. D. Dinis, Centro Comercial D. Dinis. Das 15.00 às 20.00 (até 30/5). LEIRIA.

O Trajo da Nazaré na pintura, no desenho. Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso. NAZARÉ.

Cristina Ataíde, escultura. Até 19/6 das 10.00 às 22.00. Pousada do Castelo. PALMELA.

D. Pedro IV (Pedro I do Brasil) – sua época. Até fins de Outubro, Palácio Nacional. QUELUZ.

Francisco Relógio – 1957-1986. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 24/6). R. Miguel Bombarda, 15. TORRES VEDRAS.

a TV

Ainda Tchernobil

O complexo informativo que rodeou o acidente em Tchernobil não pode ser esquecido facilmente. Ele constitui para todos aqueles que lutam pela transformação do mundo, motivo sério de preocupação e de reflexão.

Todos assistimos à engrenagem montada nos meios de comunicação. E não apenas na TV. Alguns artigos editoriais (como um verdadeiramente impressionante de leviandade e má-fé publicado no «Diário de Notícias»), alguns comentários, algumas notícias tratadas pela gente da casa, responsabilizam esses órgãos. Em muitos casos, porém, eles limitaram-se a difundir os despachos das agências especializadas.

Nem tudo, pois, o que se disse e se viu foi da responsabilidade imediata do **Telejornal.** Se este muitas vezes mentiu, a culpa foi das agências. Convenhamos.

Como foi o caso da UPI que reconheceu publicamente a sua falta. **Telejornal** devia, honestamente, dizer aos milhões de espectadores: mentimos, mas a culpa não foi nossa. E liam a comunicação do vice-presidente daquela agência, Maxwell Mackrohon.

Tal não fez. E aqui sim: aqui é que se manifesta a sua responsabilidade — a sua irresponsabilidade. Ou seja: **Telejornal** mentiu; sabe que mentiu — e não repõe a verdade nos seus legítimos termos...

Termino como comecei: a teia de «informação», a propósito de Tchernobil, é, para todos nós, fonte preciosa de experiência: na luta de classes, a mentira é uma arma característica da classe historicamente condenada.

É próprio do cadáver cheirar mal. E às vezes esquecemos isto...

Penalizar... a coerência?

A rubrica «Parlamento», sábado passado, chamou a si a discussão na Assembleia da República do decreto sobre a alteração do regime das rendas de casa, que o PCP exigira para ractificar.

Várias vezes temos apontado aqui a utilidade de **Parlamento** e o esforço que nele se verifica de tratamento honesto — enfim, qualquer coisa de insólito no universo informativo da televisão...

Mas não se pode aceitar, por incorrecta (na minha óptica de ver, como diz o outro), a decisão de afastar o PCP do debate.

Primeiro, porque dele partiu a possibilidade da discussão parlamentar; depois, porque foi uma voz coerente em todo o fenómeno do percurso.

Faltando ali o **princípio coerente,** o único eficaz no esclarecimento do processo, o resultado só podia ser aquele: uma danada confusão dividida pelo Governo, pelo PS e pelo PRD...

Pedra no assunto, por esta semana. Com o desejo de que a questão não se esgote com esta pequena rubrica. De que um mais amplo debate venha a realizar-se, noutro local e com a presença das forças sociais envolvidas no caso.

A gravidade da situação não pode ser escamoteada.

Um pormenor: apesar de mencionado, em **Parlamento,** o esquecimento no articulado da lei dos trabalhadores com salários em atraso, continuou no esquecimento...

A mudança, a esperança

Actual dedicou todo o seu tempo à situação da mulher no nosso tempo. Participantes, Maria de Lurdes Pintasilgo, ex-Primeira-Ministra, Leonor Beleza, do PSD, e Zita Seabra do PCP.

Estamos num domínio em que, por muito que se diga, resta sempre a sensação de que tudo ficou por dizer.

No conjunto do debate, Pintasilgo fez o discurso de Estado, Beleza fez o discurso do Governo, Zita fez o discurso do mundo concreto do trabalho.

Enquanto Leonor Beleza apregoa a melhoria do nível de vida para este ano (!) e a construção de uma maternidade em Lisboa (ena tantas!), Zita Seabra recordava que a intervenção da mulher na sociedade, não podia avaliar-se pelo número de deputados. Recordou as muitas mulheres trabalhadoras que são dirigentes e delegadas sindicais, com actividade nas estruturas da Reforma Agrária, do Ensino, do aparelho de Estado, etc, etc. Recordou igualmente que a marginalização social se volta principalmente contra a mulher trabalhadora, sobre quem recai o peso de inúmeras tarefas.

Também, pela sua palavra simples e fluente, não se perdeu a ocasião de sublinhar a grande diferença entre o **antes** e o **depois** do 25 de Abril, no que respeita à situação social da mulher.

Fez bem. Que a magnitude do problema não nos faça perder as perspectivas, ou seja, perder o pé. Quem participou nas manifestações do 25 de Abril e do 1.º de Maio sentiu bem a grandeza da mudança — a grandeza da Esperança.

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

A lógica da batata

Duas notícias recentes lançam mais uma vez luz sobre a política externa do imperialismo:

— A primeira nasce de declarações de um ministro-adjunto dos Estrangeiros da RFA que afirmou estar o governo dos EUA a preparar a invasão da Nicarágua **especialmente se este país assinar o tratado de paz de Contadora!**

— A segunda é, de novo, a oposição dos EUA na ONU às sanções contra o governo racista da África do Sul ao mesmo tempo que expulsam o adido militar da RAS de Washington!

Parece não ter lógica, mas tem.

CDS: a crise chega aos marcos!

• «De acordo com uma notícia divulgada ontem por "O Semanário", a "Fundação Adenauer", instituição ligada à CDU alemã e cuja actividade no exterior se destina a apoiar os partidos e as iniciativas da área democrata-cristã, teria cessado o seu apoio ao CDS.

Na origem deste rompimento estaria uma decisão de um dos directores-gerais da Fundação, o sr. Thesing, que esteve em Portugal recentemente onde se encontrou com Adriano Moreira. Oficialmente Thesing afirmou que tomara aquela atitude devido a os dois institutos financiados em Portugal pela "Adenauer", o "Instituto Democracia e Liberdade" e o "Fontes Pereira de Melo", não se terem fundido numa fundação, contrariamente ao solicitado pelos alemães e que do facto prevenira Lucas Pires.

Lucas Pires, por seu turno, escreveu à Fundação, argumentando que sendo os institutos autónomos e afectos à linha «histórica» do Partido, não tinha a direcção do CDS poder sobre eles.

Observadores interpretaram a decisão de Thesing como uma acção da burocracia da Fundação — a que poderia ser estranho o próprio presidente da Konrad Adenauer Stiftung, dr. Bruno Heck — pressionada por elementos afectos à linha vencida no congresso do Porto.»

(«O Seculo», 25. Maio)

• «No CDS, vive-se, neste momento, uma dessas guerras. Depois da vitória de Adriano Moreira, no Congresso do Porto, os vencidos não convencidos preparam-se, dentro e fora do partido, para uma luta aberta ou surda em que retirassem o seu desforço. Enquanto alguns abandonavam, ostensivamente, o partido, outros escolhiam, como estratégia, ficar por dentro.

A notícia, ontem divulgada como destaque por um semanário de que a "Fundação Adenauer" ia parar o seu apoio ao CDS, baseando-se "na convicção de que o CDS deixou de ter que ver com a área da democracia cristã europeia" e a resposta subsequente de Adriano Moreira e do Partido revelam que a guerra fria entre "centristas" e "populares" pode e vai aquecer no meio dos democratas-cristãos. Prova também, que terá as características da "guerra civil" — poucas luvas, alguns sorrisos, mas a valer quase tudo, já que, neste caso, os vencidos lançaram uma forte campanha de *lobby*, junto da democracia da "Konrad Adenauer Stifund", destinada a congelar o apoio da Fundação ao Partido. Ou seja, escolheram a escalada.»

(Idem)

• «Dirigentes do CDS afirmaram hoje que o partido nunca recebeu qualquer apoio da Fundação Konrad Adenauer tal como o refere um jornal da capital, acrescentando "não constar dos registos do CDS que a Fundação o tenha financiado, prática que seria ilegal".

"O CDS vai pedir a intervenção das autoridades competentes para que investiguem a origem e fundamentação dessas notícias bem como a movimentação dos financiamentos da Fundação Adenauer em Portugal", salienta-se no comunicado do partido.

O comunicado do CDS confirma um encontro entre Adriano Moreira e um membro da Fundação, o sr. Thesing, reunião em que o CDS foi informado da continuidade dos apoios da Fundação Adenauer ao seu instituto filiado em Portugal, o "Instituto Democracia e Liberdade".

"A Fundação Konrad Adenauer tem apoiado as actividades do IDL e segundo parece vai continuar a fazê-lo".

"O Seculo" averiguou junto de responsáveis democrata-cristãos, que todo o apoio para Portugal da "Fundação Adenauer", tem sido canalizado através dos Institutos Amaro da Costa (IDL) e Fontes Pereira de Melo. O primeiro daqueles institutos é presidido por Eugénio Anacoreta Correia, elemento preponderante da alta "histórica" e apoiante de João Morais Leitão; quanto ao "Fontes Pereira de Melo", está presentemente em pouca actividade e o seu responsável é Roberto Carneiro, personalidade também apoiante de Morais Leitão.»

(Idem)

EUA/Nicarágua: a lógica da agressão

• «O ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros da RFA afirma numa entrevista ontem publicada em Bona, que o Pentágono prepara uma intervenção militar contra a Nicarágua.

As declarações de Juergen Moelleman ao jornal diário "Express" de Colónia, coincidem com as conclusões de um documento elaborado pela Secretaria norte-americana da Defesa, divulgado ontem pelo "The New York Times".

Segundo o documento citado pelo diário norte-americano, a eventual assinatura pela Nicarágua do tratado de paz elaborado pelo grupo de Contadora fornecerá o pretexto para uma intervenção militar dos Estados Unidos contra o regime de Manágua, já que se dá como certo que o governo sandinista, "sendo comunista", violará os compromissos assumidos junto dos outros países centro-americanos e dos membros do grupo de Contadora.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Miguel D'Escoto, convidado a comentar as revelações do "New York Times", disse que fica claro que os Estados Unidos não desejam a solução negociada dos conflitos da América Central. "Se assinamos (o acordo de Contadora) invadir-nos-ão, e se não assinamos, também" — frisou o ex-padre D'Escoto.

O liberal Juergen Moellemann, ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros do governo de Bona, apelou para o presidente Ronald Reagan para que faça uso de toda a sua autoridade de modo a "acabar com os perigosos jogos mentais dos estrategos do Pentágono".

"Quem, com toda a razão, exige da Nicarágua que não interfira (nos países vizinhos) e respeite os Direitos Humanos, deve adoptar também os mesmos princípios" — salientou Moellemann, numa alusão à política norte-americana de apoio aos grupos armados anti-sandinistas.

O dirigente alemão acrescentou que a situação na Nicarágua é, «acima de tudo, um problema latino-americano, que os Estados do subcontinente devem, podem e querem resolver sozinhos"».

(«O Seculo», 24. Maio)

EUA/África do Sul: a lógica do apoio

• «Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha vetaram sexta-feira à noite as sanções propostas contra a África do Sul, na sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Dos 15 membros do Conselho de Segurança, 12 votaram a favor, enquanto a França se absteve e os EUA e a Grã-Bretanha se opuseram.

A questão de aplicar sanções imediatas à África do Sul surgiu como possibilidade para "punir" aquele país pelo ataque dirigido contra bases de movimentos de guerrilha, oponentes do regime de Pretória, em território do Zimbabwe, Botswana e Zâmbia.

Entretanto, no mesmo dia (sexta-feira), um grupo de países não-alinhados apresentou ao referido Conselho de Segurança um projecto de resolução que condena a África do Sul pelos referidos ataques.

Em resposta teatral aos *raid* de Pretória, os Estados Unidos expulsaram sexta-feira o adido militar sul-africano em Washington. A Secretaria de Estado informa em comunicado que o brigadeiro Alexandre Potgeiter, da Embaixada Sul-Africana, *"não poderá de momento ser substituído por outra pessoa"*, o que sugere uma suspensão temporária, e não uma cessação do cargo.

Esperamos que esta decisão torne bem claro junto do governo sul-africano que os EUA não toleram a falta de respeito pela soberania dos países vizinhos da região, acrescenta o comunicado oficial da Secretaria norte-americana.

Simultaneamente a administração Reagan decidiu chamar para consultas o adido militar que tem destacado em Pretória, o coronel Robert Hastie.

(«O Seculo», 25. Maio)

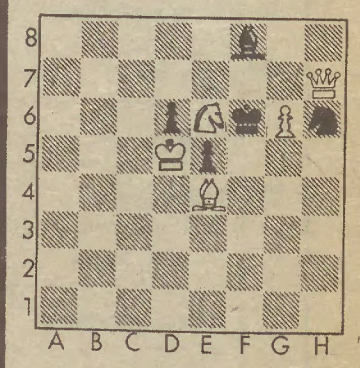
Xadrez

LIV – 28 de Maio de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 54

Por P. Sonnenfeld
«Magyar Sakkvilag», 1925

Pr. (5): Ps. d6, é5-Ch6-Bf8-Rf6
Br. (5): Pg6-Cé6-Bé4-Dh7-Rd5



Mate em 2 lances

JOGO N.º 54

Campeonato da URSS, Kiev, 1986

(1.º, Tcekovsky 11 pts. (em 17); 2.os. Eingorn, Malantschuk, Balaschov, Bareev, Gavrikov e Lerner 10 pts. ...)

Br.: Balaschov
Pr.: Beliavsky (13.º)

1. d4,d5; **2.** ç4,é6; **3.** Cf3,Cf6; **4.** g3,d:ç4; **5.** Bg2,b5; **6.** a4,ç6; **7.** a:b5, ç:b5; **8.** Cé5, Cd5; **9.** Cç3, Bb4; **10.** 0-0,B:ç3; **11.** é4,B:b2; **12.** é:d5,B:a1; **13.** Ba3,a5; **14.** Dg4,b4; **15.** D:g7,T8; **16.** T:a1,Ta6; **17.** Bç1,é:d5; **18.** Bh6,T:h6; **19.** D:h6,Bé6; **20.** Té1,Dé7; **21.** C:ç4,d:c4; **22.** d5,Rd7; **23.** Dé3,Dd6; **24.** Da7+,Dç7; **25.** d:é6 +,f:é6; **26.** Dd4+,Rç8; **27.** T:é6,ç3; **28.** Bh3,Rb7; **29.** Dd5+,Ra7; **30.** Bg2,Ca6; **31.** Tç6 e as pretas abandonam.

SOLUÇÃO DO LIV

Chave:
1. g7! bloqueio!
1. ..., Ré7 (Rf7); **2.** g:f8=D mate
1. ..., Cf7; **2.** g8=C mate
1. ..., Cg8; **2.** g:f8=D mate
1. ..., Bé7; **2.** Dg6 mate
1. ..., B:g7; **2.** D:g7 mate

A. de M. M.

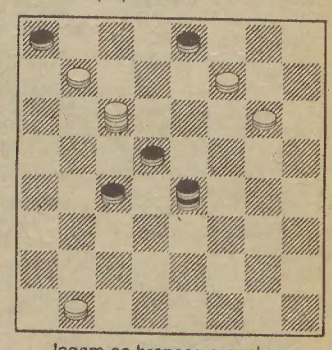
Damas

LIV – 28 de Maio de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 54

Por Francisco Almeida Santos, Almeirim
«Vida Mundial Ilustrada», 8.III.45

Pr.: (14)-15-19-30-32
Br.: 4-21-(23)-26-28



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 54

Campeonato Nacional – Apuramento
Almada, 29.I.1983

Br.: Fernando A. Bernardo
Pr.: José A. Pereira
(2.º jogo)

1. 10-13, 24-20; **2.** 12-15, 28-24; **3.** 8-12, 20-16; **4.** 13-18, 21:14; **5.** 11:18, 22:13; **6.** 9:18, 23-20; **7.** 6:11, 26-21; **8.** 5-9, 21-14; **9.** 11:18, 20:11; **10.** 7:14, 16:7; **11.** 3:12, 24-20; **12.** 2-6, 32-28; **13.** 6-11, 20-16; **14.** 4-7, 29-26; **15.** 12-15, 28-23; **16.** 1-5, 26-22; **17.** 15-20, 22:13; **18.** 9:18, 27-22; **19.** 18:27, 31:22; **20.** 20:27, 30:23; **21.** 11-15, 25-21; **22.** 5-10, 22-18; **23.** 15-19, 18-4; **24.** 19:28 Empate.

GOLPE N.º 54

(Golpe de Principiante!)

1. 12-16, 23-19; **2.** 11-14, 28-23; **3.** 7-11, 32-28?? Perdente! Jogam as brancas e fazem Dama! **(Br.: 1-2-3-4-5-6-8-9-10-11-14-16 Pr.: 19-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31** J. Br. G.).

SOLUÇÕES DO N.º LIV

N.º 54 (F.A.S): 23-16, 14:25 **(se:** 32-23; 16:27, 30:23; 26-30, 14:25; 30-11, 25:7; 4:11 G. Br.); 16-3, 28:23; 3-17, 30:21; 17:11 G. Br.

Golpe n.º 54: 4. 16-20 e G. Br., pois fazem Dama em 32!

■ A. de M. M.